



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS – PPGICH

CLÁUDIA FACIOLI BAZI

DESIGUALDADES E DISCURSO MERITOCRÁTICO: UMA ANÁLISE
BIBLIOGRÁFICA INTERDISCIPLINAR SOBRE A (RE)PRODUÇÃO DA CLASSE
MÉDIA NO BRASIL

ERECHIM

2025

CLÁUDIA FACIOLI BAZI

**DESIGUALDADES E DISCURSO MERITOCRÁTICO: UMA ANÁLISE
BIBLIOGRÁFICA INTERDISCIPLINAR SOBRE A (RE)PRODUÇÃO DA CLASSE
MÉDIA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Erechim como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira
Linha de Pesquisa: Educação, Culturas e Cidadanias Contemporâneas.

ERECHIM

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Bazi, Cláudia Facioli
DESIGUALDADES E DISCURSO MERITOCRÁTICO: UMA ANÁLISE
BIBLIOGRÁFICA INTERDISCIPLINAR SOBRE A (RE)PRODUÇÃO DA
CLASSE MÉDIA NO BRASIL / Cláudia Facioli Bazi. -- 2025.
99 f. : il.

Orientador: Doutor Thiago Ingrassia Pereira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, RS, 2025.

1. Desigualdade Estrutural. 2. Estratificação e
Classes Sociais. 3. Meritocracia. I. , Thiago Ingrassia
Pereira, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

CLÁUDIA FACIOLI BAZI

**DESIGUALDADES E DISCURSO MERITOCRÁTICO: UMA ANÁLISE
BIBLIOGRÁFICA INTERDISCIPLINAR SOBRE A (RE)PRODUÇÃO DA CLASSE
MÉDIA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Erechim como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira

Aprovado em: 18/08/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva (Membro Interno - UFFS/Erechim)

Prof. Dr. Bernardo Mattes Caprara (Membro Externo - UFRGS)

Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira (Orientador - UFFS/Erechim)

Prof^a. Dr^a. Zoraia Aguiar Bittencourt (Membro Suplente – UFFS/Erechim)

Este trabalho é dedicado para a minha família, que foi meu alicerce durante esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Minha trajetória acadêmica foi construída por várias mãos. Dessa forma, devo agradecer aqueles que contribuíram para que eu chegasse até aqui. Assim agradeço:

Ao meu companheiro, Robson, pelo apoio incondicional, por ser meu melhor amigo, por ser minha fortaleza nos momentos em que eu precisei de um abrigo. Obrigada por tudo sempre. Meu amor eterno.

Aos meus filhos de quatro patas, Frederico e Antonieta, por trazerem leveza e tanto amor. Minha vida é mais feliz por ter vocês.

Aos meus pais, por me criarem com tanto amor, carinho e atenção. Eu amo vocês.

Ao meu irmão Junior e a minha irmã do coração Isabelle. Eu amo vocês.

Às minhas amigas, Carine e Marina, colegas do PPGICH que se tornaram amigas para a vida. Agradeço por todas as conversas, trocas e escritas compartilhadas.

Às minhas amigas do Grupo Encontros Interdisciplinares, Ana Paula, Deise, Luísa e Silvia, por compartilharem desse processo comigo.

À minha professora/dinda Alessandra, por todos os ensinamentos na Graduação e agora como colegas de mestrado. Sempre disposta a me ouvir e auxiliar.

Ao meu orientador, Thiago Ingrassia Pereira, por acreditar nesse projeto, por todos os ensinamentos, trocas, conversas, acolhimento nos dias em que precisei de um ouvido amigo. Sempre acessível e disposto.

Ao professores Luís Fernando Santos Corrêa da Silva e Bernardo Mattes Caprara, pela disponibilidade em participar da minha banca, por todos os ensinamentos e contribuições com este trabalho.

Agradeço ao PROUNI por me permitir iniciar na jornada acadêmica, e a UFFS pela oportunidade de cursar o Mestrado.

“[...] naturalmente, conhecia o seu lugar. Bem. Nascera com esse destino, ninguém tinha culpa de ele haver nascido com um destino ruim. Que fazer? Podia mudar a sorte?” (Ramos, 2024, posição 1068).

RESUMO

A dissertação apresentada tem como objetivo compreender a partir da mobilização de referências teóricas interdisciplinares, em que medida o capital cultural explica a reprodução de privilégios da classe média brasileira em um cenário de desigualdades sociais e apelo meritocrático. Dessa forma, em consonância com os princípios do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, e da Linha de Pesquisa 2: Educação, Culturas e Cidadanias Contemporâneas, realizou-se uma pesquisa de natureza teórica com abordagem qualitativa, interdisciplinar, abordando áreas como economia, através da análise de dados e pesquisas do IBGE, sociologia analisada a partir das obras de Jessé Souza, Pierre Bourdieu, Lilia Moritz e Heloisa Starling, Livia Barbosa e Erick Olin Wright, no campo da filosofia foram utilizadas obras de autores como Michael J. Sandel e entre outros. Para tanto, a pesquisa foi estruturada em três capítulos que, respectivamente, abordaram: a formação da sociedade brasileira e a construção da desigualdade estrutural, estratificação social e classes sociais, especialmente, os lugares material e simbólico da classe média e, por fim, uma abordagem sobre a meritocracia, trazendo, inicialmente, um exercício de estado do conhecimento no intuito de mapear as pesquisas sobre o tema, além de uma análise teórica sobre a meritocracia. Os resultados da pesquisa demonstraram que o Brasil é um país estratificado, que apresenta múltiplas desigualdades, mas o objeto dessa pesquisa compreende desigualdades econômicas e desigualdades educacionais (estratificação horizontal e vertical). A classe média, objeto desta pesquisa, se mantém e reproduz privilégios por meio da utilização dos capitais, em especial, do capital cultural, porquanto a aderência à escolarização e a capacidade de criação de um *habitus* prospectivo geram potencial competitivo e vantagens econômicas. A meritocracia, concebida como a ideologia espontânea do capitalismo, se firma com a ideia de promover a igualdade de oportunidades. No entanto, acaba por legitimar e naturalizar desigualdades sociais, ao sugerir que o indivíduo é o único responsável por seu (in)sucesso, ignorando barreiras sociais que permeiam os destinos dos sujeitos. Nessa perspectiva, o discurso meritocrático cria aderência na classe média na medida em que justifica seus privilégios para serem moralmente aceitáveis. Assim, apropriando-se do discurso meritocrático, a classe média cria uma narrativa que afasta a visualização de uma posição privilegiada de classe.

Palavras-chave: Meritocracia. Desigualdade Social. Classe Média. Capital Cultural. Privilégios.

ABSTRACT

The presented dissertation aims to understand, based on the mobilization of interdisciplinary theoretical references, to what extent cultural capital explains the reproduction of privileges of the Brazilian middle class in a context of social inequalities and meritocratic appeal. In this way, in accordance with the principles of the Interdisciplinary Graduate Program in Human Sciences and Line of Research 2: Education, Cultures, and Contemporary Citizenships, a theoretical research with a qualitative, interdisciplinary approach was conducted, covering areas such as economics through the analysis of data and research from IBGE, sociology analyzed through the works of Jessé Souza, Pierre Bourdieu, Lilia Moritz, Heloisa Starling, Livia Barbosa, and Erick Olin Wright. In the field of philosophy, works by authors such as Michael J. Sandel and others were used. The research was structured into three chapters, which respectively addressed: the formation of Brazilian society and the construction of structural inequality, social stratification and social classes—particularly the material and symbolic positions of the middle classes—and finally, an approach to meritocracy, initially providing a state-of-knowledge exercise to map research on the topic, along with a theoretical analysis of meritocracy. The results demonstrated that Brazil is a stratified country with multiple inequalities. However, the focus of this research encompasses economic inequalities and educational inequalities (horizontal and vertical stratification). The middle class, the object of this study, maintains and reproduces privileges through the use of capitals, especially cultural capital, since adherence to schooling and the capacity to create a prospective habitus generate competitive potential and economic advantages. Meritocracy, conceived as the spontaneous ideology of capitalism, is based on the idea of promoting equal opportunities. However, it ultimately legitimizes and naturalizes social inequalities by suggesting that individuals are solely responsible for their (lack of) success, ignoring social barriers that influence individuals' destinies. From this perspective, the meritocratic discourse resonates with the middle class insofar as it justifies their privileges as morally acceptable. Thus, by appropriating meritocratic discourse, the middle class constructs a narrative that obscures the perception of their privileged class position.

Keywords: Meritocracy. Social Inequality. Middle Class. Cultural Capital. Privileges.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Índice de Gini do rendimento médio de todos os trabalhos.....	51
Figura 2 – Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> conforme regiões.....	52
Figura 3 – Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i>	54
Figura 4 – Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> por Grandes Regiões.....	55
Figura 5 – Quadro utilizado na primeira etapa do Estado do Conhecimento.....	79
Figura 6 – Quadro utilizado na segunda etapa do Estado do Conhecimento.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> dos 40% da população com menores rendimentos.....	52
Quadro 2 – Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> , segundo as classes de percentual de pessoas, em ordem crescente de rendimento.....	54
Quadro 3 – Tipos de Mobilidade Social no Capitalismo.....	60
Quadro 4 – Dimensões comparativas das perspectivas de Erik Olin Wright e Pierre Bourdieu.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Médias do Ensino Médio no IDEB do ano de 2023.....	36
Gráfico 2 – Taxa de Abandono Escolar - Ensino Médio no ano de 2023.....	37
Gráfico 3 – Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio no ano de 2023.....	37
Gráfico 4 – Número de matrículas por rede de ensino no ano de 2023.....	38
Gráfico 5 – Instituições de Ensino Superior no Brasil no ano de 2023.....	39
Gráfico 6 – Número de Ingressos em Cursos de Graduação por grau acadêmico entre 2013 e 2023.....	40
Gráfico 7 – Desigualdades medidas pelos índices de Gini da renda total.....	47
Gráfico 8 – Pessoas residentes no Brasil com rendimentos, no ano de 2023, agrupadas por regiões.....	50
Gráfico 9 – Tipo de rendimentos por regiões, no ano de 2023.....	50
Gráfico 10 – Categorização pela metodologia usada nos trabalhos analisados.....	80
Gráfico 11– Categorização pelo nível dos trabalhos na Pós-Graduação.....	81
Gráfico 12– Categorização dos trabalhos por Estados.....	81
Gráfico 13– Categorização dos trabalhos por ano de publicação.....	82
Gráfico 14– Categorização dos trabalhos por Instituição de Ensino.....	82
Gráfico 15– Categorização dos trabalhos por área do conhecimento.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPC	Benefício de Prestação Continuada
SciELO	Scientific Electronic Library Online
EAD	Educação a Distância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBCT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGICH	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DA DESIGUALDADE ESTRUTURAL	21
2.1	BREVES APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	21
2.2	A CONSTRUÇÃO DA SUBCIDADANIA BRASILEIRA	24
2.3	MÚLTIPLAS DESIGUALDADES: BREVE PANORAMA ECONÔMICO E EDUCACIONAL DO BRASIL	30
2.3.1	Desigualdade Educacional: estratificação no ensino brasileiro	33
2.3.2	Desigualdade Econômica	43
2.3.3	Quantificação da desigualdade no Brasil: análise dos rendimentos de todas as fontes no ano de 2023	49
3	ESTRATIFICAÇÃO E CLASSES SOCIAIS: OS LUGARES MATERIAL E SIMBÓLICO DA CLASSE MÉDIA	57
3.1	ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	57
3.2	MOBILIDADE SOCIAL: BREVE ANÁLISE TEÓRICA.....	59
3.3	CLASSES SOCIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS	62
3.3.1	Análise de classe neomarxista de Erick Olin Wright	62
3.3.2	Análise de classe por Pierre Bourdieu	65
3.3.3	O lugar da classe média na estrutura de classes brasileira	69
4	DESEMPENHO, COMPETIÇÃO E MERITOCRACIA: JUSTIFICANDO PRIVILÉGIOS?	76
4.1	A MERITOCRACIA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA <i>STRICTO SENSU</i> BRASILEIRA: UM ESTADO DO CONHECIMENTO.....	76
4.2	MERITOCRACIA: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR.....	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

Não é nossa culpa. Nascemos já com uma bênção. Mas isso não é desculpa pela má distribuição. Com tanta riqueza por aí. Onde é que está? Cadê sua fração? Com tanta riqueza por aí. Onde é que está? Cadê sua fração? Até quando esperar? [...] (Até quando esperar, 1986).

Na década de 1980, a banda brasileira Plebe Rude, por meio da sua canção “Até quando esperar” (1986), questionou a má distribuição de riquezas no Brasil e a aceitação da desigualdade e injustiça social. No entanto, passados quase quarenta anos, pode-se observar que o cenário nacional continua o mesmo, ou seja, um país estratificado, que apresenta uma grande massa de indivíduos vivendo na extrema pobreza e, de forma contrastante, tem em torno da metade da renda do país concentrada nas mãos dos 10% mais ricos (Medeiros, 2023). Nesse contexto, a meritocracia é apresentada como uma justificativa moral da desigualdade.

Em vista disso, esta dissertação surge como fruto das inúmeras inquietações e reflexões afloradas no decorrer de minha trajetória, relaciono isso à minha origem social, pois sou filha de trabalhadores advindos da classe mais baixa da sociedade, sem escolarização e privilégios. Observo que sempre fui regada pelo discurso do “sucesso pelo esforço” e “ascensão social pela escolarização”, em alguns momentos também confiei na falácia da meritocracia. No entanto, ao participar das aulas do *Seminário Avançado de Estudos Interdisciplinares em Educação, Meritocracia e Justiça Social*, neste Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da UFFS, pude compreender os efeitos contraditórios do discurso da meritocracia e visualizar sua utilização como forma de legitimação das desigualdades sociais. Assim, surgiu o interesse em me aprofundar no assunto e pesquisar a meritocracia atrelada a reprodução de privilégios da classe média e as dificuldades de ascensão das classes baixas.

Considerando que o tema meritocracia não é de conhecimento comum, começo essa introdução trazendo o seu conceito. Barbosa (2008) define a meritocracia como um conjunto de valores que determinam que as posições das pessoas na sociedade devem ser resultado do mérito individual, ou o “reconhecimento público da qualidade das realizações individuais” (Barbosa, 2008, p. 22). A meritocracia é a ideologia espontânea do capitalismo e de forma a minimizar a crítica moral da avassaladora desigualdade social vislumbrada em todo o mundo, os vencedores, que alcançaram o topo do sucesso, querem acreditar que seu prestígio tem uma justificativa moral, ou seja, que conquistaram e mereceram o sucesso que têm, porquanto é decorrência do próprio talento e empenho (Sandel, 2020).

A meritocracia surge como uma crítica à aristocracia, mas, de acordo com Markovits (2019, p. 144), “[...] não desfaz a aristocracia, pelo contrário, renova-a, moldando uma nova

ordem de castas, projetada para um mundo em que a riqueza consiste não em terras ou fábricas, mas em capital humano, no trabalho livre de trabalhadores qualificados”. De acordo com Sandel (2020) o aumento da desigualdade em décadas recentes não acelerou a mobilidade social ascendente, mas, ao contrário, permitiu a reprodução de privilégios. Sandel inclusive, refere que “[...] a meritocracia de hoje endureceu, tornando-se uma aristocracia hereditária (2020, p.38)”.

No Brasil, em especial, a classe média é a principal detentora e beneficiária de capital cultural¹, que é utilizado como forma de reprodução e manutenção da classe, porquanto em um cenário mercantil altamente competitivo e sedento por qualificação e especialização dos profissionais, apenas os “melhores” e mais qualificados conseguem posições de destaque e com bons rendimentos. Nessa perspectiva, é importante observar que a elite não necessita do capital cultural para se manter ou se reproduzir, uma vez que em sua grande maioria, sua fonte de renda é advinda de propriedades e de meios de produção que são passados de uma geração para outra. No entanto, a classe média brasileira utiliza os conhecimentos altamente valorizados, que advém da possibilidade de tempo livre para estudos e a posse de algum capital econômico, para obter como resultado a possibilidade de bons cargos e funções, com a manutenção de bons salários e prestígio social.

Nessa perspectiva, o capital econômico, de regra, é visto como o único capital que determina as oportunidades dos indivíduos, o capital cultural tende a ser escondido. E, nas palavras de Jessé Souza (2018, p. 121) “[...] justamente isso o habilita a ser uma justificação eficaz da desigualdade produzida entre, de um lado, as classes que o monopolizam e, de outro, as classes condenadas ao trabalho semiqualficado e desqualificado”. Nesse contexto, o jovem das classes populares, em grande maioria, reproduz a falta de aptidão com os estudos advinda dos pais, por isso, ingressa no âmbito escolar com um destino já traçado.

Isto posto, a relevância social do tema proposto para a pesquisa pode ser vislumbrada de forma bem pragmática, veja-se: constantemente quando nos deparamos com alguma pessoa em condição digna de prestígio social, seja pelos seus altos rendimentos ou conhecimentos, pensamos, de forma espontânea, no esforço depreendido para tal ou no seu “mérito”. Inicialmente, não nos questionamos sobre os privilégios, gatilhos e fatores que a levaram até o topo. Da mesma maneira, essa lógica é aplicada em situações em que vislumbramos sujeitos expostos às condições de vulnerabilidade social, o pensamento imediato está direcionado ao “merecimento” ou a falta desse, culpando unicamente o indivíduo. Em vista disso, o

¹ Termo criado pelo Sociólogo Pierre Bourdieu, resumidamente, se refere aos gostos, comportamentos e conhecimentos que o indivíduo herda de sua família. Será estudado de forma mais aprofundada na Seção 3.3.3.

“esquecimento” do social no individual é o que permite a celebração do mérito individual, que em última análise justifica e legitima todo tipo de privilégio em condições modernas” (Souza, 2009, p. 43). E, ainda pior, esse mesmo esquecimento “permite atribuir “culpa” individual àqueles “azarados” que nasceram em famílias erradas, as quais só reproduzem, em sua imensa maioria, a própria precariedade” (Souza, 2009, p. 43). Diante disso, podemos perceber “os comportamentos moralmente desagradáveis que a ética meritocrática promove, tanto entre vencedores quanto entre perdedores. Entre os vencedores, gera arrogância; entre os perdedores, humilhação e ressentimento” (Sandel, 2020, p. 40).

Outro ponto importante para demonstrar a relevância social da problemática aqui apresentada é a compreensão das (im)possibilidades de ascensão social pelas classes baixas relacionada com a reprodução da classe média por meio do capital cultural. De imediato, pode-se afirmar que a escolarização é um dos fatores de mobilidade social ascendente. No entanto, ao esmiuçar o tema, percebe-se que a educação/escolarização pode se tornar um fator de reprodução das desigualdades sociais, veja-se:

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (Bourdieu, 2007, p. 41).

A classe média² utiliza o capital cultural como forma de reprodução de privilégios, porquanto adere aos valores escolares, transmitindo para as novas gerações a necessidade do estudo e qualificação, que irão lhe trazer potencial competitivo e vantagens econômicas. Consoante Bourdieu (2007), as crianças da classe média devem à sua família não só os encorajamentos ao esforço escolar, mas também um caráter moral de ascensão social e de aspiração ao êxito na escola, que lhes permite contrapesar a carência cultural com a aspiração fervorosa à aquisição de cultura. De outro lado, de acordo com Bourdieu (2007) as crianças

²O conceito de classe social será analisado de forma mais aprofundada, mas sem intuito de esgotar o tema, na Seção 3.3 “CLASSES SOCIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS”. No entanto, nesse momento é importante esclarecer que serão estudados os seguintes autores: Erick Olin Wright, que realiza uma análise neomarxista de classe, reconhecendo a exploração capitalista e a importância da qualificação e autoridade na definição da posição da classe, além de perceber a posição contraditória de alguns integrantes da classe média; Pierre Bourdieu que sustenta sua tese considerando a dimensão simbólica, entendendo que os estilos de vida são manifestações de classes diferentes, ou seja, determinados hábitos e costumes são utilizados para distinguir grupos sociais, o que gera uma luta classificatória; e Jessé Souza que traz a discussão da classe média no Brasil, percebendo também que as classes não podem ser analisadas somente levando em consideração a renda. Para Jessé, uma análise de classe deve observar os aspectos simbólicos, como o estilo de vida, hábitos e comportamentos. Assim, as classes sociais podem ser vistas como agrupamentos de indivíduos que possuem comportamentos e estilos de vidas similares.

oriundas das classes populares são duplamente prejudicadas no que respeita à facilidade de assimilar a cultura e a propensão para adquiri-la, veja-se que: “[...] algumas vezes, ainda que alguns pais estimulem os filhos a irem à escola, os motivos dessa escolha são ‘cognitivos’, da ‘boca para fora’, posto que a maior parte desses pais também não foi à escola [...]” (Souza, 2009, p.46). Portanto, percebe-se que o capital cultural permite a classe média lutar no mercado de trabalho por empregos melhores e mais estáveis do que os marginalizados (Souza, 2018). Mas, a ideologia meritocrática está tão normalizada em tempos de neoliberalismo que raramente é discutida, logo, torna-se necessário compreendê-la e questioná-la.

Ademais, o presente estudo apresenta grande relevância na esfera acadêmica, porquanto a temática da meritocracia ainda é emergente, ou seja, existem poucas pesquisas desenvolvidas no intuito de compreender e desmistificar o assunto, demonstrando suas contradições e seus efeitos negativos. Para tanto, por meio do exercício estado do conhecimento realizado, foi possível identificar as carências e omissões desse tema cuja importância é crucial para o bom desenvolvimento da sociedade moderna. Ainda, na medida em que o presente trabalho une temáticas como meritocracia, estratificação social e classe média, percebe-se um afinamento nas pesquisas acadêmicas, reduzindo-se ainda mais o número de trabalhos publicados. Assim, as reflexões, as coletas de dados e as investigações que serão realizadas no presente estudo poderão servir de base teórica para futuros pesquisadores do tema em nível de graduação e pós-graduação. Posto isso, passa-se à análise dos problemas e objetivos da presente pesquisa.

Conforme demonstrado no decorrer da dissertação, os conceitos-chaves da pesquisa são: meritocracia, estratificação social, classe média e capital cultural. Logo, a pesquisa tem o intuito de responder o seguinte problema: a partir da mobilização de referências teóricas interdisciplinares, em que medida o capital cultural explica a reprodução de privilégios da classe média brasileira em um cenário de desigualdades sociais e apelo meritocrático?

Em vista disso, o objetivo geral da pesquisa concerne em compreender, por meio de pesquisa bibliográfica de cunho interdisciplinar no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, o processo de legitimação e reprodução da classe média brasileira a partir da ideologia meritocrática, considerando os desafios de mobilidade social em contexto de alta desigualdade social. Para tanto, apresentam-se os objetivos específicos:

- 1) examinar o processo de estratificação social brasileiro por meio de indicadores de natureza qualitativa, destacando as (im)possibilidades de mobilidade social ascendente das classes mais baixas.
- 2) mobilizar referencial teórico interdisciplinar, de forma a compreender o lugar material e simbólico da classe média e qual a influência do capital cultural na reprodução dos

seus privilégios.

3) analisar, por meio de pesquisa bibliográfica interdisciplinar em ciências humanas e sociais, a meritocracia e seu impacto nas relações sociais, em especial, na legitimação/manutenção das desigualdades.

Nessa perspectiva, aliado com os princípios basilares do presente Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, e da Linha de Pesquisa 2: Educação, Culturas e Cidadanias Contemporâneas, e com intuito de responder os questionamentos apontados será realizada uma pesquisa de natureza teórica e de cunho interdisciplinar, abordando diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo: economia, através da análise de dados e pesquisas do IBGE, além da utilização do livro do autor Marcelo Medeiros; no campo da sociologia serão utilizadas obras de diversos autores, como por exemplo: Jessé Souza, Pierre Bourdieu, Lilia Moritz e Heloisa Starling, Livia Barbosa, Erick Olin Wright e entre outros; na filosofia será utilizada a obra de Michael J. Sandel além de outros autores. . Nesse sentido, de acordo com Barreto, Olario e Marcelino (2015, p.04) “[...] quando diferentes disciplinas buscam alcançar um objetivo comum por meio da interação e trocas entre seus saberes específicos, temos então uma ação interdisciplinar.”

Quanto à abordagem, será utilizada uma abordagem qualitativa, ou seja, serão analisados conceitos e aspectos sociais que não podem ser mensurados objetivamente. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Além disso, será utilizada a pesquisa bibliográfica que “[...] consiste em procedimento metodológico muito aplicado às pesquisas exploratórias. Esse tipo de pesquisa é uma etapa comum aplicada na maior parte das pesquisas científicas” (Costa; Costa, 2019, p.435). A pesquisa bibliográfica utiliza elementos que foram submetidos a análises e reflexões, por exemplo: livros, artigos científicos, teses. (Costa; Costa, 2019).

Esta dissertação será composta por esta Introdução, além de três capítulos, quais sejam: Capítulo 2 – *Formação da sociedade brasileira: a construção da desigualdade estrutural*, no qual será realizado um breve panorama trazendo aspectos econômicos, políticos e culturais do Brasil, de forma a explicar pontos importantes da formação do país, como a colonização e o período da escravidão, os quais explicam as múltiplas desigualdades existentes na contemporaneidade. Além disso, serão apresentados dados qualitativos que demonstram o nível da desigualdade no Brasil. Capítulo 3 – *Estratificação e classes sociais: os lugares material e simbólico da classe média*, esse capítulo iniciará trazendo o conceito de estratificação social, posteriormente irá analisar classes sociais, por intermédio da abordagem Neomarxista de Erick

Olin Wright, de Pierre Bourdieu e Jessé Souza. Ainda, serão observados os efeitos da influência do capital cultural na classe média brasileira. No Capítulo 4 – *Desempenho, competição e meritocracia: justificando privilégios*, será abordada a temática principal, qual seja, meritocracia, trazendo conceitos e discussões acerca de sua história e seus efeitos. Por fim, serão apresentadas as considerações finais da pesquisa.

2 FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DA DESIGUALDADE ESTRUTURAL

Combater a desigualdade é um fim e um meio para outras coisas. Reduzir a desigualdade é algo importante porque para uma parte grande da desigualdade existente ou resulta de causas injustas, o que a torna moralmente inaceitável, ou tem consequências negativas para muita gente, o que torna mais igualdade algo recomendável (Medeiros, 2023, p.4).

Este capítulo busca, de forma breve, mostrar o processo de formação da sociedade brasileira, apresentando dados e fatos históricos, desde o início do processo colonial até os dias de hoje. Além disso, para compreender de que forma a desigualdade se tornou estruturante no Brasil, é preciso investigar a construção do subcidadão brasileiro³, sujeito que apresenta *habitus* precários⁴, desvalorizados na sociedade brasileira. Sua inaptidão somada a desvalorização o tornam um sujeito que não é útil e produtivo ao mercado, logo, digno de todas as barbáries que enfrenta. Assim, sua situação de pobreza e vulnerabilidade, em uma sociedade meritocrática, podem ser justificadas pela sua falta de merecimento, ignorando-se as múltiplas desigualdades existentes na sociedade.

Neste capítulo serão explanados dois tipos de desigualdades existentes no Brasil, quais sejam: educacional e econômica, com o objetivo de questionar a (in)existência de uma sociedade justa e equitativa.

2.1 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O Brasil carrega consigo as cicatrizes deixadas pela colonização e pelos anos de escravidão. Dessa forma, não há possibilidade de compreender a sociedade brasileira no século XXI, sem revisitar a história e analisar os principais momentos na formação histórica e cultural do país. O processo de exploração e colonização do Brasil inicia, em 22 de abril de 1500, quando Pedro Álvares Cabral chega à costa brasileira e toma posse do território, no qual “havia um vasto contingente populacional espalhado pelo continente, apresentando diversas formas de articulação social, econômica e política em escala regional e local” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 48).

³ Conceito elaborado pelo autor Jessé Souza (2023), o qual será explanado posteriormente.

⁴ Conceito elaborado pelo autor Jessé Souza (2023), o qual será explanado posteriormente.

No entanto, de acordo com Schwarcz e Starling (2018, p.40) começa naquele momento um morticínio, uma vez que “[...] uma população estimada na casa dos milhões em 1500 foi sendo reduzida aos poucos a cerca de 800 mil, que é a quantidade de índios que habitam o Brasil atualmente”. Essa redução populacional é resultado de fatores diversos. Um fator importante foi a barreira epidemiológica que era favorável apenas aos europeus, uma vez que os índios morriam em ataques de agentes patogênicos, como por exemplo, sarampo, varíola, catapora, tifo, peste bubônica, gripe e entre outros (Schwarcz; Starling, 2018). Mas, não foram apenas os fatores biológicos os únicos responsáveis por tamanha mortandade. “A colonização levou à exploração do trabalho indígena e foi responsável por muita dizimação” (Schwarcz; Starling, 2018, p.40). Os portugueses também foram responsáveis por inúmeras guerras entre indígenas. Nessa perspectiva, existiam índios aliados e índios inimigos. Os índios aliados eram catequizados, civilizados e úteis aos portugueses, uma vez que tomavam parte nas guerras justas contra os índios inimigos. As guerras justas eram motivadas pela recusa à conversão, pela antropofagia e hostilidade contra portugueses e aliados (Schwarcz; Starling, 2018).

Com o aumento da exploração da cana-de-açúcar era necessário ter a manutenção da mão de obra. Mas, a utilização do trabalho indígena era um problema para os portugueses, primeiro em razão da hostilidade dos nativos, que se rebelavam constantemente. Além disso, os jesuítas desestimulavam essa prática, alegando que os nativos eram “[...] rebeldes, indolentes e não se fixavam na terra” (Schwarcz; Starling, 2018, p.64). Evidentemente, colonos e jesuítas tinham interesses diversos quanto aos nativos. Os portugueses queriam escravizar os indígenas, os jesuítas tinham interesse em catequizar e aumentar sua comunidade religiosa.

Em vista disso, os portugueses iniciam no século XVI o tráfico de escravos negros para o Brasil. Os escravos negros passam a ser o alicerce de manutenção da produção, de acordo com Schwarcz e Starling (2018, p. 79) “[...]os escravos chegaram a constituir, em regiões como o Recôncavo, na Bahia, mais de 75% da população”. O Brasil foi um dos maiores responsáveis pelo tráfico de escravos africanos. A escravidão foi tão naturalizada, que deixou de ser uma opção somente para os grandes senhores de engenhos, uma vez que padres, militares, artesãos, pequenos lavradores, pobres e até libertos possuíam escravos (Schwarcz; Starling, 2018). Os efeitos da escravidão ultrapassaram a esfera econômica, de tal modo que “[...] moldou condutas, definiu desigualdades sociais, faz da raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 96).

Passados muitos anos, em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, utilizada como uma manobra para acalmar a oposição. Mas, de forma inegável, contribuiu com o fim do sistema,

uma vez que libertava os escravos que nascessem após sua promulgação, mas não suas mães. Logo, os menores permaneciam com as genitoras até que completassem 8 anos, quando o senhor poderia escolher entre receber uma indenização do Estado ou utilizar os serviços do menor até que completasse 21 anos (Schwarcz; Starling, 2018). No ano de 1884 foi extinta a escravidão no Ceará e no Amazonas. Já, no ano de 1885 foi promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe, que possibilitava a liberdade aos escravos de mais de sessenta anos, embora garantia os serviços por mais três anos. Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea assim referiu: “Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil” (Brasil, 1888). Em decorrência da abolição, foram libertos 700 mil escravos, que nesse momento já representavam pequena porcentagem da população, que era estimada em 15 milhões de pessoas (Schwarcz; Starling, 2018).

A abolição da escravidão não foi apenas um ato de bondade da Princesa Isabel, conforme bem referido por Schwarcz e Starling (2018, p.310) “[...] a imagem pública de Isabel seria mesmo muito valorizada com a lei, sendo ela lembrada como ‘a redentora dos negros’”. Além disso, a abolição, sem uma política de caráter reparatório, não seria capaz de promover a liberdade e a igualdade, dado que “[...] os ex-escravos num primeiro momento, em vez de serem reconhecidos como iguais, foram nomeados como libertos ou então, de forma derogatória, os ‘treze de maio’, numa referência jacososa ao Dia da Abolição” (Schwarcz; Starling, 2018, p.500).

O liberto foi abandonado à própria sorte, sem qualquer auxílio/suporte estatal. Assim, o ex-escravo, depois da abolição “[...]se viu, agora, responsável por si e por seus familiares, sem que dispusesse dos meios materiais ou morais para sobreviver numa nascente economia coletiva do tipo capitalista e burguês” (Souza, 2023, p.188). Jessé Souza, ao analisar a construção social da subcidadania, relembra que o liberto não apresentava os requisitos sociais e psicossociais necessários para sobreviver no ambiente competitivo e garantir o sucesso.

Faltava-lhe vontade de se ocupar com as funções consideradas degradantes (que lhe lembravam o passado), pejo que os imigrantes italianos, por exemplo, não tinham; não eram suficientemente industriais nem poupadores; e, acima de tudo, faltava-lhe o aguilhão da ânsia pela riqueza. Acrescentando-se o abandono dos libertos pelos antigos donos e pela sociedade, estava, de certo modo, prefigurado o destino da marginalidade social e da pobreza econômica (Souza, 2023, p.188).

Assim, nesse contexto pós-escravidão, restava para o negro os interstícios marginais do sistema, ou seja, nas palavras de Souza (2023, p.189) “[...] o mergulho na escória proletária, no ócio dissimulado ou ainda na vagabundagem sistemática e na criminalidade fortuita ou permanente”. Devido à todas as violências e privações do passado recente, o liberto oferecia um comportamento reativo, não se adequando às novas demandas. Além disso, apresentava dificuldade

em compreender as obrigações decorrentes da venda da força de trabalho, exibia indisciplina contra a supervisão. No entanto, todos esses fatores contribuíam para o insucesso e confirmava o preconceito contra os negros (Souza, 2023).

2.2 A CONSTRUÇÃO DA SUBCIDADANIA BRASILEIRA

A naturalização da desigualdade se fundamenta na retórica meritocrática. A acreditar que o indivíduo possui apenas o que merece, se estabelece uma lógica de que os sujeitos marginalizados e/ou mais vulneráveis são fruto de suas próprias escolhas. Todavia, essa lógica não considera as diversas formas de exclusão e estratificação impostas pela sociedade. Em vista disso, nesse momento, será analisada a teoria do subcidadão brasileiro, de Jessé Souza, construída fundamentalmente a partir das leituras de autores como Max Weber, Pierre Bourdieu e Charles Taylor.

Jessé Souza (2023) ao estudar a teoria de Florestan Fernandes, percebe que a análise sobre a integração do negro na sociedade de classes, pode ser ampliada para abranger também os indivíduos despossuídos e os dependentes em geral, não importando a cor, uma vez que o único elemento que os diferenciava era o racismo. Em vista disso, nota-se que na sociedade do desempenho, a cor da pele não é o único fator determinante de desprezo, visto que o dependente ou agregado também participa da ralé estrutural, que nas palavras de Jessé Souza (2023, p.147) é composta por “[...] seres humanos a rigor, dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para funções produtivas essenciais, e que conseguem sobreviver nos interstícios e ocupações marginais da ordem produtiva”. Nesse sentido a ralé estrutural é composta por todos aqueles que estão à margem da lógica econômica, ou seja, não são úteis economicamente falando. De acordo com Souza (2023) no século XIX, cerca de 2/3 da população brasileira era formada pela ralé.

Com base na análise da obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre os dependentes formalmente livres no Vale do Paraíba, Souza (2023) traz a reflexão sobre a violência que permeia o cotidiano desses indivíduos, é uma violência endêmica gerada pela extrema pobreza e vulnerabilidade, as quais se juntam a instabilidade gerada pela mobilidade social horizontal e a ausência de um código moral de conduta que propicie padrões de conduta institucionalizados.

Devido à falta desses padrões de conduta institucionalizados os conflitos serão resolvidos por meio da violência e brutalidade. A ausência do Estado abre brechas para a institucionalização da criminalidade. Logo, diante da “[...] ausência de formas de regulação externa da conduta, seja através de mecanismos reguladores externos, seja através de códigos morais

internalizados, a violência se erige em conduta aceita e legítima” (Souza, 2023, p.149). Assim, a violência cumulada com a pobreza e padrões de comportamentos não aceitos pela sociedade, por exemplo, falta de dominação da língua culta, código de vestimenta inadequado, comportamento mais rude, gera uma casta de indivíduos que são vistos como subcidadãos, ou seja, são considerados por parte da sociedade como pessoas sem valor, que devem se manter à margem. Essa problemática, pode ser visualizada na literatura clássica brasileira, por meio da narrativa apresentada no livro *Vidas Secas*, escrito em 1938 por Graciliano Ramos, que conta a história do retirante nordestino Fabiano e sua família. A obra traz à tona a dura realidade da seca e da pobreza enfrentava no sertão. Além disso, apresenta claramente a dificuldade de mobilidade social, veja-se:

[...] Tinha obrigação de trabalhar para os outros, naturalmente, conhecia o seu lugar. Bem. Nascera com esse destino, ninguém tinha culpa de ele haver nascido com um destino ruim. Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia. Tinha vindo ao mundo para amansar brabo, curar feridas com rezas, consertar cercas de inverno a verão. Era sina. O pai vivera assim, o avô também. E para trás não existia família. Cortar mandacaru, ensebar látégos – aquilo estava no sangue. Conformava-se, não pretendia mais nada (Ramos, 2024, não paginado).

Nesse mesmo sentido, ao esmiuçar o tema da desigualdade estrutural, Florestan Fernandes percebe que as condições da inadaptação negra podem ser comparadas aos dependentes rurais brancos, “[...] misturando esses dois elementos como se compusesse, em conjunto, a ‘gentinha’ ou a ‘ralé nacional’”. O fator cor da pele, age como uma ferida adicional, tendo em vista que o problema central é o abandono e inadaptação, que atinge ambos os grupos (Souza, 2023).

A desigualdade social é uma das condições estruturantes da sociabilidade brasileira, porquanto os indivíduos se encontram alocados em um espaço social de posições que possui disparidades de oportunidades de vida, visualizado por determinantes *ex ante*, ou seja, anteriores ao nascimento e as chances de acesso a renda, bens ou serviços e também por determinantes que são visualizadas depois, chamadas de *ex post*, manifestadas de várias maneiras como, por exemplo, na distribuição das recompensas estatutárias, no fruto do trabalho social, na alocação dos recursos de poder e das chances que os indivíduos têm de mudar de posição social, no acesso aos direitos, entre outros (Cardoso, 2019).

Cardoso (2019) de forma acertada refere que o principal ponto que interessa sobre a desigualdade brasileira não é verificar o seu lugar no ranking mundial, mas sim desvendar suas características e estabelecer as diferenças em comparação com os outros países, ou seja, ir além

dos números e questionar quais mecanismos são utilizados na sua perpetuação e legitimação, que perpassa diferentes momentos e governos na história do país. Para Cardoso (2019) a legitimidade dos ordenamentos sociais tem estreita relação com os sentidos de justiça dos seus cidadãos, ou seja, a percepção da desigualdade como um problema é apenas compreensível se analisada por meio de um critério de justiça distributiva. Esse critério é socialmente construído e reproduzido, podendo ser fruto de comparações interpessoais da vida cotidiana vivida.

O ideal da meritocracia influencia diretamente no conceito moral da desigualdade. A premissa de que todos têm as mesmas oportunidades, ou, no jargão popular “todos têm as mesmas 24 horas no dia, depende de como cada um vai utilizá-las”, traz à tona o falso sentimento de justiça social, ou seja, nessa perspectiva meritocrática, as oportunidades são oferecidas igualmente para os indivíduos, mas o sucesso dependerá do esforço individual. Assim, na sociedade meritocrática, em que o sucesso ou a falta dele é unicamente definido pelo esforço do indivíduo, a reprodução de um *habitus* precário é a razão da marginalização e inadaptação dos grupos sociais mais vulneráveis, independentemente da cor da pele. Jessé Souza (2023, p.193) afirma “[...] não é, antes de tudo, um preconceito de cor, mas sim um preconceito que se refere a certo tipo de ‘personalidade’, julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade”. Nesse sentido, *habitus* seria

a apropriação de esquemas cognitivos e avaliativos transmitidos e incorporados de modo pré-reflexivo e automático no ambiente familiar, desde a mais tenra idade, permitindo a constituição de redes sociais, também pré-reflexivas e automáticas, que cimentam solidariedade e identificação, por um lado, e antipatia e preconceito, por outro (Souza, 2023, p.192).

O *habitus* não se trata de característica inerente ao indivíduo, bem como não se confunde com personalidade, mas se refere as disposições para a ação social. Ao analisar as contribuições de Pierre Bourdieu na sociologia da educação, Cláudio e Maria Alice Nogueira (2002, p. 22) referem que “[...] segundo Bourdieu, cada grupo social, em função das condições objetivas que caracterizam sua posição na estrutura social, constituiria um sistema específico de disposições para a ação, que seria transmitido na forma do *habitus*”. Assim, o *habitus* é construído socialmente e conforme Bourdieu (2011, p.164) “[...] as condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes”, ou ainda, “no limite, o essencial do que se transmite numa família talvez seja aquilo que não é transmitido intencionalmente: desde a linguagem até a dimensão que chamaremos de psicológica” (Bourdieu, 2023, p.218).

Bourdieu ao criar o conceito de *habitus* tem como base a sociedade francesa, que apresenta características muito diferentes da sociedade periférica brasileira. Dessa forma, Jessé

Souza (2023) propõe uma subdivisão interna à categoria do *habitus*, usando uma pluralidade de *habitus*, porquanto

Se o *habitus* representa a incorporação, nos sujeitos, de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômico-social devem implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo em tais mudanças (Souza, 2023, p.202).

Neste aspecto, se o *habitus* primário, proposto por Bourdieu, é a generalização das precondições sociais, econômicas e políticas do sujeito útil, Jesse traz o conceito de *habitus* precário, que seria um *habitus* secundário. Assim,

O *habitus* precário seria o limite do *habitus* primário para baixo, ou seja, aqueles tipos de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas conseqüências existenciais e políticas (Souza, 2023, p. 204).

Dessa forma, o *habitus* precário seria visualizado no comportamento do sujeito que não atende às demandas sociais objetivas para ser considerado útil e produtivo em uma sociedade competitiva. De acordo com Souza (2024, p.17) "A 'subcidadania', ou seja, a condição política e social de integrantes da 'ralé brasileira', foi teoricamente definida como a construção e reprodução social, decorrentes de múltiplos fatores, de um '*habitus* precário' [...]". Sob esse olhar de reprodução de um *habitus* precário, Jesse Souza (2023), questiona o motivo de alguns indivíduos serem admirados e outros desprezados, e a explicação para tal fato está relacionada a cultura invisível que molda os sujeitos. A herança familiar invisível, ou o *habitus* como conceitua Pierre Bourdieu apresenta fator determinante nesse aspecto. Toda criança é formatada a partir da influência de seus responsáveis, sobretudo, na idade entre 0 e 3 anos. Nessa fase, a criança incorpora a percepção de seus criadores sobre o mundo. Possivelmente na idade adulta, o indivíduo não terá memórias sobre os fatos ocorridos nessa fase, mas essa socialização refletirá nos padrões de comportamentos que ele irá apresentar no decorrer de sua vida. É comum pensar que os comportamentos e pensamentos críticos são produzidos conscientemente. Mas, em sua grande maioria, são inconscientes, elaborados de forma pré-reflexiva e automática, sendo fruto do *habitus* familiar.

Nessa perspectiva, considerando que o sujeito é moldado pela socialização familiar, é necessário compreender que cada família apresenta um *habitus* diferente, sendo diferenciado sobretudo em razão de sua classe social. Nesse caso, é importante ter em mente que as classes

sociais não são diferenciadas apenas pela sua renda, mas por diversos fatores complexos, como por exemplo, a quantificação de capital cultural.

Como todos os indivíduos vão ser formatados por uma herança familiar que lhe é 'inconsciente', a produção de indivíduos diferencialmente capacitados para a competição social pode ser silenciada. É este silêncio que mantém a falácia do mérito pessoal como a principal crença da sociedade moderna. Como todo o mérito individual foi formado ou possibilitado socialmente, é o silenciamento das diferentes situações de classe de cada um que permite a crença de um sucesso criado do nada para alguns e a pecha de fracassados para outros (Souza, 2023, p.18).

O sujeito moderno é composto pela tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, ou conforme Souza (2023, p.21) "[...] uma economia emocional e uma racionalização da condução da vida peculiares é o que constitui a noção de sujeito moderno". Esse sujeito, que pode ser moldado e utilizado para qualquer fim economicamente viável, é visto como o padrão desejado, porquanto ele apresenta um *habitus* disciplinar. No entanto, Jessé Souza (2024, p.27) compreende que "a ausência de disciplina passa a significar simplesmente a marginalização e a pobreza - ou seja, literalmente, a morte em vida". Dessa forma, a capacidade de incorporar o *habitus* disciplinar irá influenciar no valor das pessoas na sociedade. A sociedade moderna determina o valor do indivíduo com base na sua capacidade produtiva. Assim, aqueles que não possuem autocontrole, disciplina e pensamentos prospectivos possuem poucas chances de ascensão social.

O pensamento prospectivo desempenha um papel fundamental, visto que ele gera o indivíduo racional, que planeja seu futuro e cria uma projeção de futuro viável. Nesse sentido, as classes sociais que não conseguirem incorporar o pensamento prospectivo estão condenadas a uma vida "sem futuro" nas palavras de Jessé Souza. O respeito social do indivíduo é baseado na sua capacidade de incorporar o *habitus* disciplinar, ou seja, na capacidade de ter inteligência emocional. Em vista disso, a pessoa que apresenta um bom vocabulário, uma fala gentil, que não fala alto e não chama atenção, apresenta a linguagem corporal esperada, se veste nos padrões, é vista com bons olhos e se torna socialmente digna de respeito. Essas características são herdadas da socialização familiar e escolar, que é moldada de acordo com a classe social que a família pertence (Souza, 2023).

Jesse Souza (2023, p.24) ao analisar o *habitus* refere "[...] o *habitus* se mostra a cada um de nós pelas formas do corpo, pelos movimentos, pelo ritmo da fala ou do andar", e ainda complementa "sabemos a classe social de uma pessoa pela forma como ela fala, se comporta e se veste, sem que haja necessidade de a pessoa em questão expressar uma palavra sequer" (Souza, 2023, p.24). Aos indivíduos nascidos em famílias pobres, desprovidas de conhecimentos

considerados úteis, que não desenvolveram o pensamento prospectivo, disciplina e autocontrole resta o *habitus* precário. Nesse sentido, os pais não conseguem transmitir aos filhos valores que eles mesmos não aprenderam, Jessé Souza (2023, p.26) assim questiona "Como vão ensinar às crianças a importância do pensamento abstrato se todo o seu cotidiano é dominado por problemas e relações concretas e imediatas?". Além disso, refere "Como vão ensinar a importância de planejar o futuro se toda a vida é vivida no aqui e no agora, no tempo presente?" (Souza, 2023, p.26), ou ainda "se a escola do pai não o libertou da pobreza, se a escola da mãe não deu a ela melhores condições de vida, como a criança acreditará que isso acontecerá com ela?" (Souza, 2023, p.27).

A incorporação de um *habitus* específico está intimamente ligada à posição social que o indivíduo tende a alcançar na sociedade bem como irá influenciar suas relações interpessoais, uma vez que as pessoas se relacionam, preferencialmente, com outros indivíduos que apresentam padrões de comportamentos parecidos. Nessa mesma perspectiva, os sentimentos de empatia/solidariedade também são concebidos, sobretudo, entre semelhantes. As implicações práticas disso são visualizadas na criação de um tipo de "sujeito inferior", o qual "merece" o fracasso e a pobreza decorrentes do seu *habitus* precário. O mercado econômico e o Estado "[...] reproduzem uma visão de mundo e do ser humano contingente historicamente produzida, que hierarquiza indivíduos e classes sociais de acordo com seus imperativos funcionais" (Souza, 2023, p.160). Essa hierarquização de indivíduos traz consequências no âmbito social e pessoal, visto que a naturalização das desigualdades gera uma falsa percepção de que o indivíduo é o único responsável pelo seu desempenho social. As desigualdades podem não ser percebidas quando o a ideia de que as coisas são assim por uma ordem natural e não por serem injustas, um exemplo disso são as sociedades extremamente desiguais que conseguem legitimar suas estratificações, porque a mobilidade social é vista como algo tangível a todos (Cardoso, 2016).

Nesse sentido, a percepção da desigualdade e a legitimação da ordem estão conectadas por meio da medida do que é socialmente visto como justo ou injusto, sendo construído historicamente. Dessa forma, algumas sociedades extremamente desiguais podem não ser percebidas dessa forma, enquanto outras são, causando o sentimento de revolta. A percepção da desigualdade está intimamente ligada àquilo que os indivíduos enxergam, como boa vida ou boa sociedade, do mundo como ele deveria ser. Esses ideais de justiça podem ser construídos com base em pensamentos coletivos ou individuais, podem decorrer de condições de classe, de cultura, podem ser mais ou menos realistas, levando em consideração a realidade fática ou uma inventada (Cardoso, 2016).

2.3 MÚLTIPLAS DESIGUALDADES: BREVE PANORAMA ECONÔMICO E EDUCACIONAL DO BRASIL

O tema desigualdade não é uma novidade entre pesquisadores e estudantes, ainda no ano de 1753, Jean-Jacques Rousseau iniciou suas pesquisas sobre o assunto. No ano de 1755, foi lançado seu livro “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, conhecido como segundo discurso (Torres, 2022). Rousseau atribui à propriedade privada a causa inicial da desigualdade, visto que os homens enquanto estavam no “estado de natureza”, vivendo livres e de forma comunitária não nutriam sentimentos de autoconsideração, estima ou desprezo. Além disso, permanecia o sentimento de piedade, necessário para a sobrevivência mútua da espécie. Mas, esse estado de inocência, de acordo com Rousseau, foi rompido pela instituição da propriedade privada e da desigualdade moral, a qual irá atribuir valor demasiado para a desigualdade natural, que era insignificante no estado de natureza. Assim, a desigualdade natural passa a apresentar grandes consequências para a vida social dos indivíduos (Torres, 2022).

[...] o verdadeiro desastre só veio a ocorrer, porém, quando, neste novo contexto moral e institucional, as desigualdades naturais entre os homens – as desigualdades de força, destreza, astúcia e inteligente – adquiriram consequências que no estágio anterior da história humana elas não podiam ter. Foi somente nesse novo estágio e sob essas novas condições que aqueles que a natureza melhor dotara passaram a tirar vantagem dessas diferenças até então insignificantes e passaram a acumular maiores riquezas e poderes, passando a dominar aos que, desprovidos desse acúmulo de bens, passaram a deles depender (Torres, 2022, p.15).

Os homens inicialmente eram iguais entre si, mas alguns fatores externos lhe trouxeram as primeiras mudanças que não afetaram a todos de igual maneira. Assim, de forma distinta, alguns adquiriram características boas, outros adquiriram características consideradas más, outros permaneceram por período maior em seu estado natural. Portanto, essa foi a primeira fonte/causa da desigualdade entre os homens (Rousseau, 2022). Em seu discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade, Rousseau (2022) assegura que existem dois tipos de desigualdade na espécie humana. A primeira é chamada de natural ou física, na medida em que decorre das diferenças físicas e biológicas, como idade, saúde, força, além das qualidades do espírito e da alma. A segunda desigualdade é chamada de moral ou política, devido ao fato de ser decorrente de uma convenção, ou seja, ela é criada e autorizada pelos homens. De acordo com Rousseau (2022, p.47) “Esta consiste nos diferentes privilégios que alguns usufruem em detrimento dos outros, como o de serem mais ricos, mais honrados, mais poderosos que eles, ou mesmo o de se fazerem obedecer por eles”.

Rousseau ao iniciar a segunda parte do discurso sobre a origem da desigualdade assegura que a propriedade privada foi fundamental no surgimento das desigualdades entre os homens.

O primeiro que, ao cercar um terreno, teve a audácia de dizer isto é meu e encontrou gente bastante simples para acreditar nele foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras e assassinatos, quantas misérias e horrores teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas e cobrindo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Não escutem esse impostor! Estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e a terra é de ninguém!” (Rousseau, 2022, p.86).

A evolução humana e tecnológica também foi fundamental no desenvolvimento das desigualdades, na medida em que, por exemplo, do cultivo das terras surgiu a necessidade de sua divisão. Assim, conseqüentemente, existindo a propriedade foram criadas as regras de justiça. “Para dar a cada um o que é seu, é preciso que cada um possa ter alguma coisa” (Rousseau, 2022, p.97). Além disso, outro fator determinante foi a distribuição natural dos talentos, uma vez que o forte realizava o trabalho mais pesado, o mais inteligente encontrava maneiras de abreviar seu trabalho, o lavrador tinha mais necessidade de ferro, o ferreiro tinha mais necessidade de trigo. Embora trabalhassem igualmente um ganhava mais e o outro menos (Rousseau, 2022). Em decorrência disso, os efeitos da desigualdade iam se perpetuando e afetando a vida dos indivíduos drasticamente.

Dessa forma, para Rousseau (2022, p. 122) a desigualdade não é visualizada no estado de natureza, mas “obtem sua força e cresce com o desenvolvimento de nossas faculdades e os progressos do espírito humano, tornando-se finalmente estável e legítima pelo estabelecimento da propriedade e das leis”. Ademais, a desigualdade moral é contrária ao direito natural, porque ela não é correspondente a desigualdade física, nesse sentido Rousseau (2022, p.122) refere que é manifestamente contra a lei da natureza “[...] que um punhado de gente tenha coisas supérfluas em abundância enquanto a multidão faminta carece do necessário”.

De acordo com Ribeiro (2019) a desigualdade nada mais é do que a possibilidade de acesso diverso a bens socialmente valorizados, podendo ser visualizada, por exemplo, através da renda e riqueza. Nesse sentido, alguns indivíduos possuem muita riqueza, enquanto outros vivem com muito pouco. Além desse exemplo, a desigualdade pode ser visualizada na distribuição de bens como moradia, educação, saúde, posições de poder e entre outros. A distribuição desses bens valorizados varia de acordo com o local e tempo. Dessa forma, a desigualdade não é visualizada apenas quando são comparados dois grupos, quais sejam, os ricos e os pobres. A desigualdade não deve ser tratada no singular, mas sim no plural, Medeiros (2023, p.17) refere

que “[...] falar de desigualdade é uma forma de descrever o mundo, e se pode descrever o mundo por diversos ângulos”. A renda não é a única forma de desigualdade visualizada, a desigualdade pode ser observada levando em consideração diversos aspectos distintos, por exemplo, a desigualdade educacional, que será tratada posteriormente.

Nessa mesma perspectiva, o sociólogo francês François Dubet (2020) também compreende que as desigualdades extrapolam os conflitos de classes e suas clivagens, na medida em que estão se multiplicando e afetando a cada indivíduo de forma singular. Assim, não são visualizadas tão facilmente, as clivagens não estão aparentes como em tempos atrás, quando o sistema de classes pareceria agregar todas as desigualdades. Para Dubet (2020) pertencemos a um universo social no qual podem ser elencadas diversas desigualdades, com inúmeros critérios e dimensões, ou seja, dependendo da posição que ocupamos somos mais ou menos desiguais, por exemplo: assalariado que recebe mais ou menos, protegido ou desamparado, idoso ou jovem, mulher ou homem, solteiro ou casado, morador de bairro nobre ou periferia, além dessas possibilidades existem diversas outras formas de desigualdades.

No entanto, essa multiplicação das desigualdades atrelada ao fato de os indivíduos terem consciência das desigualdades múltiplas que afetam suas existências transforma essa experiência, porquanto, as desigualdades são postas como uma experiência individual ou um questionamento do próprio valor, elas são dissociadas dos contextos sociais e políticos que lhes criaram. Esse sistema de desigualdades múltiplas, ao considerar a posição social do indivíduo, torna-se determinante, gerando um destino programado, uma vez que influencia sua aliança matrimonial, seu trabalho, sua forma de se vestir e agir, ou seja, a sociedade, por vezes, decide pelo indivíduo (Dubet, 2020). Esse sistema de desigualdades múltiplas cumulado com uma ideologia meritocrática produz efeitos desagradáveis aos indivíduos que se encontram na parte inferior da pirâmide social, visto que são responsabilizados pelos próprios infortúnios, ignorando a existência de fatores externos que influenciam diretamente suas condutas e perspectivas.

Conforme exposto acima, o termo desigualdade deve ser utilizado no plural, de forma que contemple as infinitas possibilidades e classificações das desigualdades. No entanto, nessa pesquisa, em consonância com os objetivos propostos, serão estudadas apenas duas espécies de desigualdade, sendo elas: a econômica e a educacional. Inicialmente, será realizada uma análise da desigualdade educacional no ensino brasileiro, com intuito de visualizar as clivagens existentes e seus reflexos na formação dos indivíduos. Além disso, na seção seguinte será analisada a desigualdade econômica do país, trazendo aspectos históricos, índices econômicos, como, por exemplo, os resultados dos rendimentos de todas as fontes no ano de 2023.

2.3.1 Desigualdade Educacional: estratificação no ensino brasileiro

O Brasil passou por dois ciclos de expansão educacional nas últimas seis décadas, o primeiro ocorreu entre 1960 e 1980, e o segundo tem início na década de 1990 até as duas primeiras décadas do século XXI. O primeiro ciclo é influenciado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, momento em que existiam apenas 93 mil alunos matriculados em instituições de ensino superior, sendo que ao final do período de expansão, na década de 1980, chegou-se à marca de 1.4 milhão de matrículas (Senkevics, 2021). Todavia, ainda existiam disparidades na educação superior, visto que no ano de 1995, o Brasil tinha 894 instituições de educação superior, sendo 684 privadas e 210 públicas. Além disso, as instituições estavam presentes, em sua maioria, nas regiões Sul e Sudeste. Em síntese, o sistema de ensino superior era elitizado e destinado aos segmentos mais privilegiados (Senkevics, 2021).

No segundo ciclo, especialmente entre os anos 1995 e 2015, o número de matrículas e cursos de graduação subiu para 8 milhões, elevando muito a taxa de escolarização, caminhando para um processo de democratização do ensino. Esse aumento apenas ocorreu devido às políticas afirmativas, elevação da qualidade da oferta, redução de disparidade de acesso, garantia de permanência entre outras (Senkevics, 2021).

Embora tenha ocorrido um avanço expressivo na educação superior brasileira nos últimos anos, visto que aumentou significativamente o número de estudantes matriculados, bem como houve absorção de estudantes, que não tinham acesso anteriormente, esse processo apresentou contradições, devido ao fato de que o ingresso desses indivíduos na educação superior não ocorreu de forma equânime, conforme (Caregnato *et al.*, 2019, p. 02) “[...] sua passagem por esse nível de escolarização é marcada pela desigualdade que, de resto, caracteriza a sociedade brasileira”. As desigualdades educacionais são vistas desde a educação infantil até o ensino superior. Nota-se que o segmento social de origem do estudante irá influenciar sua inserção educacional, afetando as oportunidades de aprendizagem (Caregnato *et al.*, 2019).

De acordo com Pereira (2024, p.26) “[...] a desigualdade estrutural é um aspecto que influencia decisivamente a universidade em nosso país, como de resto no contexto latino-americano em geral [...]”. Nesse sentido, Pereira (2024) refere que o estágio atual da universidade brasileira pode ser considerado como uma democratização inconclusa, visto que embora existam avanços e inclusão de segmentos sociais excluídos, também existem períodos com cortes orçamentários e ataques ideológicos contra a universidade. Nesse momento de cortes, a permanência na universidade só é possibilitada àqueles que possuem suporte familiar. A excelência

acadêmica é elitista, visto que indivíduos oriundos de famílias pobres possuem condições precárias de permanência escolar, enquanto indivíduos que possuem uma condição social mais abastada conseguem se desenvolver e evoluir nos estudos, sobretudo, em razão do incentivo que recebem dos pais.

Ao analisar as desigualdades educacionais é possível perceber que elas são apresentadas de formas distintas no decorrer das fases de formação. Inicialmente, na fase de educação infantil as desigualdades são excessivas, enquanto no ensino fundamental são apresentadas de forma mais superficial. Mas, voltam a se acentuar no nível médio, momento decisivo para o ingresso ou não na educação superior (Caregnato *et al.*, 2019). Nesse sentido, são visualizadas estratificações verticais e horizontais. As estratificações verticais referem-se ao fato de ter ou não um diploma de determinado grau, ou seja, ela é baseada no nível de educação que determinado indivíduo possui. Em contrapartida, a estratificação horizontal se refere as desigualdades apresentadas dentro de um mesmo nível de escolarização, ela está ligada diretamente à qualidade de educação apresentada (Caregnato *et al.*, 2019). No Brasil, foi mitigada a estratificação vertical no que tange à educação superior, mas a estratificação horizontal se intensificou devido às desigualdades apresentadas no nível médio de educação. As trajetórias dos estudantes são marcadas pela desigualdade social (Caregnato *et al.*, 2019). Tendo como base essa perspectiva, observa-se que

O ensino superior brasileiro não apenas é palco de persistentes desigualdades de alcance educacional ou de anos completos de estudo – a estratificação vertical do sistema –, como também de disparidades qualitativas, internas ao próprio sistema, que condicionam para quais instituições, graus e modalidades de ensino ou carreias distintos grupos sociais tendem a se direcionar – a estratificação horizontal (Senkevics, 2011, p.33).

A obtenção de título de nível médio de escolarização é um requisito fundamental para o acesso a certos direitos e bens desejados socialmente, especialmente, o emprego que traz a esperança de dignidade ao trabalhador, porquanto reduz as chances de exposição à vulnerabilidade social. Nesse sentido, o prestígio social pode ser vislumbrado em certo grau por aqueles que alcançam o nível superior e, em alguns casos, nível médio técnico (Caregnato *et al.*, 2019).

Todavia, algumas características estruturais do sistema de ensino do Brasil contribuem para a estratificação educacional. Ao analisar os índices de alunos matriculados no ensino médio no ano de 2014, observa-se que 28,2% dos estudantes do ensino médio não estavam matriculados em uma etapa compatível a sua idade escolar. Mas, o que chama atenção é distribuição desigual desses alunos, porquanto na rede privada apenas 7,5% dos estudantes faziam parte

desse grupo, enquanto na rede pública o índice subiu para 31,3% dos alunos (Caregnato *et al.*, 2019).

No ano de 2022, o Brasil participou do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que avalia o conhecimento e habilidades dos estudantes, na faixa etária de 15 anos, em matemática, leitura e ciências (INEP, 2023a). Por meio do PISA é possível visualizar os níveis de aprendizagem dos estudantes brasileiros e, sobretudo, verificar a estratificação horizontal, conforme será demonstrado a seguir. No Brasil, 599 escolas participaram com um total 10.798 estudantes. Os estudantes brasileiros obtiveram uma pontuação inferior à média da OCDE em matemática, leitura e ciências. Ao mesmo tempo, poucos estudantes tiveram alto desempenho (níveis 5 ou 6), além disso, se comparada à média da OCDE, uma quantidade menor de estudantes alcançou um nível mínimo (2) de proficiência (INEP, 2023a).

Além disso, 73% dos estudantes brasileiros não alcançaram o nível básico (2) em matemática, 50% não alcançaram o nível básico (2) em leitura e 55% não têm o nível básico em ciências (2), sendo que o nível 2 é o mínimo necessário para que os estudantes consigam exercer plenamente sua cidadania de acordo com a OCDE (INEP, 2023a). No que se refere as médias de proficiência em matemática, as escolas particulares apresentam um desempenho melhor que as federais, seguidas das estaduais e municipais, as médias são, 456, 433, 370, 320, respectivamente. Apenas 1% dos estudantes atingiram o nível 5 ou 6 no teste de matemática, e 27% atingiram o nível 2 (INEP, 2023a).

Quanto as médias de proficiência em leitura, as escolas particulares têm um desempenho maior que as escolas federais, enquanto as escolas públicas estaduais e municipais estão abaixo da média nacional. Nesse sentido, as médias das escolas são: 500 (particulares), 474 (federais), 402 (estaduais), 331 (municipais), 410 (média nacional). Apenas 2% dos estudantes atingiram o nível 5 ou superior em leitura (INEP, 2023a).

No tocante as médias em ciências, apenas 1% dos estudantes atingiram o nível 5 de proficiência e nenhum estudante atingiu o nível máximo de proficiência. As escolas particulares atingiram 493 pontos e estão acima da média da OCDE (485), enquanto as escolas federais (467), estaduais (394) e municipais (326) estão abaixo da média (INEP, 2023a).

Além disso, as diferenças são percebidas quando são comparados os desempenhos por regiões, uma vez que as regiões sul e sudeste apresentam uma média superior a nacional, em contrapartida, as regiões norte e nordeste apresentam uma média inferior a nacional, e a região centro-oeste apresenta média igual à nacional (INEP, 2023a). Os índices escolares apresentam relação direta com os índices econômicos, porquanto as regiões norte e nordeste além de apresentarem o menor desempenho escolar no PISA, também apresentam menores índices

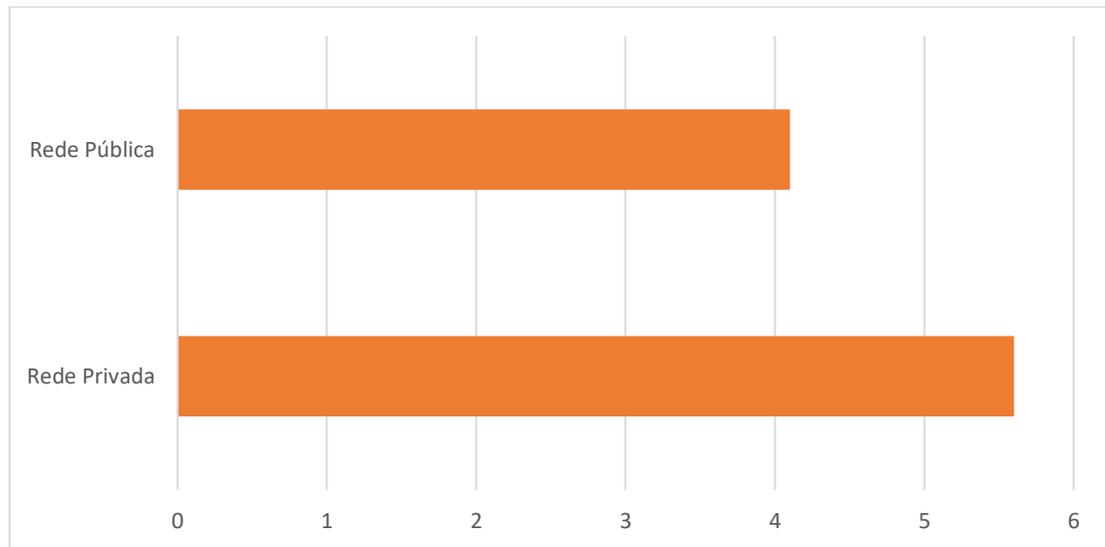
econômicos, conforme será visualizado no tópico posterior, que irá analisar a desigualdade econômica.

Quanto à influência dos índices econômicos foi possível observar por meio do PISA que os alunos mais desfavorecidos economicamente obtiveram os piores resultados nas avaliações, uma vez que “[...] os estudantes socioeconomicamente favorecidos (os 25% melhores em termos de status socioeconômico) superaram os estudantes desfavorecidos (os 25% piores) em matemática por 77 pontos” (INEP, 2023b). Outro fato alarmante é que 19% dos estudantes afirmaram que não se sentem seguros no caminho até a escola no Brasil, enquanto a média da OCDE é de 8%. Além disso, 10% dos estudantes relataram que não se sentem seguros até nas salas de aula na escola (INEP, 2023b).

As desigualdades educacionais também são evidenciadas por meio de análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que reúne os resultados obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

As médias do IDEB, no ano de 2023, para o ensino médio, mostram as diferenças educacionais entre rede pública e privada. A rede pública apresentou média de 4,1, enquanto a rede privada apresentou média de 5,6 (INEP, 2024). Conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Médias do Ensino Médio no IDEB do ano de 2023

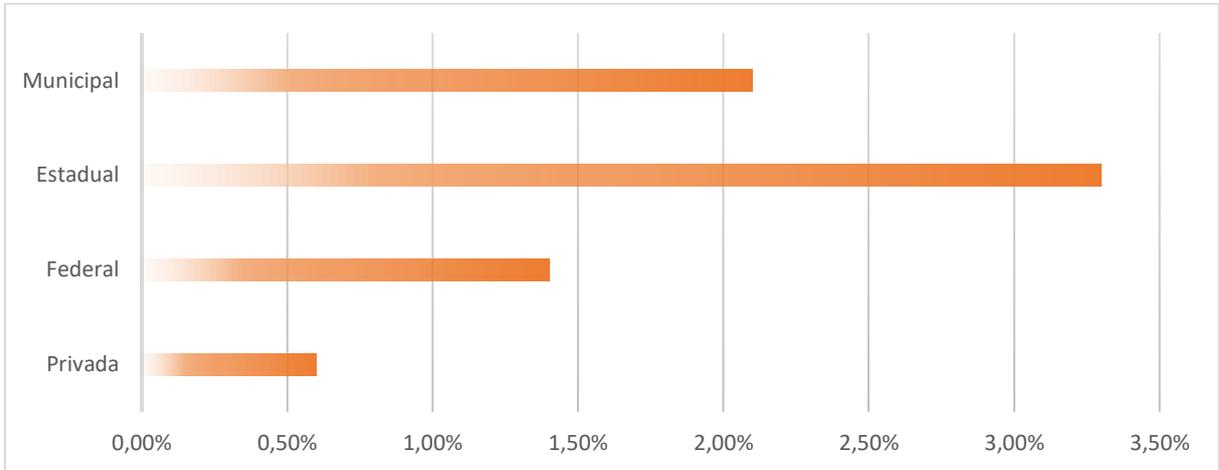


Fonte: (INEP, 2023) - Elaborado pela autora.

Quando a análise é sobre a taxa de abandono escolar, observa-se que os índices novamente demonstram uma desigualdade entre as redes de educação. A rede privada apresenta o menor índice de evasão no ensino médio comum, qual seja 0,6%, enquanto a rede federal possui

um índice de 1,4%, a rede municipal 2,1%, e a rede estadual exibe o índice de 3,3%, ou seja, o maior número de abandono escolar (INEP, 2024).

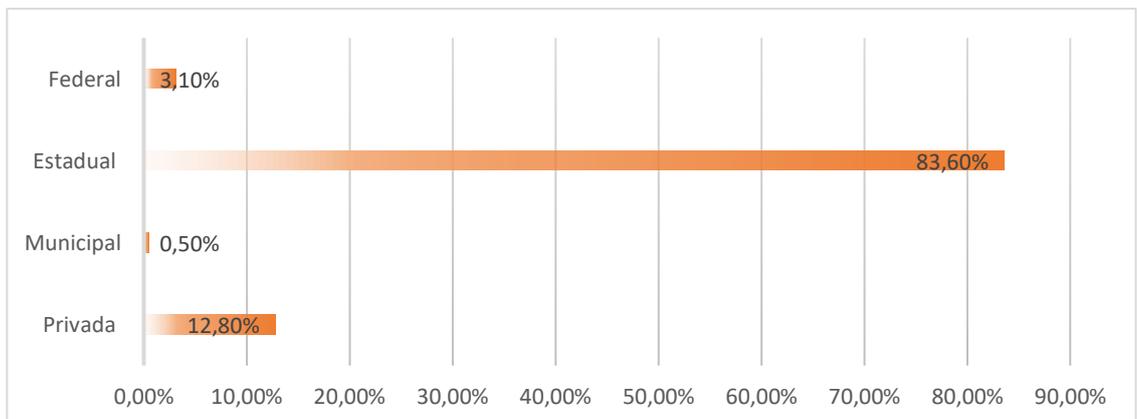
Gráfico 2 – Taxa de Abandono Escolar - Ensino Médio no ano de 2023



Fonte: (INEP, 2023) - Elaborado pela autora.

A taxa de distorção idade-série possibilita a análise do percentual de estudantes que possuem idade superior à recomendada para a série frequentada, ou seja, situado em atraso escolar (INEP, 2024). Nesse contexto, observa-se que a rede privada novamente apresenta o menor índice, ou seja, possui menos alunos em situação de atraso escolar no ensino médio comum, enquanto a rede municipal possui a maior porcentagem (IDEB, 2024), conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio no ano de 2023

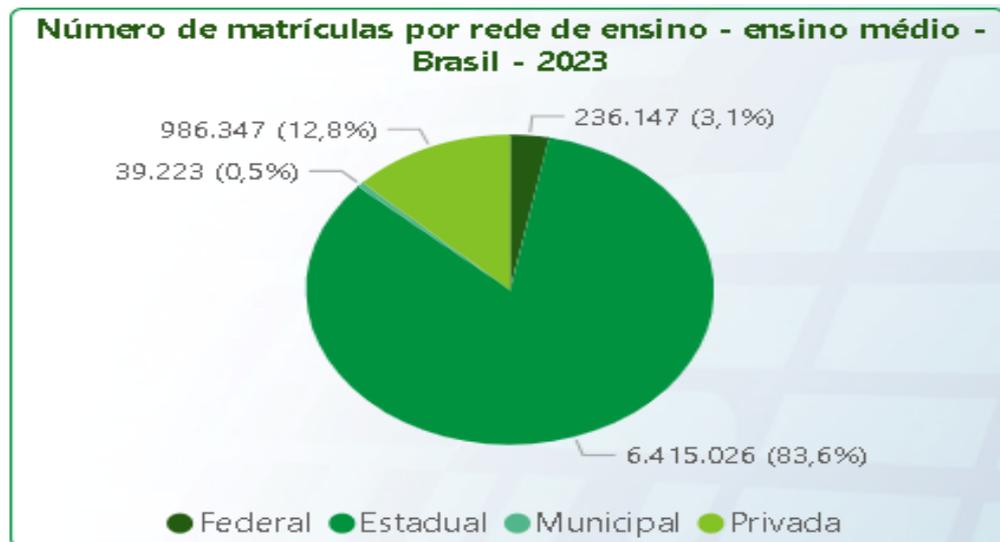


Fonte: (INEP, 2023) - Elaborado pela autora.

A distribuição das vagas de Ensino Médio, no Brasil, é realizada de forma desigual em relação à dependência administrativa das instituições. No ano de 2017, cerca de 84,8% da oferta de vagas estava concentrada na rede estadual, 12,2% na rede privada e uma quantia ínfima distribuída entre rede municipal e federal (Caregnato *et al.*, 2019).

Os dados do ano de 2023, apresentados pelo INEP, mostram que as porcentagens se mantêm praticamente iguais, ou seja, a competência prioritária para o Ensino Médio se encontra em nível estadual e “[...] é justamente nesse nível em que há maior insuficiência das condições de financiamento das escolas e de carreira e remuneração de professores, bem como *déficit* na formação desses profissionais” (Caregnato *et al.*, 2019, p. 06).

Gráfico 4 – Número de matrículas por rede de ensino no ano de 2023



Fonte: (INEP, 2024, p.2).

O tema educação é mais complexo do que aparenta ser, porque além da diferenciação entre rede pública e privada, ocorrem clivagens dentro de escolas de uma mesma rede, visto que “[...] de acordo com suas condições curriculares, físicas e de pessoal docente, acabam ocorrendo, no Brasil, tipos de escolas privadas de massa e de elite” (Caregnato *et al.*, 2019, p.07).

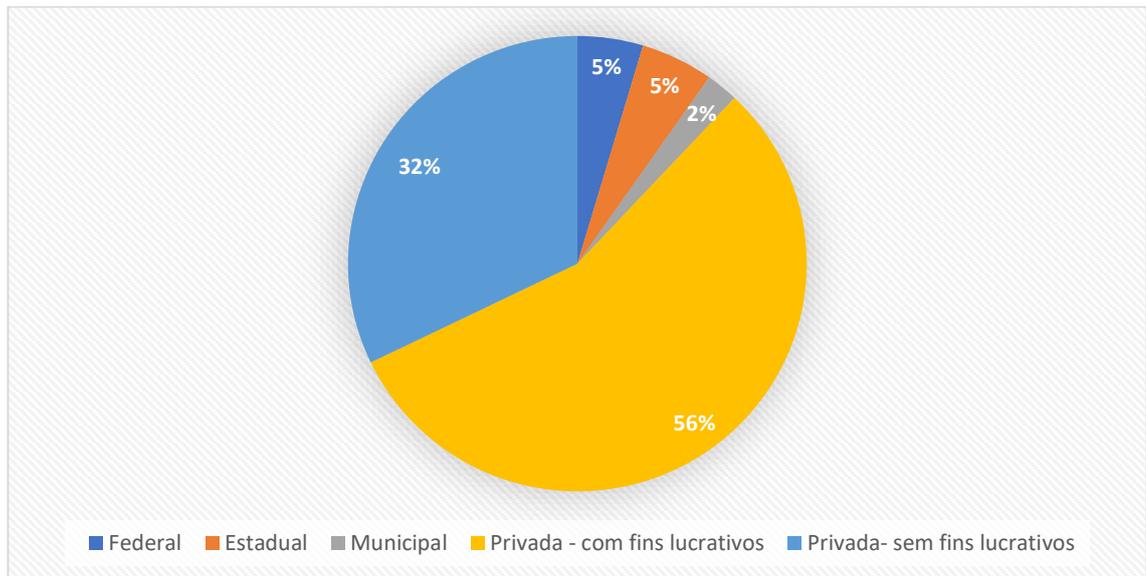
Além das escolas particulares, as escolas públicas também apresentam um tipo de estratificação, que varia em razão do tipo de condição de infraestrutura, carreira docente e currículo, ocorrendo uma distinção parecida com as escolas de massa e de elite. Essa diferenciação pode ser visualizada claramente se comparados os índices das escolas municipais/estaduais com as federais, que são representadas pelos Institutos Federais, Colégios Militares, Colégios de Aplicação ligados às Universidades Federais (Caregnato *et al.*, 2019).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é destinada àqueles que não frequentaram a escola na idade ideal, traz a possibilidade de certificação de saberes equivalente à escolarização básica por meio de exames é uma forma de fazer frente as desigualdades. Mas, existe uma relação complexa, visto que muitas vezes podem significar uma desvantagem na concorrência com aqueles que tiveram uma maior preparação para disputar vagas no ensino superior. Nessa perspectiva, os cursos noturnos, em sua maioria, também apresentam uma formação que abre menores oportunidades sociais para seus públicos, sobretudo, por estar relacionada a uma condição de ensino precária e por representar um terceiro turno de trabalho diário. Assim, a estratificação é visualizada entre os turnos de estudos também (Caregnato *et al.*, 2019).

Embora tenha ocorrido uma massificação no ensino superior no Brasil, a estratificação horizontal também é visualizada nesse nível de ensino. A expansão da educação superior sofreu grande influência do desenvolvimento do setor privado, visto que existiu um aumento significativo no número de instituições privadas com fins lucrativos (Caregnato *et al.*, 2019).

De acordo com o INEP (2023c) no ano de 2023 existiam 2.595 Instituições de Ensino Superior no Brasil, sendo 312 públicas e 2.283 privadas, dentre as privadas 1.449 possuem fins lucrativos e 834 são sem fins lucrativos, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Instituições de Ensino Superior no Brasil no ano de 2023



Fonte: (INEP, 2023c) - Elaborado pela autora. N= 2.595.

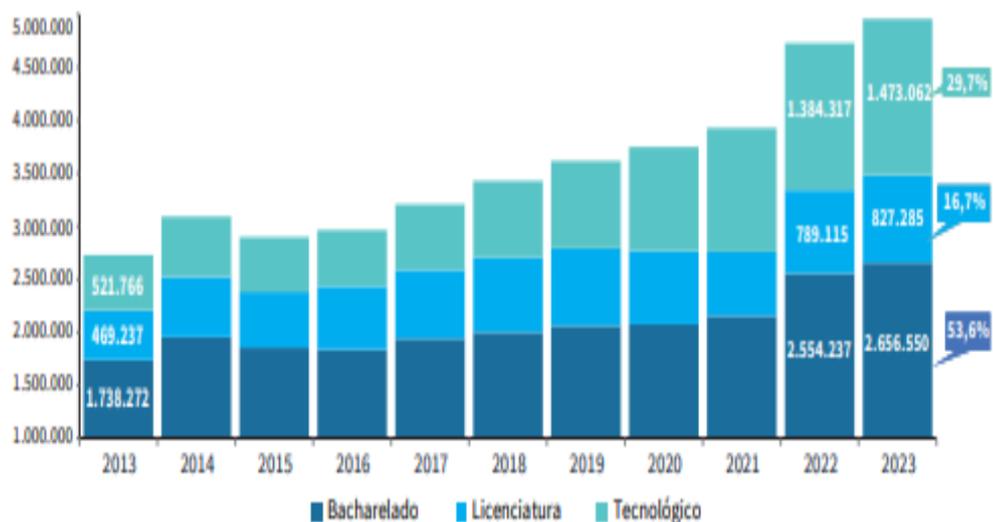
De acordo com (Caregnato *et al.*, 2019) a diferenciação nessa dimensão é bastante evidente. Enquanto os estudantes da rede privada precisam autofinanciar seus estudos, os alunos da rede pública conseguem concluir o ensino superior sem desembolsar as despesas. Além

disso, as Instituições de Ensino Superior gratuitas são mais prestigiadas e seus diplomas são mais valorizados, o que torna as vagas mais atrativas e concorridas.

Mas, de forma contraditória, os alunos que possuem maiores condições financeiras geralmente possuem maiores chances de cursar nessas Instituições, visto que tiveram acesso a um ensino médio preparado e direcionado para os processos seletivos mais concorridos. Assim, as políticas de ações afirmativas desempenham um papel fundamental na inclusão de estudantes que não possuem condições financeiras favoráveis ou são integrantes de grupos sociais historicamente prejudicados. Nesse sentido, o Programa Universidade para Todos- PROUNI, que foi criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, possibilita estudantes de renda baixa estudarem em Instituições de Ensino Privadas por meio da compra de vagas pelo Governo, além disso, a Lei de Reserva de Vagas – Lei nº: 12.711 de 2012, proporciona a participação de jovens carentes em Instituições Públicas (Caregnato *et al.*, 2019).

Outra dimensão da estratificação social está no grau de prestígio entre os cursos de graduação e sua remuneração profissional correspondente, visto que os cursos mais prestigiados seguem sendo medicina, direito, engenharia e outros cursos que formam profissionais liberais. Cursos de tecnologia, que têm menor duração e carga horária tiveram um aumento na procura por estudantes-trabalhadores, devido a possibilidade de conciliar estudo e jornada de trabalho (Caregnato *et al.*, 2019).

Gráfico 6 – Número de Ingressos em Cursos de Graduação por grau acadêmico entre 2013 e 2023



Fonte: (INEP, 2023d, p.18) – Censo da Educação Superior 2023/Notas Estatísticas.

Conforme dados do INEP (2023d) os cursos de bacharelado ainda são os mais escolhidos pelos ingressantes da educação superior (53,6%), na sequência estão os cursos tecnológicos (29,7%) e os cursos de licenciatura (16,7%).

A modalidade de Educação a Distância – EAD também ganhou força, no ano de 2023, de acordo com o INEP (2023c) do total de 16.987.688 alunos matriculados na educação superior, 8.811.102 estavam inscritos na modalidade presencial e 8.176.586 estavam matriculados na modalidade EAD.

Todavia, existe uma problemática relacionada a EAD, visto que embora proporcione uma inserção de estudantes que não teriam acesso a outro tipo de Educação Superior, a EAD apresenta, na maioria dos casos, uma educação deficitária, porquanto “[...] caracteriza-se pela tímida presença de atividades extracurriculares e de interação social entre estudantes e destes com os professores” (Caregnato *et al.*, 2019, p.10). Além disso, “esses condicionantes limitam a experiência educativa dos estudantes. Essa diferenciação traduz outra dimensão da desigualdade entre os públicos da Educação Superior” (Caregnato *et al.*, 2019, p.10).

Ao analisar as desigualdades educacionais no Brasil, Ribeiro (2019) chegou a conclusões similares, ao perceber que o sistema educacional brasileiro promove a desigualdade, porquanto os indivíduos que possuem renda mais alta têm maiores chances de alcançar um melhor desempenho escolar. Nesse sentido, pais matriculam seus filhos em escolas particulares com o objetivo de que ingressem no ensino superior em Universidades Públicas. Uma forma de resolução desse conflito é o investimento na qualidade do ensino público em nível fundamental e médio para igualar os estudantes de escolas públicas e privadas.

A educação no Brasil será efetivamente democrática quando o seu pilar for baseado na equidade, “[...] tratando as desigualdades de modo a desarticular suas raízes e romper seu ciclo de reprodução” (Caregnato *et al.*, 2019, p.13). Além de políticas de expansão, o Governo Brasileiro precisa atuar incansavelmente criando e implantando políticas de permanência e democratização da educação em todos os níveis de ensino, de forma a suprimir as lacunas econômicas e culturais apresentadas pelos estudantes e suas famílias. Atuar na base da educação é essencial para reduzir a estratificação horizontal, tornando a educação mais inclusiva e equânime. A educação inclusiva e de qualidade irá desempenhar um papel fundamental na mitigação das desigualdades sociais, visto que a educação é um dos fatores contribuintes para uma mobilidade social ascendente.

Todavia, é importante entender que a educação sozinha não é capaz de acabar com a pobreza e desigualdade do país, especialmente, porque a educação primária e a secundária não elevam tanto as médias de rendas das famílias como deveriam (Medeiros, 2023). Ademais, os

estudos que versam sobre a educação de modo posicional mostram que ao utilizar medidas relativas de escolaridade, os resultados tendem a ser menos otimistas em relação à probabilidade de a expansão educacional amenizar a desigualdade de resultados educacionais em inúmeros países (Salata, 2022). Logo, por mais que a expansão educacional possibilite que jovens advindos de estratos inferiores da sociedade cheguem a determinados níveis de ensino, estes níveis de ensino acabam perdendo seu valor posicional justamente em decorrência da expansão (Salata, 2022).

Em vista disso, quanto maior é a expansão do ensino (quanto mais jovens de classes populares alcançam determinado grau de escolarização) menor o seu valor e menos significativos são os seus retornos, conforme Salata

Os resultados evidenciam, portanto, que por mais que a expansão educacional permita que mais jovens com origem em estratos inferiores cheguem a determinados níveis de ensino, estes últimos acabam perdendo seu valor posicional justamente em função daquela expansão. Assim dizendo, conforme certo nível de escolaridade se expande, elevando assim a possibilidade de entrada de jovens oriundos de famílias socialmente menos favorecidas, ele perde seu valor posicional, passando a gerar menos retornos do que fazia anteriormente àquele processo de expansão (Salata, 2022, p.4).

Por meio disso, acredita-se que famílias mais abastadas (que apresentam maior proximidade com o mundo acadêmico) perceberam esse processo e utilizam estratégias para se diferenciar (Salata, 2022). Ao estudar o tema, Salata (2022) percebeu que um brasileiro no ano de 1985 se completasse o ensino fundamental teria apenas 17% da população à sua frente na fila educacional. Além disso, seu *status* ocupacional esperado seria 16% maior que o *status* ocupacional médio da época. Em uma situação similar, visualizada no ano de 2015, essa média mudaria, visto que 53% da população teria um nível educacional maior do que desse indivíduo, e isso lhe geraria um *status* ocupacional 7% menor que o *status* ocupacional médio (Salata, 2022). Através dessa pesquisa é possível identificar que as origens sociais ainda oferecem vantagens e desvantagens aos indivíduos, mantendo as desigualdades sociais.

De acordo com Medeiros (2023) a educação fundamental é insuficiente se o objetivo é o combate à pobreza. A universalização do ensino médio para a classe trabalhadora seria mais eficiente, trazendo efeitos maiores. Mas, ainda restariam 2/3 da pobreza atual (ou um pouco menos). Além disso, seriam necessárias cinco décadas para obter esses efeitos, embora alguns efeitos poderiam ser percebidos ainda na segunda década posterior às reformas educacionais.

É evidente o papel de mudança social atribuído à educação. Mas, a educação de forma isolada não consegue resolver todos os problemas relacionados à desigualdade, para que surtam efeitos significativos no âmbito das desigualdades sociais são necessárias mudanças em todos

os âmbitos da sociedade, apenas um esforço conjunto trará resultados satisfatórios. Veja-se, de forma pragmática, a probabilidade de uma criança apresentar bom desempenho escolar é maior se estiver inserida em uma família que lhe forneça os cuidados necessários para o seu devido desenvolvimento. A frase “criança bem alimentada aprende mais na escola” nunca fez tanto sentido. Uma criança com fome, evidentemente, terá dificuldade de concentração e aprendizado, da mesma forma que uma criança cansada (vítima do trabalho infantil) não vai apresentar a disposição necessária para enfrentar 4 horas numa sala de aula. Nessa perspectiva, Lahire (2022), ao analisar a influência da família na vida escolar da criança, percebe que enquanto alguns indivíduos estão inseridos em contextos que multiplicam as oportunidades educacionais e sociais, outros mantêm vínculos que os afastam da lógica dominante e socialmente rentável. “Cada criança nasce em um mundo já estruturado por diferenças de riqueza econômica e cultural que, embora sejam produtos da história, têm todo o aspecto de paisagem natural” (Lahire, 2022, p.7).

A família exerce um papel socializador vital na vida da criança, porquanto através da família são definidas questões como em qual escola a criança irá estudar, qual pediatra vai frequentar (se frequentar, visto que algumas crianças não têm acesso), em qual bairro irá morar e com quais pessoas irá conviver, entre outros aspectos que permeiam a vida do indivíduo. Lahire (2022) percebe que a família tende a estabelecer os limites do possível e do desejável para a criança, ou seja, ao perceber qual é o seu lugar na sociedade, a criança tende a definir seus comportamentos de acordo com o local que está inserida e, além disso, o que não é objetivamente acessível deixa de ser desejável, e a criança acaba gostando apenas do que lhe está disponível, gerando uma limitação em suas escolhas. Diante disso, a classe média, percebendo a importância da educação, cultura e socialização, investe na educação de seus filhos, compra o tempo livre e proporciona acesso à cultura, ao lazer, aos conhecimentos valorizados, cria ciclos de amizades oportunas, aumentando o capital social, ou seja, utiliza desses artifícios para se manter em uma condição privilegiada de classe, conforme será demonstrado na Seção 3.3.3 “O lugar da classe média na estrutura de classes brasileira”.

2.3.2 Desigualdade Econômica

Embora, as discussões sobre renda e desigualdade sejam latentes da atualidade, elas têm sua origem na década de 1970. Rodolfo Hoffmann, em 1971, apresentou sua tese intitulada “contribuição à análise na distribuição da renda e da posse da terra no Brasil”, na qual aplicou a medida de GINI nos dados do IBGE. Além dessa pesquisa, João Carlos Duarte, que era aluno

de mestrado de Hoffmann, realizou o mesmo procedimento para analisar os dados do IBGE, no censo do ano de 1970. As pesquisas foram comparadas e os resultados foram similares, o Brasil apresentava altos índices de desigualdade (Medeiros, 2023).

Essas pesquisas são consideradas as pioneiras sobre o assunto no Brasil. Observa-se que o método utilizado na época para captação de dados era a amostragem, ou seja, os resultados eram fruto das respostas dos entrevistados, logo, existia uma dificuldade em captar a renda advinda de capitais, sendo apenas possível mensurar com maior proximidade apenas os rendimentos regularmente recebidos como, por exemplo, os decorrentes do trabalho. Existe um grande problema criado por essa falta de dados, que é o resultado errôneo sobre os níveis de desigualdade, ou seja, possivelmente a desigualdade era maior do que a apresentada nos relatórios (Medeiros, 2023). A partir do ano de 2010, passaram a ser divulgados os dados do imposto de renda, trazendo uma maior precisão sobre a renda, mas ainda não existe 100% de precisão na renda auferida no topo da pirâmide social (Medeiros, 2023).

A falta de informação exata sobre a renda da parcela mais privilegiada da população cria lacunas nos estudos sobre a desigualdade, porquanto não são disponibilizados dados 100% confiáveis sobre a renda dos super-ricos. A renda da população mais carente é facilmente detectada, visto que parcela dela é advinda de benefícios sociais do governo. No entanto, quando se trata dos super-ricos, a renda é ocultada por diversos motivos, incluindo sonegação fiscal. Marcelo Medeiros (2023) elenca as dificuldades existentes na coleta de dados sobre renda no Brasil, quais sejam: 1) a lei de sigilo fiscal blinda os dados das operações; 2) o valor registral dos imóveis não é equivalente ao valor real de mercado, visto que são registrados com o valor de compra e com o passar do tempo os imóveis valorizam, tornam o seu valor de registro subestimado; 3) a sonegação de valores e riqueza oculta afeta drasticamente as medidas de desigualdade, visto que muito dinheiro está escondido em paraísos fiscais; 4) a declaração inidônea do Imposto de Renda, por exemplo, muitos casais dividem o patrimônio na hora de declarar, trazendo inconsistência nos dados ou pessoas que não declaram Imposto de Renda. Mas, de igual modo, essa pesquisa tem o intuito de utilizar os dados disponíveis sobre a renda da população para verificar os níveis de desigualdade do Brasil.

O Brasil tem uma massa de pessoas de renda baixa que possui características opostas de um pequeno grupo de pessoas que possui grande parte da renda do país. Medeiros (2023, p.16) observou que a parcela de baixa renda é “[...] relativamente uniforme. Há diferenças dentro dela, mas são pequenas quando comparadas ao que se vê em partes mais altas da distribuição. Já no topo, a cena muda. Há muita diferença entre os mais ricos”, ou seja, a parcela da população que vive à margem da pobreza não apresenta grandes diferenças de renda, visto que sobrevive

com pouco, no limite da sobrevivência, enquanto a parcela mais rica da população apresenta uma diferença abissal de renda e patrimônio, a diferença não trata se centenas de reais, mas sim de milhões e bilhões.

Nesse contexto, de acordo com Medeiros (2023), no ano de 2022, 1/5 dos adultos no Brasil não possuía renda monetária (referindo-se à renda da pessoa e não à renda per capita), isso significa que de um total de pouco mais de 160 milhões de pessoas com mais de 18 anos, 30 milhões não possuía renda. Esse grupo é composto, em sua maioria, por pessoas que realizam trabalhos não remunerados, como donas de casa, estudantes, idosos e desempregados. Mas, observa-se que o fato de 30 milhões de indivíduos não possuírem renda não significa que esse montante de pessoas vive na extrema pobreza, uma vez que nesse caso não foi considerada a renda do grupo familiar, ou seja, o indivíduo pode não possuir renda, mas integrar uma família com boas condições sociais, exemplificando, a dona de casa e o estudante sustentado pelos pais.

Veja-se que quando se analisa a desigualdade de renda do trabalho, é utilizado como referência a população composta por trabalhadores, logo são excluídos os desempregados. Em outra análise, quando se estuda a renda familiar, é contabilizado o indivíduo que não trabalha, mas quem não vive em um domicílio não é considerado (Medeiros, 2023). Assim, novamente verifica-se que as desigualdades não podem ser medidas apenas por um ângulo, visto que são múltiplas e diferentes. A complexidade das desigualdades não permite uma análise simplista. Dessa forma, nesse momento serão analisados dados que permitem visualizar os diferentes níveis de desigualdade no Brasil.

De acordo com Medeiros (2023) é no topo que a desigualdade é visualizada mais facilmente, visto que os números são muito maiores. Exemplificando, “um adulto nos 95% tem renda quase oito vezes maior que nos 33%; nos 99% quase trinta vezes maior” (Medeiros, 2023, p.22). Logo, nas classes mais baixas a desigualdade, embora existente, é menor

[...] temos um quinto dos adultos sem renda, de um quinto a um terço com rendas abaixo de um salário mínimo mensal e, até completar dois terços, pessoas com renda relativamente baixa. Daí até 80%, que são quatro quintos, é um grupo ainda pouco desigual. A desigualdade aumenta um tanto a partir desse ponto, mesmo assim nada que chame atenção (Medeiros, 2023, p.22).

Se comparada a renda de metade da população brasileira, percebe-se que essas pessoas levariam dois anos para receber o que o indivíduo mais pobre dos 1% mais ricos recebe em um mês. O 1% mais rico do país é composto por pouco mais de 1,5 milhão de pessoas que ganham, no mínimo, R\$340.000,00 por ano (valor utilizado como referência em maio de 2021). Observa-se que esse valor trata de um valor mínimo, ou seja, os mais pobres dentro do grupo dos 1%

mais ricos (Medeiros, 2023). Marcelo Medeiros traz uma forma simples para visualizar a desigualdade de renda, qual seja, em valores aproximados “‘1 em 5 no 0,5,’ R\$1,00 em cada R\$5,00 é apropriado pelo 0,5% mais rico do país; ‘50 nos 5’, quase 50% da renda está nos 5% mais ricos”.

A concentração de renda no topo é tão grande que “o 1% mais rico recebe algo em torno de três quartos de todos os lucros, dividendos e rendas de empresas do país” (Medeiros, 2023, p.90).

De acordo com a OXFAM (2017, p.27) “[...] seis brasileiros possuem a mesma riqueza que a soma do que possui a metade mais pobre da população, mais de 100 milhões de pessoas”. Nessa medida, “[...] gastando R\$ 1 milhão por dia, estes seis bilionários, juntos, levariam em média 36 anos para esgotar o equivalente ao seu patrimônio” (OXFAM, 2017, p.27). A distribuição de renda decorrente de lucros e dividendos de empresas, além de heranças, meações e doações no país é alarmante, visto que quase a totalidade permanece nas mãos dos 1% mais ricos, uma vez que eles recebem “[...] algo em torno de três quartos de todos os lucros, dividendos e rendas de empresas do país” (Medeiros, 2023, p.90), além disso recebem “Três quartos das heranças, doações e meações [...]” (Medeiros, 2023, p.90) e também se apropriam de “[...] três quartos de todos os rendimentos de aplicações financeiras e renda variável [...]” (Medeiros, 2023, p.90). Quando se trata de ganhos de capital “[...] quatro quintos desses rendimentos são recebidos pelos 1% mais rico ” (Medeiros, 2023, p.90). Esses dados mostram que a desigualdade de riqueza é muito maior que a desigualdade de renda, assim “o 1% mais rico concentra 48% de toda a riqueza nacional e os 10% mais ricos ficam com 74%. Por outro lado, 50% da população brasileira possui cerca de 3% da riqueza total do País (OXFAM, 2017, p. 27)”.

Outro fator de grande relevância nos índices de desigualdade do topo é o racismo estrutural, conforme Medeiros (2023, p. 95) “Os negros são uma minoria no grupo dos ricos e, entre eles, são os menos ricos”. A raça é uma barreira na ascensão social, e torna-se mais difícil de ser enfrentada no topo da pirâmide. A educação dos negros é menos valorizada, logo, o negro tem chances menores de inclusão nas elites econômicas por meio da educação. Os índices revelam que “negras e negros ricos têm apenas um terço, aproximadamente, de chance que têm brancas e brancos ricos de serem altos executivos de empresas; e menos de um quinto de serem liderança na sociedade civil (Medeiros, 2023, p.96).

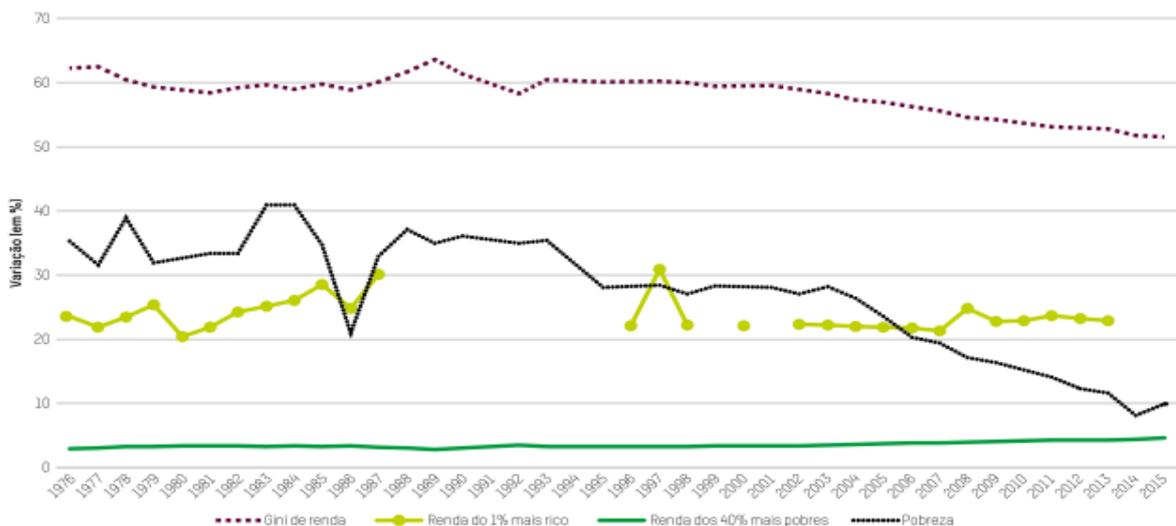
Quando o assunto é desigualdade é importante verificar os índices relacionados aos patrimônios, que é mais concentrado que a renda. De acordo com Medeiros (2023, p.107) “[...] em 2022, 99% de todo o patrimônio declarado à Receita Federal estava nas declarações de um grupo equivalente a 10% dos adultos do país”, cerca de um quinto dos adultos brasileiros

declarou imposto de renda. No entanto, é importante ressaltar que a desigualdade aumenta muito dentro dos grupos mais ricos, por exemplo, na situação acima, metade de todo o patrimônio estava nas declarações dos 0,5% mais ricos. (Medeiros, 2023).

O relatório “a distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”, produzido pela OXFAM Brasil (2017) apresenta dados impressionantes sobre a desigualdade no Brasil. De acordo com o relatório “[...] apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%” (OXFAM, 2017, p.5). Uma forma mais didática de pensar o nível dessa desigualdade é pensar que um trabalhador que ganha um salário-mínimo nacional por mês precisa trabalhar por 19 anos para receber o valor equivalente aos rendimentos que um super-rico recebe em um mês (OXFAM, 2017). Ainda, de acordo com a OXFAM (2017, p.10) “o Brasil é um dos piores países do mundo em matéria de desigualdade de renda. Mais de 16 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza”.

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 3º, inciso III, preceitua que os objetivos fundamentais da nação são: erradicação da pobreza e da marginalização além da redução das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988). É importante lembrar que a Constituição foi o ponto inicial na política para a redução das desigualdades, é possível visualizar essa redução através do gráfico abaixo, que foi elaborado pela OXFAM e traz as Desigualdades medidas pelos índices de Gini da renda total, pela proporção de domicílios em situação de pobreza, pela proporção da renda nacional recebida pelos 40% mais pobres e pelo 1% mais rico – 1976-2015 no Brasil, veja-se:

Gráfico 7 – Desigualdades medidas pelos índices de Gini da renda total



Fonte: (OXFAM, 2017, p.16).

Todavia, embora o país tenha apresentado resultados positivos na redução da desigualdade após a promulgação da Constituição de 1988, ainda existem múltiplas desigualdades, especialmente se analisados grupos de forma individual, veja-se que é evidente a desigualdade entre homens e mulheres, pessoas brancas e negras, entre outras classificações.

Nesse sentido, de acordo com a OXFAM (2017) enquanto a renda média do homem brasileiro era de R\$1.508,00 em 2015, a renda das mulheres era de R\$938,00. Além disso, as mulheres aparecem em maior número na faixa salarial de 0 a 1,5 salário-mínimo, mas faixas de salários maiores os homens seguem em maior quantidade. Dessa forma, a OXFAM fez uma projeção que apenas em 2047 as mulheres terão equiparação salarial com os homens. Quando o recorte de pesquisa é sobre raça a situação fica ainda mais alarmante, uma vez que

Se há diferenças grandes entre homens e mulheres, o enfoque em raça mostra que a situação da população negra é ainda mais grave. Com base nos mesmos dados, entre as pessoas que recebem até 1,5 salário mínimo, estão 67% dos negros brasileiros, em contraste com menos de 45% dos brancos. Cerca de 80% das pessoas negras ganham até dois salários mínimos. Tal como acontece com as mulheres, os negros são menos numerosos em todas as faixas de renda superiores a 1,5 salário mínimo, e para cada negro com rendimentos acima de 10 salários mínimos, há quatro brancos (OXFAM, 2017, p. 24).

Nessa perspectiva, a OXFAM (2017) traz a informação de que os brancos ganhavam o dobro que os negros, no ano de 2015, ou seja R\$1.589,00 contra R\$898,00 por mês. Em vista disso, as projeções são de que os negros conseguiram uma equiparação salarial apenas em 2089.

A tributação do país traz falhas que contribuem com as desigualdades, visto que “sistemas justos de tributação da renda se apoiam em uma lógica simples: quem tem mais paga mais, quem tem menos, paga menos, e quem tem muito pouco não paga nada. No caso do imposto sobre a renda brasileiro, esta lógica não vale para o topo da pirâmide (OXFAM, 2017, p.41).

A inexistência de alíquotas maiores para quem ganha muito mais do que o piso da maior alíquota – R\$ 4.664,68 – contribui para a perda de progressividade do Imposto de Renda. Considerando os dados de faixa de renda divulgados pela Receita Federal, pagam 27,5% de alíquota tanto quem ganha cerca de 6 salários mínimos mensais quanto quem ganha 320 salários mínimos mensais¹¹². Esta situação é piorada pela defasagem de mais de 80% da tabela do IRPF, há mais de 20 anos sem reajuste (OXFAM, 2017, p.41).

A distribuição da carga tributária direta (aqueles impostos que recaem sob o indivíduo, por exemplo: IRPF e IPTU) e indireta (aqueles que recaem sobre produtos ou serviços) no Brasil também é desproporcional, visto que mais da metade da receita tributária do país é formada por tributação do consumo. Logo, por incidir sobre alimentação, medicamentos,

vestuários, transportes e entre outros, acaba onerando os mais pobres, visto que a maior parte de sua renda é gasta nestes itens.

Veja-se que “os 10% mais pobres no Brasil gastam 32% de sua renda em tributos (28% dos quais são indiretos, ou seja, sobre produtos e serviços). Por outro lado, os 10% mais ricos gastam apenas 21% de sua renda em tributos, sendo 10% em tributos indiretos (OXFAM, 2017, p.44). Dessa forma, realizar uma reforma tributária aplicando uma carga tributária progressiva, além da redistribuição da carga tributária, diminuindo a incidência de tributos indiretos e aumentando tributos diretos, seria uma maneira de reduzir as desigualdades no Brasil.

2.3.3 Quantificação da desigualdade no Brasil: análise dos rendimentos de todas as fontes no ano de 2023

Nesse momento da pesquisa, com intuito de quantificar a desigualdade, serão utilizados dados baseados na distribuição da renda da população brasileira. A renda pode ser visualizada por diferentes ângulos, por exemplo: a renda advinda do trabalho, a renda dos adultos, a renda do capital, a renda do grupo familiar entre outras fontes de renda. O IBGE, por meio da PNAD Contínua, analisa informações sobre os rendimentos provenientes de trabalhos e outras fontes de renda das pessoas residentes no Brasil. Assim, o relatório da PNAD Contínua do ano de 2023 será objeto de análise nesse tópico.

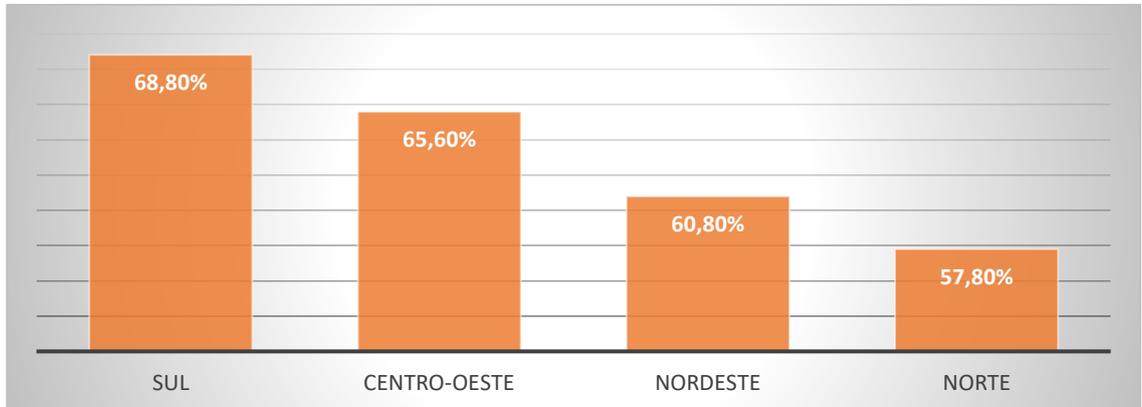
De acordo com o IBGE(2023) na PNAD Contínua os rendimentos advindos do trabalho, são captados de duas formas. A primeira é nomeada como rendimento efetivo do trabalho, ou seja, leva em consideração o rendimento bruto recebido pelo trabalho, no mês de referência. Já, a segunda forma é chamada de rendimento habitual do trabalho, uma vez que se refere ao rendimento bruto normalmente recebido em decorrência do trabalho.

O rendimento proveniente de outras fontes, leva em consideração o valor recebido no mês de referência, e pode ser advindo de programas sociais do governo (incluindo Bolsa Família/Auxílio Brasil, BPC-LOAS, outros programas sociais), aposentadorias, pensão, doação, mesada, além de outros rendimentos, como por exemplo: bolsas de estudos, rendimentos de aplicações financeiras, entre outros (IBGE, 2023).

No ano de 2023, a população brasileira era composta por cerca de 215,6 milhões de pessoas, sendo que 42,1% residiam no Nordeste, 14,3% no Sul, 8,8% no Norte e 7,9% no Centro-Oeste. Cerca de 64,9% (140 milhões) da população possuía algum tipo de renda, sendo que a Região Sul apresentou a maior concentração de pessoas com algum tipo de renda (68,8%), as

Regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores, sendo respectivamente, 57,8% e 60,8%, a Região Centro-Oeste 65,6%, conforme representado no gráfico abaixo:

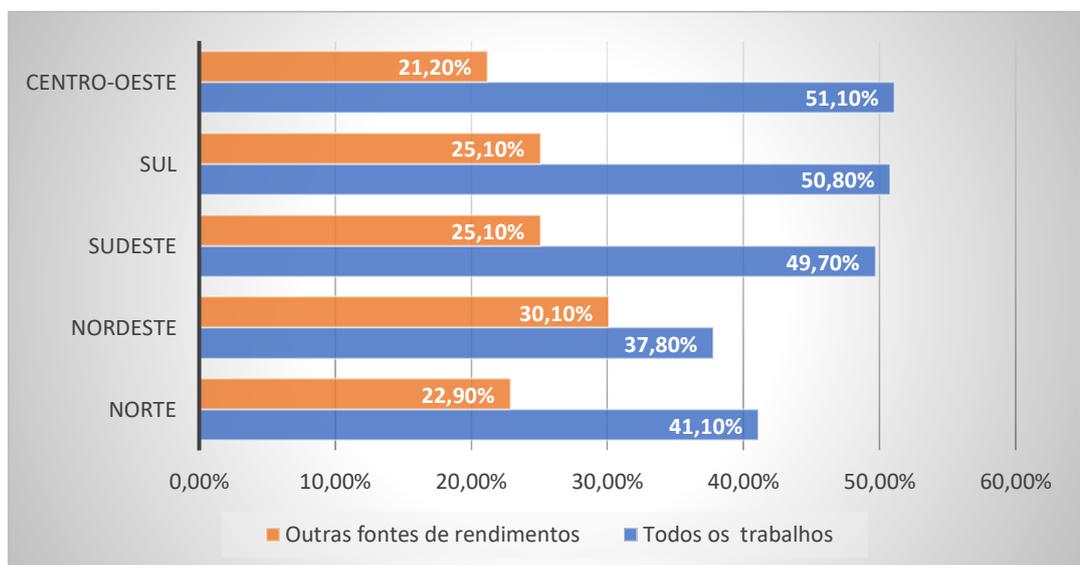
Gráfico 8 – Pessoas residentes no Brasil com rendimentos, no ano de 2023, agrupadas por regiões



Fonte: (IBGE, 2023). Elaborado pela autora. N= 140.000.000.

No gráfico acima foi possível visualizar as pessoas residentes no Brasil que possuíam rendimentos no ano de 2023, agrupadas por regiões. Esmiuçando ainda mais o tema, no gráfico abaixo, serão comparados os índices por tipo de rendimentos, considerando duas categoriais: 1) todos os trabalhos e 2) outras fontes de rendimentos (estão incluídos aluguéis, pensões, doações, entre outros), ambos no ano de 2023.

Gráfico 9 – Tipo de rendimentos por regiões, no ano de 2023



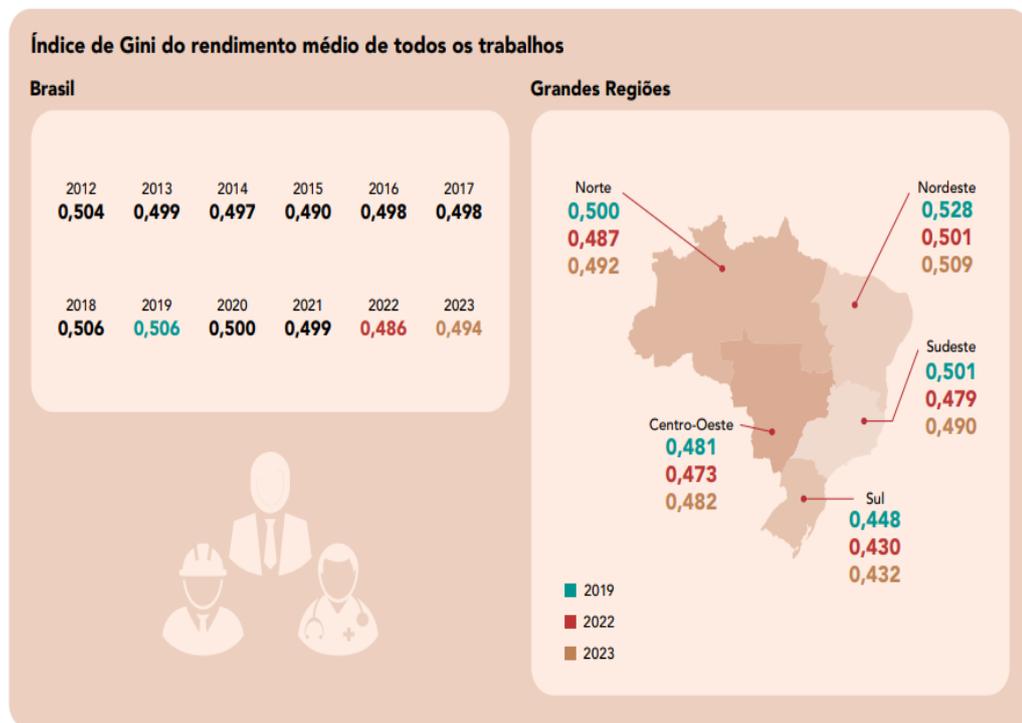
Fonte: (IBGE, 2023). Elaborado pela autora.

De acordo com o IBGE (2023), no ano de 2023, a população residente no Brasil com rendimento habitual do trabalho apresentou a seguinte média por região: Centro-oeste R\$3.418,00, Sudeste R\$3.389,00, Sul R\$3.225,00, Nordeste R\$1.991,00 e Norte R\$2.416,00.

Na análise da desigualdade educacional, apresentada no tópico anterior, foi possível identificar que as regiões norte e nordeste apresentam os piores índices escolares. De igual modo, no tocante aos rendimentos, novamente se percebe que essas regiões apresentam os menores índices quando o assunto é rendimentos do trabalho. Logo, dentro do mesmo país, existem grandes desigualdades entre as regiões, evidentemente umas são mais desenvolvidas em detrimento de outras.

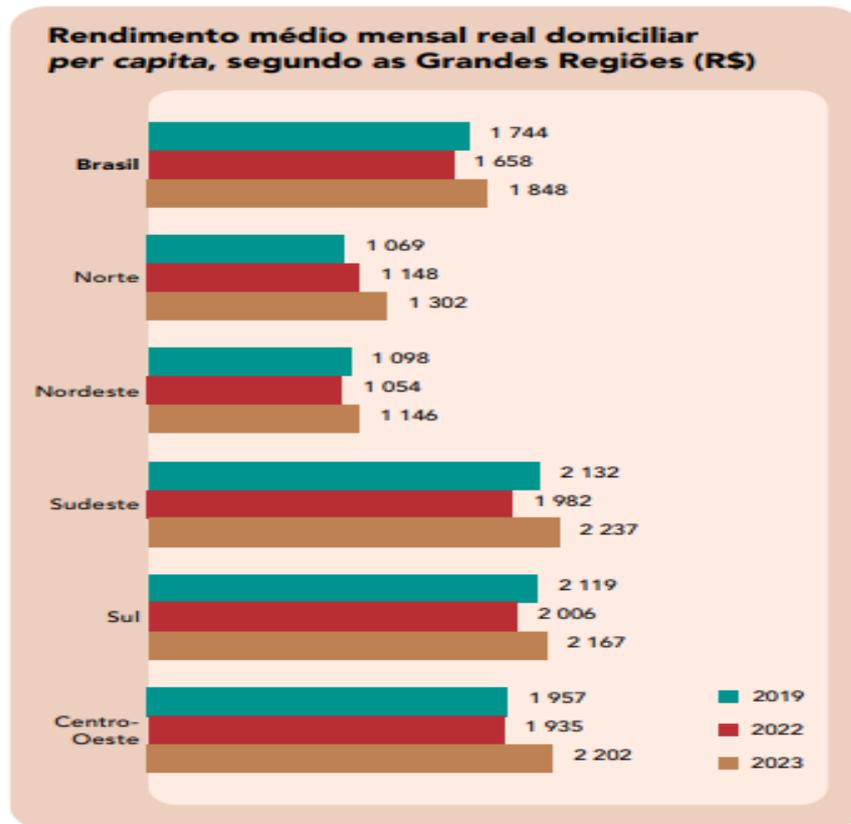
Outra forma de visualização das desigualdades é por intermédio do índice ou coeficiente de Gini, o índice varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais perto de 1, maior é a desigualdade de renda. No Brasil, de acordo com o IBGE (2023) entre os anos de 2012 e 2015 houve uma redução no índice, ou seja, a desigualdade estava menor (mas ainda elevada se comparada com outros países). O índice alcançou os maiores valores nos anos de 2018 e 2019. Se comparado por regiões, observa-se que a região nordeste apresenta o maior valor do índice (0,528 em 2019, 0,501 em 2022 e 0,509 em 2023). A região sul apresenta os menos índices sendo 0,448 em 2019, 0,479 em 2022 e 0,432 em 2023, conforme se visualiza na figura abaixo.

Figura 1 – Índice de Gini do rendimento médio de todos os trabalhos



Fonte: (IBGE, 2023, p.7).

Figura 2 – Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* conforme regiões



Fonte: (IBGE, 2023, p.10).

De acordo com o IBGE (2023) o rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* cresceu 7,3% no período de 2012 a 2019 (de R\$1.629,00 para R\$1.744,00). No entanto, durante a Pandemia de COVID-19, o rendimento caiu 4,4% no ano de 2020 e 7,0% no ano de 2021. Mas, em 2023 apresentou grande expansão de 11,5%, alcançando o valor de R\$1.848,00. Novamente, as regiões Norte (R\$1.302,00) e Nordeste (R\$1.146,00) apresentaram os piores resultados em detrimento das Regiões Sudeste (R\$2.237,00), Centro-Oeste (R\$2.202,00) e Sul (R\$2.167,00) (IBGE, 2023). A importância das políticas de transferência direta de renda pode ser visualizada claramente, visto que “O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* era diferenciado quando comparados aos grupos de domicílios que recebiam ou não algum programa de transferência de renda, especialmente quando o benefício era do Programa Bolsa Família” (IBGE, 2003, p.10). Nesse sentido

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios que recebiam o Bolsa família, em 2023, foi de R\$635, e naqueles que não recebiam foi de R\$2.227. Para os domicílios que recebiam o BPC-LOAS o rendimento médio domiciliar *per capita* foi de R\$1068 e para os que não recebiam, R\$1885. Por sua vez, nos domicílios que recebiam outros programas sociais o rendimento médio foi de R\$826, frente a R\$1867 naqueles que não recebiam. Vale destacar que em 2022, e em menor medida em 2023, houve aumento dos valores médios de benefício pagos por meio do

Programa Bolsa Família/ Auxílio Brasil, de forma a alcançarem, nesses dois anos, níveis substancialmente superiores aos usualmente pagos pelo programa em anos anteriores, inclusive no período que antecedeu a pandemia do novo coronavírus. Esse maior valor pago como benefício contribuiu para um crescimento do rendimento das famílias beneficiárias (IBGE, 2023, p.11).

Os indicadores de concentração de rendimento também contribuem na visualização das desigualdades. Veja-se que o grupo de 40% da população com menores rendimentos, receberam em 2023, o valor médio de R\$527 (maior valor do período, embora seja um valor extremamente baixo).

Quadro 1 – Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* dos 40% da população com menores rendimentos

Brasil e Grandes Regiões	Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> dos 40% da população com menores rendimentos (R\$)			
	2012	2019	2022	2023
Brasil	425	442	468	527
Norte	286	275	341	398
Nordeste	262	259	302	342
Sudeste	582	605	602	686
Sul	666	738	712	782
Centro-Oeste	553	594	621	699

Fonte: (IBGE, 2023, p.11).

Embora o IBGE realize um trabalho de grande relevância nas pesquisas de renda e rendimentos, é possível observar que existe uma dificuldade de acessos aos dados das grandes fortunas, exemplificando, a tabela abaixo que trata sobre o rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual de pessoas, em ordem crescente de rendimento refere que 1% da população que recebeu a maior renda no ano de 2023, percebia em torno de R\$20.664,00 *per capita*, mas é evidente que esse valor não contempla a renda dos milionários e bilionários do país, ou seja, as desigualdades são significativamente maiores do que os números oficiais apresentados.

Quadro2 – Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual de pessoas, em ordem crescente de rendimento

Classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> (R\$)				
	2012	2022	2023	Variação 2022-2023	Variação 2012-2023
Total	1 626	1 658	1 848	11,5%	13,7%
Até 5%	86	91	126	38,5%	46,5%
Mais de 5% até 10%	227	252	294	16,7%	29,5%
Mais de 10% até 20%	359	397	450	13,4%	25,3%
Mais de 20% até 30%	515	571	634	11,0%	23,1%
Mais de 30% até 40%	673	734	815	11,0%	21,1%
Mais de 40% até 50%	860	930	1 038	11,6%	20,7%
Mais de 50% até 60%	1 091	1 170	1 290	10,3%	18,2%
Mais de 60% até 70%	1 341	1 401	1 549	10,6%	15,5%
Mais de 70% até 80%	1 757	1 824	2 014	10,4%	14,6%
Mais de 80% até 90%	2 541	2 635	2 897	9,9%	14,0%
Mais de 90% até 100%	6 963	6 746	7 580	12,4%	8,9%
Mais de 90% até 95%	3 997	4 076	4 547	11,6%	13,8%
Mais de 95% até 99%	7 486	7 192	8 100	12,6%	8,2%
Mais de 99% até 100%	19 667	18 257	20 664	13,2%	5,1%

Fonte: (IBGE, 2023, p.12).

De acordo com o índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* entre os anos de 2012 e 2015 ocorreu uma redução da desigualdade de 0,540 para 0,524, mas no ano de 2016 apresentou pequeno aumento (0,537). O maior número foi em 2018 quando chegou em 0,545. Nos anos de 2022 e 2023 manteve-se em 0,5118 menor número da série (IBGE,2023).

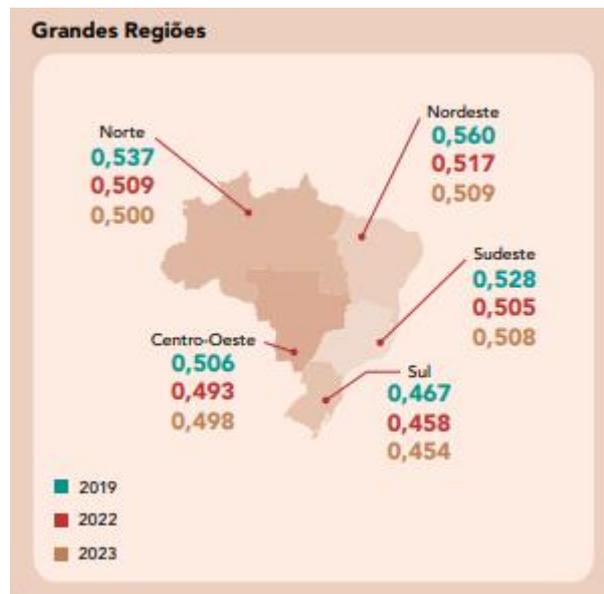
Figura 3 – Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i>					
Brasil					
2012	2013	2014	2015	2016	2017
0,540	0,532	0,526	0,524	0,537	0,539
2018	2019	2020	2021	2022	2023
0,545	0,544	0,524	0,544	0,518	0,518

Fonte: (IBGE, 2023, p.14).

A desigualdade entre regiões do país também pode ser visualizada pelo índice de Gini, veja-se que a região sul apresenta o menor índice de desigualdade, enquanto a região nordeste apresenta o maior índice de desigualdade.

Figura 4 – Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita por Grandes Regiões



Fonte: (IBGE, 2023, p.14).

Por meio desses dados publicados pelo IBGE é possível mensurar, em parte, a desigualdade do Brasil e perceber que o Brasil não é um país pobre, mas sim um país extremamente desigual.

Todavia, mais importante do que visualizar os dados da desigualdade é compreender que a desigualdade não é fruto divino, do destino ou dos astros. A desigualdade e a pobreza não são inevitáveis e “[...] não é possível erradicar a pobreza no mundo sem reduzir drasticamente os níveis de desigualdade. Níveis de desigualdade interferem na capacidade do Estado e da sociedade redistribuírem renda, erguendo barreiras à mobilidade social [...]” (OXFAM, 2017, p.9).

No mês de setembro de 2015, na 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), os países reunidos acordaram uma nova agenda de desenvolvimento até 2030 com objetivos de desenvolvimento sustentável e de erradicação da pobreza. Um dos maiores objetivos é a redução de desigualdades econômicas (OXFAM, 2017).

No entanto, esse grande objetivo requer uma grande empreitada, uma vez que de acordo com “[...] projeções do Banco Mundial, entre 2010 e 2030, ainda que os 40% mais pobres tenham um incremento de renda 2% acima da média geral anual, restariam em todo o mundo cerca de 260 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza” (OXFAM, 2017, p.9).

A OXFAM (2017) traz no relatório “a distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”, seis questões fundamentais para a redução da desigualdade, quais sejam:

- 1- Sistema Tributário mais justo, com uma carga tributária progressiva, além da redistribuição da carga tributária, diminuindo a incidência de tributos indiretos e aumentando tributos diretos;
- 2- Expansão dos gastos públicos em educação, saúde, assistência social, saneamento básico, habitação, transporte público e entre outros, como forma de combata à pobreza e maior proteção social;
- 3- Maiores investimentos em educação, proporcionando maior oferta de vagas em creches e escolas infantis, reduzindo a evasão escolar e a baixa qualidade do ensino público;
- 4- Políticas afirmativas para reverter as discriminações e violências;
- 5- Redução do desemprego e aumento da formalização do mercado de trabalho;
- 6- Combate à corrupção, mudanças no sistema político, aprofundando a democracia.

Nessa perspectiva, a construção de uma sociedade igualitária, pressupõe a existência de condições de vida digna de seus cidadãos. A igualdade é construída a partir do tratamento desigual aos desiguais. A criação de políticas públicas de acesso à educação, saúde, emprego, renda e entre outras serão capazes de mitigar os efeitos das desigualdades. Mas, para a criação de políticas públicas eficientes, que possam contribuir de forma efetiva na redução das desigualdades, é necessário adentrar ao campo teórico e compreender o processo de estratificação social, as possibilidades de mobilidade social e a forma com que as classes se apresentam no Brasil. Para tanto, no próximo capítulo será realizada uma análise bibliográfica no intuito de compreender o processo de estratificação social, de mobilidade social e as classes sociais.

3 ESTRATIFICAÇÃO E CLASSES SOCIAIS: OS LUGARES MATERIAL E SIMBÓLICO DA CLASSE MÉDIA

O presente capítulo tem o intuito de analisar três temas principais, quais sejam: estratificação social, mobilidade social e classes sociais. Dessa forma, no primeiro momento será realizada uma abordagem interdisciplinar, na qual serão apresentados autores clássicos que trataram sobre estratificação social, sendo eles: Karl Marx e Max Weber. Além disso, será apresentada a teoria contemporânea de Erick Olin Wright. Posteriormente, será explicado o processo de mobilidade social e suas formas de existência (mobilidade vertical e mobilidade lateral). Ainda, será apresentado um quadro com os tipos de mobilidade social no capitalismo. Por fim, será abordado o tema classes sociais, sendo apresentadas as análises de classe de Erick Olin Wright, Pierre Bourdieu e Jessé Souza. Ademais, será demonstrado o lugar material e simbólico da classe média no Brasil.

3.1 ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

O conceito de estratificação social é muito caro para as ciências sociais, tendo em vista que é inviável pensar sobre a sociedade sem considerar suas divisões e particularidades. Conforme Silva e Radomsky (2015) as teorias sobre estratificação social são utilizadas como ferramentas de análise das ciências sociais, que possibilitam medir os níveis e tipos de desigualdades da coletividade.

Nesse mesmo sentido, Hubert (2015) refere que a abordagem mais corriqueira nos estudos sobre estratificação social está relacionada ao conjunto de estratos ou camadas que são capazes de refletir sobre a hierarquia dos grupos ou indivíduos, em uma escala que vai indicar suas divisões, por meio de critérios, definidos pelo observador. Assim,

a estratificação social encontra-se estreitamente relacionada com conceitos como desigualdade e mobilidade social, que traduzem a permanência ou o movimento de indivíduos no interior dos diferentes grupos e suas formas diferenciadas de apropriação do produto social (Hubert, 2015, p.35)

De acordo com Silva (2021, p.85) “[...] o uso do conceito de estratificação social não possui um fim em si mesmo, visto que ele tem como objetivo tornar mais inteligível um todo (a sociedade), conhecendo as suas partes (os grupos sociais)”. Nessa perspectiva, Ribeiro (2019) percebe que a estratificação social é composta pela participação dos indivíduos em diferentes grupos sociais, que moldam as oportunidades que estes indivíduos irão ter ao longo

de suas vidas, gerando facilidade ou dificuldade de acesso a bens e posições sociais de prestígio. Para Silva e Radomsky (2015) estratificação social pode ser compreendida como a divisão de determinada totalidade social por grupos, que irão se distinguir de acordo com a quantidade de posse de recursos econômicos e simbólicos, ou seja, a posse desses bens irá definir a posição que os grupos sociais e os indivíduos irão alcançar na estrutura social. Nessa perspectiva, a divisão por classes sociais é a principal forma de estratificar determinada sociedade (Silva, 2021).

Caprara (2017, p.37) percebe classe social como “[...] divisão da sociedade em grupos, camadas ou estratos com diferentes condições de exercício de poder e de aquisição de bens e recursos”, ou ainda, as classes sociais podem ser visualizadas “[...] enquanto posições relativas no espaço social, marcadas pela posse de diferentes tipos de capital, cuja mediação com as práticas culturais e os estilos de vida reside em disposições incorporadas desde a infância (Caprara, 2017, p.37). A estratificação social não é estática, ela se altera na medida em que a sociedade se modifica. Nesse sentido, Silva (2021) refere que a organização das atividades produtivas e do trabalho são fundamentais na transformação da estratificação social, exemplificando, nas sociedades escravocratas a principal forma de estratificação visualizada era a classificação das pessoas de acordo com sua liberdade e posse de terras, ou seja, existiam pessoas livres e pessoas escravizadas, proprietários ou não proprietários. Já, na sociedade capitalista moderna, a estratificação social é compreendida com base na inserção no processo produtivo, se comprador ou vendedor de força de trabalho. Além disso, a estratificação social, na sociedade moderna, pode ser percebida por meio do *status* ou do pertencimento de certos grupos.

Autores clássicos como Karl Marx e Max Weber desenvolveram teorias sobre estratificação social que acarretaram importantes desdobramentos na sociologia. Para Karl Marx, a relação polarizada entre burgueses e proletários fundamenta a reflexão sobre estratificação social, visto que a posição social do agente no processo produtivo (sendo proprietário ou não dos meios de produção) define sua posição de classe. Assim, para Karl Marx a estratificação social leva em consideração o mercado de compra e venda da força de trabalho como reprodutor de desigualdades no capitalismo (Silva; Radomsky, 2015).

De acordo com Silva e Radomsky (2015), Marx sustenta que o capitalismo apresenta uma relação de exploração intrínseca, sendo caracterizada pela apropriação privada das riquezas socialmente produzidas, uma vez que o trabalhador não recebe o valor integral do que produz como contrapartida pelo trabalho realizado. Max Weber apresentou uma teoria alternativa à perspectiva marxista, mas também reconhece a importância da dimensão econômica no

processo de estratificação. No entanto, Weber incorporou novos elementos a sua teoria, visto que na sua teoria aspectos subjetivos como *Status* são tão importantes quanto o elemento econômico (Silva; Radomsky, 2015). Nessa perspectiva, diferentemente da teoria Marxista, Silva e Radomsky (2015, p.4) referem que "a teoria de Weber considera que é possível identificar diferenciações internas no seio da própria classe trabalhadora". Na teoria de Weber, o *Status* apresenta um papel relevante, visto que "Weber afirma também que o status se constitui em elemento de diferenciação social, de modo que permite o estabelecimento de critérios de estratificação (Silva; Radomsky, 2015, p.4)". Além disso, Weber destaca a estratificação social mediante o pertencimento a grupos políticos que se organizam por terem objetivos comuns (Silva; Radomsky, 2015).

O autor Erik Olin Wright combinou as perspectivas de Karl Marx e Max Weber e elaborou um modelo de estratificação social que considera três dimensões do controle capitalista, quais sejam: "a) o controle sobre os investimentos ou o capital financeiro; b) o controle sobre os meios físicos de produção; c) o controle sobre o poder de mão de obra (Silva; Radomsky, 2015, p.5)". Além disso, Wright percebe que existem situação contraditórias de classe, visto que alguns trabalhadores, como os gerentes, por exemplo, exercem funções que tem algum grau de intervenção no processo produtivo, mesmo que de forma limitada, mas mesmo intervindo no processo produtivo não são os donos dos meios de produção (Silva; Radomsky, 2015). Wright será estudado com maior detalhamento posteriormente, momento que será apresentada sua análise de classe.

Embora existam grandes teorias sobre estratificação social, "estabelecer um mapa de classes inequívoco só seria possível em uma sociedade com posições sociais cristalizadas, na qual o surgimento de novos critérios de estratificação social não está disponível de algum modo" (Silva; Radomsky, 2015, p.6), ou seja, a classificação social não pode ser tratada de forma inflexível, visto que se trata de um fenômeno complexo e em constantes transformações.

3.2 MOBILIDADE SOCIAL: BREVE ANÁLISE TEÓRICA

Mobilidade, em geral, pode ser entendida como a capacidade de deslocamento entre um lugar e outro. Assim, nesse sentido "mobilidade social é o processo de deslocamento de indivíduos ou grupos sociais de uma posição socioeconômica para outra, no quadro da estratificação de uma sociedade" (Silva; Radomsky, 2015, p.6).

Mas, a mobilidade social não foi um processo que esteve sempre presente na sociedade, por exemplo, na sociedade indiana de castas, o nascimento é crucial para determinar a posição

do indivíduo na sociedade, ou exemplo, eram as sociedades escravocratas (Silva; Radomsky, 2015).

Nas sociedades capitalistas, a mobilidade é possibilitada para todos, embora esse processo não seja tão simples, sendo facilitado para algumas pessoas. Logo, de acordo com Silva e Radomsky (2015, p.7) “posição de classe no nascimento não determina as condições futuras do indivíduo, mas, certamente, o acesso a determinados bens materiais e culturais durante a infância e a juventude pode resultar em maiores chances de ascensão social”.

A mobilidade social é visualizada de duas formas: mobilidade vertical e mobilidade lateral. A mobilidade vertical ocorre de duas formas, sendo ascendente (quando o indivíduo ou grupo alcança uma posição de classe superior) e descendente (quando o indivíduo ou grupo perde uma posição de classe, sendo realocado a uma posição inferior). Observa-se que a mobilidade social quando é experimentada individualmente não gera grandes discussões teóricas, visto que não altera a estrutura de classes. No entanto, quando essa mobilidade é realizada por grupos sociais mais amplos gera efeitos sociais mais abrangentes e nesse momento se torna tema de investigação (Silva; Radomsky, 2015).

A mobilidade lateral está relacionada com o deslocamento geográfico de indivíduos ou grupos sociais pelos bairros, cidades ou regiões, por exemplo, bairros de classes médias que surgem em períodos de crescimento econômico (Silva; Radomsky, 2015). Nessa perspectiva, Silva e Radomsky (2015, p.8) “[...]as mobilidades de tipo vertical e lateral estão normalmente inter-relacionadas, visto que a mobilidade ascendente ou descendente pode acarretar deslocamentos geográficos e vice-versa”.

O quadro abaixo, elaborado por Silva e Radomsky, sintetiza os tipos de mobilidade existentes nas sociedades capitalistas, veja-se:

Quadro 3 – Tipos de Mobilidade Social no Capitalismo

<ul style="list-style-type: none"> • Mobilidade Vertical 	<p>→ Mobilidade Ascendente: Mudança para patamar superior na estrutura de classes de uma sociedade por parte de indivíduos ou grupos.</p> <p>→ Mobilidade Descendente: Mudança para patamar inferior na estrutura de classes de uma sociedade por parte de indivíduos ou grupos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Mobilidade Lateral 	De natureza geográfica, remete ao deslocamento de indivíduos ou grupos sociais por bairros, cidades ou regiões.
<ul style="list-style-type: none"> • Mobilidade Intrageracional 	Mudança de posição de classe no transcurso de uma geração.
<ul style="list-style-type: none"> • Mobilidade Intergeracional 	Mudança na posição de classe no transcurso de mais de uma geração.

Fonte: (Silva; Radomsky, 2015, p.8).

Os sistemas de classificação são visualizados em diferentes sociedades no mundo, especialmente, em razão da distribuição desproporcional de recursos e *status* (Silva; Radomsky, 2015). Inclusive, o escritor Bauman (2015), em seu livro “a riqueza de poucos beneficia a todos nós?” traz reflexões importantes sobre o processo de mobilidade social ascendente e estratificação social. Bauman (2015, p.27), afirma que a escada de mobilidade ascendente “está se transformando cada vez mais numa pilha de grades impermeáveis e barreiras intransponíveis. O ‘crescimento econômico’ sinaliza opulência crescente para poucos, mas também uma queda abrupta na posição social e na autoestima de uma massa incontável de outros”. Para o autor, o enriquecimento de poucos não promove um efeito de gotejamento, ou seja, a mobilidade ascendente de alguns poucos indivíduos não gera efeitos coletivos significativos.

No Brasil não é diferente, de acordo com Medeiros (2023) a mobilidade social é frequente, mas não significativa, visto que costuma estar concentrada no centro da distribuição de riquezas além de ser de curto alcance, ou seja, os polos dos extremamente ricos ou extremamente pobres se movem com menor frequência do que os grupos que estão no centro. No entanto, os grupos de centro, embora se movam, não apresentam grandes distancias sociais. Em razão disso, alguns autores utilizam o termo volatilidade no lugar de mobilidade, pois se refere a uma mudança de curto prazo, repleta de idas e vindas.

Todavia, o grande problema da volatilidade é que, com frequência, os indivíduos entram e saem da classificação de pobreza. Nesse sentido, Medeiros (2023) refere que a noção de “perfil do pobre” como algo determinado e persistente precisa ser visualizado com algumas ressalvas, uma vez que existem indivíduos que estão acima da extrema pobreza, ou seja, não vivem uma pobreza crônica. Mas, estão vulneráveis à pobreza, visto que suas riquezas podem reduzir em decorrência da perda de emprego de um membro da família e, por culpa disso, entram e saem da zona de pobreza com frequência.

Existem três dimensões que são relevantes para explicar as chances de mobilidade social dos indivíduos, sendo elas: os capitais econômico, social e cultural. O capital econômico é, sem dúvidas, o mais reconhecido, porquanto é fácil sua visualização, uma vez que as famílias usam seus recursos para promover o desenvolvimento e bem-estar dos seus membros. Mas, o capital econômico não age sozinho, por meio do capital social, as famílias desenvolvem suas redes de relações pessoais, que podem trazer vantagens competitivas, direta e indiretamente como, por exemplo, uma indicação para um emprego ou negócio. O capital cultural facilita o acesso dos indivíduos aos bens culturais, compreensão de conteúdos nas escolas e traz a capacidade de adaptação aos meios sociais mais valorizados, ou seja, traz vantagens competitivas na luta por

mobilidade social. As combinações dessas dimensões podem se apresentar de= diversas formas, por exemplo: crianças que possuem pais com capital cultural alto e capital econômico baixo, podem ter chances de ascensão social econômica por meio da qualificação educacional ou, de forma inversa, pessoas com muito capital econômico geralmente possuem boas relações sociais, ampliando o capital social. Quando as três dimensões estão presentes na família de origem do indivíduo, aumentam suas probabilidades de ascensão social (Ribeiro, 2019).

3.3 CLASSES SOCIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS

O conceito de classes sociais e seus desdobramentos é um tema que sempre ocupou espaço na sociedade e gerou grandes debates entre teóricos e pesquisadores do assunto. De acordo com Silva (2020, p.49) “[...] é um tema presente na sociologia desde a fundação da disciplina como campo do conhecimento científico” e, além disso, Silva (2020, p.49) refere que quando se trata do “[...] debate sociológico contemporâneo, novas perspectivas teóricas surgiram na tentativa de dar conta de uma realidade social em mudança, mais complexa e multifacetada”.

Devido aos inúmeros estudos e pesquisas sobre o tema, a palavra classe se desdobra em diversas conceituações e linhas teóricas. Em vista disso, o presente capítulo não tem o intuito de esgotar a discussão sobre o assunto, mas tem o objetivo de apresentar a abordagem neomarxista por Erick Olin Wright, a abordagem de Pierre Bourdieu, além de discorrer sobre a teoria das classes do Sociólogo Brasileiro Jessé Souza.

3.3.1 Análise de classe neomarxista de Erick Olin Wright

O sociólogo estadunidense Erick Olin Wright se mostrou uma figura de destaque no debate atual sobre a análise de classes. Conforme Silva (2020) Wright classifica sua teoria como neomarxista, uma vez que reformula as bases do marxismo no que se refere à análise de classes, porquanto trouxe o debate sobre a classe média no processo de desenvolvimento capitalista.

No que se refere ao núcleo duro da teoria marxista, Silva (2020, p. 49) afirma que era feito uma aposta “[...] na crescente polarização das classes sociais fundamentais que estruturam a sociedade capitalista, mesmo que intermediadas por um estrato social de maior ou menos abrangência e densidade, fato que não se confirmou”. De acordo com Wright (2015) a análise de classes na concepção marxista está ligada a um conjunto de compromissos normativos com

uma espécie radical de igualitarismo, podendo ser expresso a partir de três teses, quais sejam: A primeira tese é intitulada de igualitarismo radical, pois defende que os recursos devem ser distribuídos de forma igualitária, ou seja, cada um recebe o que precisa e contribui como pode, gerando o ideal de uma sociedade sem classes (Wright, 2015). Além disso, na segunda tese, chamada de possibilidade histórica, propõe uma organização social que realiza uma distribuição sustentável radicalmente igualitária das condições materiais de vida (Wright, 2015). Por fim, na terceira tese, vista como anticapitalista, cria uma sociedade sem classes, mais igualitária (Wright, 2015).

Wright (2015) problematiza a complexidade nas relações concretas de classes, o autor refere que o marxismo clássico traz a ideia de polarização entre as classes, ou seja, as lutas de classes são vislumbradas pela luta entre a burguesia e o proletariado. Mas, na prática as relações de classes não são tão simples, assim sendo é necessário analisar sua complexidade e estudar suas ramificações. Nessa perspectiva, observa-se que

A análise da teoria neomarxista de classes de Erick Olin Wright permite identificar a tentativa de superação de uma abordagem neomarxista clássica, que não previa a ascensão das classes médias no capitalismo contemporâneo. Mesmo mantendo pressupostos relativos ao marxismo clássico, como a centralidade das relações de exploração, Wright propõem compreender a estrutura de classes a partir de ativos de qualificação e autoridade, aspecto ausente até então na teoria marxista (Silva, 2020, p.51).

Ademais, Silva (2020) refere que para Wright a classe social não é definida apenas pelo papel realizado no processo produtivo, embora não negue sua importância. Mas, ele traz a ideia de que elementos externos às relações de trabalho devem ser utilizados para analisar a posição de classe. Nesse sentido, Wright critica o modelo dualista de análise de classe, visto que

[...] para alguns problemas pode ser suficiente distinguir apenas duas situações de classe nas sociedades capitalistas. Mas para muitas perguntas que se possa fazer e em cujas respostas figura o problema das situações de classe, esse modelo binário simples pode ser lamentavelmente inadequado. Se queremos entender a formação da experiência subjetiva das pessoas no trabalho, os dilemas enfrentados pelos representantes sindicais nas fábricas, a tendência das pessoas de formar diversos tipos de coalizão nos conflitos políticos ou a perspectiva de uma vida materialmente confortável, é improvável que definir cada um como capitalista ou trabalhador dentro de um modelo polarizado de relações de classe nos diga tudo o que queremos saber (Wright, 2015, p.29-30).

Wright (2015) incorpora nas relações de classe a análise de forma complexa, para tanto elenca cinco princípios como fonte da complexidade, quais sejam: No primeiro princípio, traz a complexidade das situações como derivada da complexidade de dentro das relações, ou seja, conforme Wright (2015, p.30) “desemaranhar direitos e poderes do feixe das relações de classe”. Nesse sentido, Wright (2015) cita a hipótese de posições contraditórias dentro das relações de classe, utilizando como exemplo o gerente de uma empresa, porquanto ocupa a posição de capitalista e de trabalhador dentro das relações de classe, uma vez que utiliza os poderes do capital para tomar decisões gerenciais como, por exemplo, admissão e demissão de funcionários. Mas, ao mesmo tempo, não pode vender os bens da empresa para reverter em proveito próprio, além disso pode ser demitido de acordo com a vontade do dono da empresa. Logo, evidentemente o gerente ocupa uma posição contraditória de classe. No segundo princípio, cita a complexidade de localização das pessoas individualmente em situações de classe ou de acordo com Wright (2015, p.30) “a ocupação de múltiplas posições de classe ao mesmo tempo”, nesse caso, Wright (2015) traz o exemplo do indivíduo que ocupa simultaneamente duas situações distintas de classe, veja-se: os trabalhadores empregados de uma empresa que tem plano de participação nos lucros, são empregados e ao mesmo tempo, ainda que de forma limitada, apresentam a posição de capitalistas. No terceiro princípio, traz a complexidade dos aspectos temporais das situações de classe, ou seja, Wright (2015) utiliza como exemplo funcionários que possuem expectativas de galgar cargos mais altos dentro das companhias, nessas situações específicas percebe-se que as convicções são afetadas pela possibilidade de mudança de função e hierarquia. No quarto princípio, refere que as camadas ou estratos dentro das relações são explicadas de forma que as situações de classe podem ser definidas medindo os direitos e poderes do indivíduo sobre os recursos produtivos e a atividade econômica, uma vez que existem capitalistas com poderes e direito maiores do que outros, por exemplo: capitalistas que empregam milhares de pessoas e capitalistas que empregam poucas pessoas, nota-se que ambos são enquadrados como capitalistas, mas existe uma grande diferença no poder que eles detêm (Wright, 2015). No quinto princípio, aduz que a relação entre famílias e relações de classe se explica uma vez que as pessoas estão ligadas nas relações de classe por intermédio de suas famílias, e suas vidas serão moldadas de acordo com os hábitos familiares e considerando a relação de classe que faz interseção em sua vida. Dessa forma, Wright (2015, p.33) exemplifica: “Se você é casada com um capitalista, independente do que você mesma faça na vida, seus interesses e opção serão ao menos parcialmente condicionados por esse fato”.

Para dar conta da conceituação da classe média, Wright apresenta quatro abordagens

que seriam utilizadas no interior da teoria marxista. Na primeira abordagem, refere que a sociedade capitalista é polarizada e a classe média se apresenta como uma ilusão ideológica. Enquanto, na segunda abordagem, traz a ideia de que a classe média deve ser entendida como parte de outra classe como a pequena burguesia ou nova classe trabalhadora, assim o mapa de classes permaneceria polarizado. Já, na terceira abordagem, traz a ideia de que a classe média é uma nova classe social, podendo ser chamada de classe profissional gerencial ou nova classe, fugindo da ideia clássica do marxismo. Por fim, na quarta e última abordagem, que é a escolhida por Wright, refere que considera a classe média como uma posição contraditória de classe (Silva, 2020).

A análise de classes no entendimento de Wright (2015) tem influência na vida dos indivíduos e no modo de funcionamento das instituições. Essa teoria pode ser utilizada para explicar comportamentos individuais e sociais, distribuição de riquezas e a desigualdade. Wright (2015, p. 45) refere que “A análise de classe pode, portanto, funcionar não apenas como parte de uma teoria científica sobre interesses e conflitos, mas também como parte de uma teoria emancipatória de alternativas e justiça social”.

3.3.2 Análise de classe por Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu tornou-se referência em diversas áreas do conhecimento, como sociologia e educação. As questões relacionadas às classes sociais se tornaram parte importante da pesquisa do autor. De acordo com Weininger (2015) não é possível determinar uma única “figura paterna”, como Marx, Weber, Durkheim ou outro autor menos conhecido, que tenha inspirado a teoria sobre as classes de Bourdieu. De acordo com Silva (2020) a teoria do espaço social de Bourdieu rompe com a teoria marxista de classes sociais e, em decorrência disso, se difere da teoria de Erik Olin Wright. Bourdieu reconhece a importância da teoria marxista, mas entende que o projeto teórico de Marx precisa ser superado em razão de três limitações que apresenta, quais sejam: 1) substancialismo, uma vez que visualiza a classe social construída por Marx como classe real; 2) economicismo, em decorrência de enfatizar o predomínio da dimensão econômica em detrimento das outras esferas sociais; 3) objetivismo, porque desconsidera as lutas simbólicas (Silva, 2020). Embora sustente sua teoria com ênfase na dimensão simbólica, Bourdieu reconhece a importância da dimensão econômica para o entendimento das relações de classe. Dessa forma, a dimensão econômica não é vista com centralidade, mas é utilizada em uma análise multidimensional, inclusive aponta que os grupos sociais privilegiados economicamente apresentam maiores chances de desenvolver atividades

desinteressadas, relacionadas à própria reprodução de classe ou ao senso estético (Silva, 2020). Para Bourdieu, na concepção de Silva (2020, p. 52) “[...] as classes sociais teriam existência teórica, como classes prováveis, visto que decorrem de um esforço classificatório de natureza abstrata”, ou seja, não são tratadas como classes reais, visto que existe uma probabilidade de que os grupos sociais se constituam em classes práticas, se organizando segundo uma identidade coletiva (Silva, 2020). Bourdieu rompe com a teoria marxista no que se refere à consciência de classe, uma vez que acredita que a percepção de mundo não é fruto apenas da posição que o indivíduo ocupa na estrutura produtiva. Assim, para Bourdieu o *habitus* de classe atuaria como um elemento que unificaria os gostos, condutas e estilos de vida (Silva, 2020). Bourdieu entende as diferenças entre estilos de vida como manifestações de classes diferentes. Em razão disso, o autor elabora um argumento que explica a relação entre a situação de classe e o *habitus*, além disso a relação entre *habitus* e práticas de consumo e simbólicas na formação de um estilo de vida. A partir disso, Bourdieu refere que essas práticas servem para constituir grupos de *status*, que criam fronteiras simbólicas entre indivíduos ou coletividades, criando uma luta classificatória (Weininger, 2015). Para Bourdieu (2011, p. 97) o *habitus* de classe é a “[...] forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe”. Nessa perspectiva, a classe de forma objetiva é

conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas, às vezes, garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou incorporadas, tais como os *habitus* de classe – e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios (Bourdieu, 2011, p. 96).

Diferentemente da teoria marxista, Bourdieu entende a estrutura de classe como toda a divisão ocupacional do trabalho, assim não considera apenas a divisão entre propriedade e controle dos meios de produção, entre proprietários e trabalhadores. Dessa forma, sua análise engloba também as ocupações da classe média, da administração pública, as profissões liberais e os intelectuais (Weininger, 2015).

Bourdieu entende que os agentes sociais podem se distribuir no espaço social em duas dimensões principais, quais sejam: a primeira considera o volume global de capitais econômico e cultural que os agentes possuem, já a segunda analisa o peso desses capitais no volume global do seu capital, exemplificando: na primeira dimensão existe uma relação de oposição entre agentes sociais que possuem mais capital global, como empresários e profissionais liberais e agentes que possuem menor capital global como os operários. Na segunda dimensão, a oposição

ocorre entre professores universitários e empresários, uma vez que os professores universitários detêm mais capital cultural, mas menos capital econômico e os empresários, ao contrário, possuem mais capital econômico do que cultural (Silva, 2020).

Em vista disso, Bourdieu elabora o modelo de estrutura de classe por meio de uma pesquisa realizada, que colhe dados sobre o capital econômico e cultural de indivíduos em situações diferentes no sistema ocupacional. O modelo é sintetizado basicamente por três eixos ortogonais em um espaço fatorial (Weininger, 2015).

O primeiro eixo diferencia posições no sistema ocupacional de acordo com o volume de capital, sendo econômico e cultural, de cada indivíduo. Assim, alguns integrantes de certas categorias se sobrepõem aos outros, por exemplo, os professores universitários e os executivos do setor privado, denominados de classe dominante ou burguesia, que permanecem na parte superior do eixo, enquanto trabalhadores manuais e agrícolas ficam na parte inferior do eixo, sendo denominados de classe operária ou popular. Na classe intermediária se encontram secretárias, professores de ensino fundamental, entre outros e são denominados de pequena burguesia (Weininger, 2015).

O segundo eixo diferencia posições dentro das situações de classe, ou seja, as classes são divididas internamente de acordo com a composição do seu capital. Em vista disso, professores universitários que possuem grande capital cultural, mas pouco capital econômico, se diferenciam dos grandes comerciantes, que na maioria dos casos, possuem maior capital econômico e menor capital cultural. Já, de forma intermediária, estão os profissionais liberais, que possuem os bens de forma simétrica (Weininger, 2015).

No terceiro eixo é analisada a divisão ocupacional do trabalho, que parte da verificação do capital econômico e cultural da família de origem do indivíduo, analisando suas trajetórias. Em decorrência dessa análise, Bourdieu constatou que existe maior probabilidade de profissionais liberais terem nascido na burguesia do que outros integrantes dessa classe (Weininger, 2015).

De acordo com Weininger (2015, p. 131) “entre os teóricos de classe, Bourdieu destaca-se por ter conferido uma neutralidade às práticas simbólicas de classificação social”. Souza (2020, p.51) refere que para Bourdieu “[...] o espaço social deve ser entendido como uma construção multidimensional, no qual agentes e grupos sociais se organizam mediante o uso de diferentes espécies de capitais, sobretudo de natureza econômica e cultural”. Nessa perspectiva, Bourdieu compreende que “[...] a identidade de uma classe social é produto de longa e lenta elaboração coletiva, porque coloca em relação atores sociais situados, mas que podem modificar suas posições ao longo de suas trajetórias” (Silva, 2020, p. 52). Logo, “[...] não é possível falar

em um *habitus* de classe de caráter unicamente estático, visto que a posição dos agentes ou grupos na estrutura social está permanentemente condicionada pela trajetória desses mesmos agentes ou grupos” (Silva, 2020, p.52).

Silva (2020) traz, no quadro abaixo, as perspectivas comparadas de Erik Olin Wright e Pierre Bourdieu, veja-se:

Quadro 4 – Dimensões comparativas das perspectivas de Erik Olin Wright e Pierre Bourdieu

Dimensões/autores	Erik Olin Wright	Pierre Bourdieu
Perspectiva teórica	Neomarxismo; análise de classes	Teoria do espaço social e da prática.
Influência de Marx	Ênfase na exploração capitalista.	Apropriação da noção de capital para outros domínios da realidade social que não o original (economia).
Influência de Weber	Importância de aspectos como a qualificação e a autoridade para a definição da posição de classes.	Ruptura com o objetivismo e o subjetivismo no debates sobre classes sociais. Noção de dominação simbólica.
Contribuições para o debate sobre as classes médias	Noção de posição de classes contraditórias.	Classe média é classe em transição, que adota mecanismos de distinção mediante aquisição de capital escolar e cultural.
Críticas	Por Loïc Wacquant: conteúdo meramente classificatório transforma o agente social em mero ocupante de uma posição na estrutura social.	Por Michael Burawoy: ausência da categoria exploração.

Fonte:(Silva, 2020, p.56).

Analisando-se o quadro percebe-se que ambos os autores foram influenciados por Marx e Weber. Além disso, nota-se que Wright reformula as bases teóricas do marxismo para a compreensão da estrutura de classes no capitalismo contemporâneo, problematizando a classe média como um estrato heterogêneo, mas com características específicas que diferenciam da burguesia e proletariado. Já, Bourdieu focaliza nas construções simbólicas (valorização dos bens culturais escassas) que distinguem a classe média do proletariado, nesse sentido

Se, por um lado, a perspectiva neomarxista de Wright pode ser entendida como um ‘marxismo’ que incorpora categorias weberianas para explicar a complexidade da estrutura social no capitalismo contemporâneo, por outro, a abordagem bourdesiana afirma a importância da dimensão simbólica para explicar as relações concretas estabelecidas entre as classes sociais, aspecto que aproxima Bourdieu da teoria weberiana (Silva, 2020, p.56).

Wright traz a noção de posição contraditória de classe como uma inovação na tentativa

de explicar a classe média consolidada, já que na teoria marxista clássica a classe média tenderia ao desaparecimento. Na teoria neomarxista de Wright a posse de ativos de qualificação no processo produtivo distingue a classe média da classe trabalhadora. Já, Bourdieu traz uma interpretação focada no universo simbólico da classe média, porquanto se diferencia da classe trabalhadora, especialmente, em razão da sua rigidez moral e a educação e cultura apresentada (Silva, 2020).

3.3.3 O lugar da classe média na estrutura de classes brasileira

O sociólogo Jessé Souza aborda a discussão sobre classes sociais na sociedade brasileira, em especial, o autor estuda a classe média e seus mecanismos de reprodução de classe. Conforme Gomes (2019) a teoria de Jessé Souza sobre classes sociais utiliza como fonte principal os estudos de Pierre Bourdieu e Charles Taylor. Jessé Souza em sua teoria, traz uma estrutura de classes elaborada a partir de três classes distintas, sendo elas: a ralé, os batalhadores e as classes superiores, na qual está incluída a classe média. Souza (2012, p. 26) refere que as classes não podem ser definidas “[...] apenas pela renda e pelo padrão de consumo, mas, antes de tudo, por um estilo de vida e uma visão de mundo “prática”, que se torna corpo e mero reflexo, mera disposição para o comportamento, que é em grande medida pré-reflexivo ou “inconsciente” [...]”.

O termo ralé é utilizado provocativamente com intuito de evidenciar a realidade social, nessa perspectiva Souza (2018) conceitua a ralé como sendo o negro e seus descendentes, os esquecidos e humilhados de todas as cores ou ainda conforme Souza (2009, p.21) “[...]uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação”.

Advindos da ralé brasileira, mas apresentando uma pequena ascensão social, os batalhadores são

Saídos do mesmo meio pobre e constrangedor, abraçados com os mesmos obstáculos enfrentados por seus pares do Brasil pobre, esses resistentes levantam-se. Comumente, têm mais emprego. Podem, por exemplo, trabalhar como faxineiros durante o dia e vigias à noite. Lutam, ativamente, com energia e engenho, para escapar da ralé e entrar no rol da pequena burguesia empreendedora e emergente. Exibem qualidades que Euclides da Cunha atribuía aos sertanejos. Existem, também, aos milhões, sobretudo nas partes mais pobres do país (Souza, 2012, p.10).

A diferenciação entre a classe de batalhadores e da ralé é o reconhecimento dos batalhadores como parte útil da sociedade, em razão da dimensão produtiva (Gomes, 2019). Os capitais econômico e cultural podem ser elencados como caracterizadores da grande diferença

existente entre o grupo dos batalhadores e da classe média, visto que os batalhadores, no geral, não possuem esses capitais. Nesse sentido, Gomes (2019, p.23) refere “[...] falta-lhes o gosto, aquele elemento de distinção que antecede as chances de vitória em uma luta de classes mediada simbolicamente”. Por fim, as classes altas se distinguem das outras em razão de um fator de dominância que é evidenciado devido a posse de capital econômico e capital cultural. Na classe alta o capital econômico prevalece, sendo transmitido geralmente por herança. Já, na classe média, o capital cultural prevalece, sendo utilizado para reprodução da classe e como forma de distinção social (Gomes, 2019). Nesse sentido, de acordo com Gomes (2019, p.26) “na classe média e em suas frações, ao contrário, a ênfase recai no capital cultural, não sendo o capital econômico hereditário ausente, mas desempenhando um papel menos relevante do que aquele desempenhado na classe alta”.

Dentro da classe média, Souza (2018) diferencia a alta classe média e a massa da classe média. Assim, de acordo com Souza (2018, p.16) a alta classe média seria composta pelo indivíduo que “exerce função de comando da sociedade em todos os níveis, mas em nome de uma ínfima elite de proprietários”. E, no outro lado, a massa da classe média, podendo ser denominada de classe média baixa ou média, ou classes A e B, que perfaz em média de 15% a 18% da população brasileira, e é responsável pela gestão intermediária do mercado ou Estado (Souza, 2018).

Esse caráter relacional – as relações da classe média com as demais classes e as relações entre alta classe média e baixa classe média – constitui um dos três pilares da sistematização teórica que Jessé Souza procura desenvolver em “A classe média no espelho”. A ele soma-se um interesse pela exposição da gênese do “comportamento efetivo dos que fazem parte desta classe” e um interesse por uma exposição comparativa das similitudes e diferenças entre a classe média brasileira e outras classes médias pelo mundo (GOMES, 2019, p.32).

A classe média vive uma busca para se distinguir das classes dominadas, que seriam a ralé e os batalhadores, e da classe alta, chamada de elite do dinheiro, justificando a diferenciação de forma moral, apropriando-se do discurso meritocrático (Gomes, 2019). Além disso, a classe média pode ser caracterizada como uma classe que utiliza dos capitais econômico e cultural para reprodução de privilégios. Nesse sentido:

A classe social é, antes de tudo, *reprodução de privilégios*, sejam eles positivos ou negativos. O problema é que muitos privilégios positivos, como a posse de conhecimento valorizado – precisamente o tipo de capital monopolizado pela classe média real – são literalmente invisíveis. A possibilidade de aprendizado efetivo na escola requer a existência anterior, no ambiente doméstico e desde a mais tenra idade, de estímulos emocionais e morais (também invisíveis). Ninguém nasce com a capacidade de concentração, disciplina e autocontrole, amor à leitura, pensamento

prospectivo ou capacidade de pensamento abstrato (Souza, 2018, p.16).

Essa herança imaterial que a classe média é detentora contribui na reprodução dos privilégios de uma geração para a outra. A renda da classe média (que corresponde, aproximadamente, a 20% da população brasileira) também traz uma posição privilegiada em relação às classes populares, visto que a classe média consegue comprar o tempo livre de seus filhos contribuindo para o bom desempenho escolar. Em contrapartida, as crianças das classes populares têm suas infâncias ceifadas, visto que precisam trabalhar desde muito pequenas (Souza, 2018).

Outro ponto de diferenciação da classe média é por sua moralidade que está intimamente ligada aos ideais da meritocracia. De acordo com Gomes (2019, p.30) “sem a herança de um capital econômico significativo de partida, a classe média não só não se envolveria nos grandes escândalos de corrupção, mas mereceria tudo o que tem em razão de seu esforço pessoal”. Observa-se que esse tema será tratado em capítulo próprio, fazendo uma análise sobre a meritocracia. A classe média brasileira distingue-se das outras classes, especialmente, da grande massa da população, por incorporar elementos simbólicos (comportamentos, regras de etiqueta, ideais) que apresentam grande valor social. O capital cultural é um conglomerado desses elementos que diferenciam a classe média. Logo, para se pensar a classe média brasileira é necessário revisitar a teoria de Pierre Bourdieu e o conceito de capitais. Capitais, para Bourdieu, são

[...] recursos escassos e valorizados socialmente com os quais os agentes contam para se posicionar no espaço social (o conjunto dos campos). Nas sociedades modernas, eles se constituem, basicamente, do capital econômico e do capital cultural, embora, um capital muito importante em sociedades tradicionais, o capital social, formado pelas redes de relação dos agentes, continue a ser importante. O capital econômico, como o nome diz, é o dinheiro, as propriedades etc. O capital cultural, que ganha uma importância fundamental à medida que as sociedades se modernizam e racionalizam, é a relação do agente, privilegiada ou não, como o arbitrário cultural dominante (Gonçalves, 2015, p.63).

Claudio Nogueira e Maria Alice Nogueira (2002), estudiosos de Pierre Bourdieu afirmam que Bourdieu percebe que todo indivíduo é caracterizado por uma bagagem socialmente herdada, ou seja, são componentes externos ao indivíduo que podem ser utilizados para seu sucesso. Dentre esses componentes estão os capitais, quais sejam:

Capital econômico, tomado em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso, o capital social definido como o conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família, além do capital cultural institucionalizado, formado basicamente por títulos escolares. A bagagem transmitida pela família inclui, por outro lado, certos

componentes que passam a fazer parte da própria subjetividade do indivíduo, sobretudo, o capital cultural na sua forma incorporada. Como elementos constitutivos dessa forma de capital merecem destaque a chamada – cultural geral – expressão sintomaticamente vaga; os gostos em matéria de arte, culinária, decoração, vestuário, esportes e etc; o domínio maior ou menor da língua culta; as informações sobre o mundo escolar (Nogueira; Nogueira, 2002, p.20).

Bourdieu identificou o capital cultural sob três formas distintas, quais sejam: incorporado, objetivado e institucionalizado. O capital cultural incorporado é

sob a forma de disposições duráveis e permanentes do organismo. No limite, ele pode existir sob a forma de *habitus* culto; é o que chamamos de “cultura” no sentido um pouco vago e ordinário: quando chamamos alguém de culto, nomeamos o capital cultural sob essa forma incorporada (Bourdieu, 2023, p.215-216).

O capital cultural no estado objetivado é identificado “[...] sob a forma de bens culturais: quadros, livros dicionários, instrumentos, máquinas, computadores, programas de computador etc” (Bourdieu, 2023, p.218). No estado institucionalizado é [...] ao mesmo tempo objetivado e garantido juridicamente sob a forma de títulos, e a noção de título escolar, sobre a qual é preciso refletir é para o capital cultural o que o título de propriedade é para o capital econômico” (Bourdieu, 2023, p.216). Bourdieu reflete sobre os efeitos do capital cultural naturalizado e percebe que a distribuição desigual do capital cultural vai produzir efeitos de distinção.

O capital cultural vai aparecer como natural e a distribuição desigual do capital cultural produzirá por si mesma aquilo que chamo de efeitos de distinção. É importante compreender que a distinção não pressupõe a intenção de se distinguir. A distinção é o fato de ser diferente, é aquilo que é produzido quando alguma coisa de diferente é percebida por alguém que a reconhece como boa ou como diferença valorizada (Bourdieu, 2023, p.227-228).

Gonçalves (2015, p.51) refere que Bourdieu “[...] a partir do conceito de capital cultural, forneceu ferramentas para iniciar uma crítica à ideia de que a escola fosse um espaço de construção e formação social isolado e sem influências das desigualdades sociais”. Veja-se que Bourdieu percebe o ambiente escolar como um reprodutor de desigualdades, uma vez que a comunicação pedagógica, como é utilizada tradicionalmente nas escolas, exige um prévio domínio de habilidades e referências culturais e linguísticas que somente os membros de classes mais altas possuem. Nesse sentido, os professores transmitiriam a mesma mensagem a todos os alunos, presumindo que todos teriam a mesma compreensão. No entanto, somente alguns possuem a cultura escolar como cultura familiar. Logo, nem todos os alunos terão a mesma aprendizagem, o que acaba favorecendo as classes dominantes em desfavor das classes dominadas (Nogueira; Nogueira, 2002).

Nesse sentido, conforme referido por Cláudio e Maria Alice Nogueira (2002, p. 29), Bourdieu entendia que “[...] ao dissimular que sua cultura é a cultura das classes dominantes, a escola dissimula igualmente os efeitos que isso tem para o sucesso escolar das classes dominantes”. Em vista disso, os diferentes resultados escolares dos alunos seriam vistos como diferenças de capacidades, quando na verdade são fruto da proximidade anterior que o aluno tem com a cultura escolar. Assim, a escola seria responsável por reproduzir e legitimar as desigualdades sociais (Nogueira; Nogueira, 2002).

Sob tal ponto de vista, a legitimação das desigualdades sociais se apresentaria “[...] indiretamente, pela negação do privilégio cultural dissimuladamente oferecido aos filhos das classes dominantes” (Nogueira; Nogueira, 2002, p.30). Já, a reprodução das desigualdades sociais é visualizada “[...] pelo simples fato de que os alunos que dominam, por sua origem, os códigos necessários à decodificação e assimilação da cultura escolar e que, em função disso, tenderiam a alcançar o sucesso escolar, seriam aqueles pertencentes as classes dominantes” (Nogueira; Nogueira, 2002, p.30).

De acordo com Cláudio e Maria Alice Nogueira (2002), Bourdieu percebeu que nas provas orais, sobretudo, exige-se dos alunos algo além do domínio do conteúdo, uma vez que se reivindica por uma destreza verbal além de uma conexão entre o saber e a cultura, e nesses casos somente aqueles que têm familiaridade com a cultura dominante detém esses elementos. Para Bourdieu o efeito da legitimação provocado pela dissimulação da cultural escolar é duplo, manifestando-se nas camadas dominantes e dominadas. No caso das camadas dominantes, os indivíduos por terem recebido sua herança cultural de forma natural, apresentariam dificuldade de compreensão quanto aos seus privilégios, acreditando que suas aptidões culturais, linguísticas são inerentes e fruto de sua personalidade. Já, no caso dos dominados, seriam incapazes de perceber o caráter arbitrário e desigual da cultura escolar, atribuindo suas dificuldades a uma inferioridade inata ou falta de inteligência ou vontade/dedicação (Nogueira; Nogueira, 2002).

Além disso, “[...] nega-se que essas habilidades sejam frutos da socialização familiar diferenciada vivida pelos alunos e supõe-se que elas são indicadoras de inteligência e talento natural” (Nogueira; Nogueira, 2002, p.32). Nesse sentido, Bourdieu entendia que mesmo com o acesso democratizado por meio da escola pública e gratuita, continuaria existindo essa relação com as desigualdades sociais, uma vez que “[...] a escola dissimuladamente valoriza e exige dos alunos determinadas qualidades que são desigualmente distribuídas entre as classes sociais, notadamente, o capital cultural e uma certa naturalidade no trato com a cultura[...]

(Nogueira; Nogueira, 2002, p.32). Para Bourdieu

Como o capital cultural é percebido como incorporado e os fundamentos sociais da distribuição desigual do capital cultural e das diferenças não são percebidos, o capital cultural produzirá um lucro de raridade mais um lucro simbólico quase automático. De todas as espécies de capital, o capital cultural é aquela que será a mais espontaneamente reconhecida como legítima (Bourdieu, 2023, p.228).

Ao tratar sobre o tema, Jessé Souza (2018) questiona os valores atribuídos aos conhecimentos detidos pela classe média. Assim, refere

Esse conhecimento diferenciado é o requerido para os cargos de direção, supervisão e controle dos trabalhadores no mercado e no Estado. Também é o tipo de conhecimento necessário à legitimação da dominação socioeconômica na esfera pública e no imaginário social. Como recompensa, esse trabalho mais valorizado vai proporcionar melhores salários e maior prestígio social e reconhecimento público. O seu âmbito é o lugar social por excelência da classe média e do seu privilégio específico (Souza, 2018, p. 61-62).

Logo, nessa perspectiva, o capital cultural herdado pela classe média proporciona uma distinção, uma espécie de “superioridade de classe”, que gera benefícios, como a valorização de conhecimentos específicos da classe média, lhe garantindo os melhores empregos. Em vista disso, conseqüentemente, ocorre uma desvalorização do conhecimento das classes populares.

A posse sobretudo do capital cultural está diretamente ligada ao gosto e a possibilidade da distinção social. Como essa distinção é fundada no habitus e como o habitus dominante entrelaça-se com a dinâmica institucional da sociedade e com seus complexos mecanismos de prêmios e sanções, as e os integrantes das classes superiores têm de antemão assegurado tendencialmente o sucesso nas condições de competição da sociedade moderna. A um só tempo, como o habitus, disposição incorporada, é a opacidade de sua própria gênese, esse sucesso pode ser interpretado socialmente, inclusive pelas classes dominadas, como sucesso merecido, sucesso que, meritocraticamente estabelecido, justificaria as desigualdades que se mantêm socialmente. A consequência é a naturalização e a invisibilidade da desigualdade mesmo em um país onde ela atinge patamares gritantes, como é o caso do Brasil (Gomes, 2019, p.26-27).

É importante ressaltar que, embora Jessé Souza tenha fundamentado sua teoria com base nos escritos de Pierre Bourdieu, existem diferenças importantes entre os autores, especialmente, pelo fato de que a sociedade na qual Bourdieu estava inserido não apresentava um número expressivo de marginalizados como o Brasil apresenta.

Por consequência disso, Jessé Souza consegue explicar a desigualdade brasileira através da dimensão da valorização do trabalho útil, ou seja, a classe média possui conhecimentos úteis e valorizados (apresenta grande capital cultural), a classe de trabalhadores abaixo da classe média também possui algum conhecimento útil (menos valorizado que o conhecimento da classe média), o que permite brigar com vagas de emprego no mercado de trabalho. Assim, os

marginalizados por não apresentarem aptidão para desenvolver essas habilidades acabam ficando fora do mercado de trabalho formal (Souza, 2018).

Diante disso, percebe-se que a classe média possui uma posição privilegiada de classe em detrimento das classes populares, visto que utiliza bens materiais (condição econômica para comprar o tempo livre dos filhos, matricular em boas escolas e cursos variados) e imateriais (especialmente o capital cultural) para se diferenciar. Como resultado disso, a classe média consegue alcançar boas posições de trabalho e melhores condições de vida.

4 DESEMPENHO, COMPETIÇÃO E MERITOCRACIA: JUSTIFICANDO PRIVILÉGIOS?

O próprio mérito tornou-se um simulacro de virtude, um falso ídolo. E a meritocracia — antes benévola e justa — transformou-se naquilo que deveria combater: um mecanismo para a concentração e a transmissão dinástica da riqueza e dos privilégios de geração para geração. Uma ordem de castas que cria rancor e divisão. Na verdade, uma nova aristocracia (Markovits, 2019, p.22).

O título deste capítulo é sugestivo e carrega um questionamento: a meritocracia é utilizada como forma de justificar privilégios?

A filosofia do *self-made man*, ou seja, do indivíduo empreendedor, esforçado, responsável unicamente pelo seu sucesso está difundida globalmente. Alguns nomes podem ser citados como exemplo, Mark Zuckerberg (co-fundador do Facebook), Steve Jobs (fundador da Apple) e o apresentador televisivo Silvio Santos (no Brasil). Esses indivíduos podem ser citados como exemplos de pessoas que independente de suas origens, por meio de trabalho duro e determinação chegaram ao sucesso (Moura; Oliveira, 2024). A ideologia meritocrática se afirma entre esses e outros casos de sucesso.

O principal objetivo desse capítulo é questionar a lógica meritocrática no intuito de compreender até que ponto somente o esforço e trabalho duro são suficientes para alcançar o sucesso. Além disso, compreender de que forma o discurso meritocrático pode ser utilizado como justificação para privilégios e desigualdades. Para tanto, será realizada uma análise interdisciplinar sobre o tema meritocracia, abordando autores de diversas áreas do conhecimento, trazendo posicionamentos favoráveis e contrários a meritocracia.

4.1 A MERITOCRACIA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA *STRICTO SENSU* BRASILEIRA: UM ESTADO DO CONHECIMENTO

Nesse momento da dissertação, será realizado um Estado do Conhecimento, com intuito de visualizar as produções acadêmicas *stricto sensu* brasileiras (teses e dissertações) sobre o tema meritocracia. O Estado do Conhecimento é uma espécie de metodologia bibliográfica que está sendo amplamente utilizado para estabelecer o estado corrente das pesquisas em uma determinada área (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021).

Por meio do Estado do Conhecimento será possível mapear as pesquisas, compreender a dimensão que o tema alcançou e, acima de tudo, entender sob quais perspectivas o tema meritocracia é abordado.

Nesse sentido, de acordo com Morosini; Santos e Bittencourt (2021, p.23) “[...] a consulta, a sistematização e a análise do que foi produzido no seu campo disciplinar, em especial no país pesquisador, são importantes para fundamentar o que será produzido numa tese ou dissertação qualificada”.

O Estado do Conhecimento pode ser conceituado como

[...] identificação, registro, categorização quem levam à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (Morosini; Santos, Bittencourt, 2021, p.23).

O Estado do Conhecimento é confeccionado a partir da realização de três etapas indispensáveis, sendo elas: bibliografia anotada, bibliografia sistematizada e bibliografia categorizada. Ainda, existe uma quarta etapa, a bibliografia propositiva, na qual o autor pode apresentar seus apontamentos e proposições. No entanto, esta etapa não é obrigatória (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021). Nessa pesquisa serão realizadas somente as três primeiras etapas do Estado do Conhecimento.

Para realização do Estado do Conhecimento, inicialmente é importante realizar a delimitação do tema e a definição dos descritores ou palavras-chave para a realização da busca. Morosini; Santos e Bittencourt (2021) ressaltam que os descritores devem ser definidos com base na temática da pesquisa e no objeto do estudo. Em um segundo momento devem ser selecionadas as bases de dados em que serão realizadas as buscas, além de se definir um marco temporal (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021).

Na primeira etapa, chamada de bibliografia anotada, os documentos encontrados passam por uma leitura flutuante de seus resumos, dos quais são extraídas informações essenciais, como ano de publicação, autor, título da pesquisa e resumo na íntegra. Esta etapa, basicamente, é uma organização da referência bibliográfica completa dos resumos dos trabalhos encontrados (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021).

Na segunda etapa, chamada de bibliografia sistematizada ocorre a organização/sistematização da relação dos trabalhos de teses/dissertações ou artigos a partir dos seguintes itens: número do trabalho, ano de defesa ou publicação, autor (es), título, nível, objetivos, metodologia e resultados” (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021, p.67).

Durante a segunda etapa, pode ocorrer de não serem utilizados alguns trabalhos que foram listados na primeira etapa por não serem aderentes ao objeto (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021).

Após realizar a sistematização, inicia-se a terceira etapa, a bibliografia categorizada, que é composta por uma análise mais robusta do conteúdo das publicações (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021). Nesse momento, “[...] o pesquisador deverá agrupar as publicações selecionadas em blocos, ou seja, conjuntos de publicações associadas por aproximações temáticas. Esses conjuntos são denominados categorias” (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021, p.69).

Seguindo os passos sistematizados acima, escolheu-se como banco de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT). A BDTD foi escolhida para a coleta de dados, porquanto reúne os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Quanto ao recorte temporal, foi definido o período compreendido entre os anos 2000 e 2024, devido ao fato de que um dos objetivos deste Estado do Conhecimento é visualizar a produção científica atual sobre o tema meritocracia.

Inicialmente, na opção busca avançada, optou-se pelos descritores ou palavras-chave meritocracia e mérito, pesquisando em todos os campos, com o filtro idioma em português e tipo de documento teses ou dissertações, contendo um ou outro descritor. Foram encontradas 2.527 teses e ou dissertações.

Devido ao grande número de trabalhos e a impossibilidade de análise de todos na curta duração do mestrado, foi realizada a busca, no mesmo padrão, mas aplicando apenas o descritor meritocracia. Assim, foram encontradas 356 teses ou dissertações. Dentre os 356 trabalhos encontrados foi possível verificar que as pesquisas apresentam diversos enfoques, dentre eles, a relação da meritocracia com o mercado de trabalho, com gestão empresarial, com políticas públicas, com cargos e funções públicas, com cotas raciais e entre outros.

Embora tenha reduzido significativamente a quantidade de trabalhos encontrados, foi aplicado um novo filtro. Em vista disso, foram procuradas teses e/ou dissertações que contenham o descritor meritocracia no título. Após essa nova busca, foram encontradas 43 teses e/ou dissertações. A tese intitulada: “Meritocracia de laços:gênese e reconfiguração do espaço dos economistas no Brasil” de Elisa Klüger e a Dissertação “Implementação computacional do método ELECTRE-MOR: Uma ferramenta a serviço da meritocracia na avaliação dos militares das forças armadas brasileiras” de Igor Pinheiro de Araújo Costa apareceram de forma repetida na pesquisa. Então, foi considerada apenas a primeira ocorrência e descartada a segunda.

Posteriormente, foram lidos os resumos das 41 teses e/ou dissertações encontradas e se realizou o agrupamento em um quadro, conforme a figura abaixo.

Figura 5 – Quadro utilizado na primeira etapa do Estado do Conhecimento

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
1	2020	Martínez, Mónica Miliani	As faces da meritocracia	M	meritocracia; fórmula discursiva; polêmica	Esta dissertação analisa as ocorrências do termo “meritocracia” e suas variantes no universo discursivo brasileiro contemporâneo, em um recorte temporal de 2014 até 2020. Para isso, embasa-se na Análise do Discurso, particularmente, nas noções de fórmula discursiva, conforme proposta por Alice Krieger Planque (2010, 2018), cujos trabalhos se inserem na Análise do Discurso de orientação francesa, e da estreita relação entre discurso e poder (FOUCAULT, 2014, 2017). O corpus, organizado a partir das ocorrências da unidade lexical simples citada, é constituído por artigos, editoriais, gêneros das mídias impressa, online, como notícias, campanhas e charges. A questão fundamental da pesquisa diz respeito ao estatuto de “meritocracia” tendo em vista as quatro propriedades constitutivas da fórmula – ter um caráter cristalizado, inscrever-se em uma dimensão discursiva, funcionar como referente social e ser objeto de polêmica. Os objetivos são analisar em que medida “meritocracia” funciona como um “lugar” privilegiado para “compreender a forma como os diversos atores sociais organizam, por meio dos discursos, as relações de poder e de opinião” (KRIEGER-PLANQUE, 2010, p. 9) e autorizar ou não essa expressão como fórmula no corpus selecionado. A principal conclusão é que há dois semas que disputam os sentidos de “meritocracia”, /obstáculo/ e /justiça/, bem como seus respectivos simulacros, /privilégio/ e /vitimismo/, pois as reformulações acontecem em meio a uma intensa polêmica, indicativa da relação interdiscursiva e da gênese de um discurso sobre o mérito.
http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detail/1160989						

Fonte: elaborado pela autora (2025) com base em Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021).

Na segunda etapa, chamada de bibliografia sistematizada, foi utilizado como critério de seleção dos trabalhos a aderência com os conceitos-chave desta dissertação, quais sejam: meritocracia, desigualdade social, estratificação social e educação. Dessa forma, alguns trabalhos foram descartados por não aderirem ao tema, sendo os seguintes: nº 2 “A meritocracia no mercado financeiro brasileiro”; nº 35 “Implementação computacional do método electromor: uma ferramenta a serviço da meritocracia na avaliação dos militares das forças armadas brasileiras”.

A segunda etapa, consistiu em uma releitura dos 39 trabalhos selecionados, sendo elencados em um quadro, no qual consta: 1) número de identificação, 2) ano, 3) instituição, 4) autor, 5) título, 6) nível, 7) objetivos, 8) metodologia e; 9) resultados, conforme a figura abaixo:

Figura 6 – Quadro utilizado na segunda etapa do Estado do Conhecimento

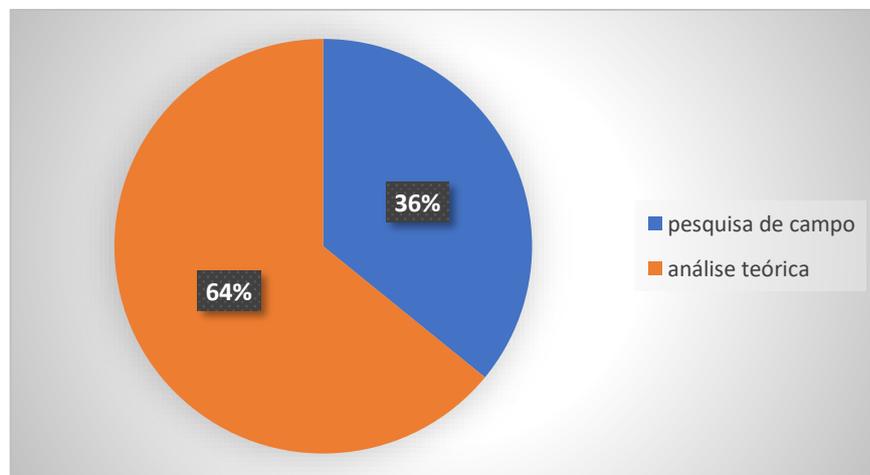
Nº	ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS
1	2020	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - SP	MÔNICA MILIANI MARTINEZ	AS FACES DA MERITOCRACIA	M	VERIFICAR SE A MERITOCRACIA FUNCIONA COMO UMA FÓRMULA DISCURSIVA	TEÓRICA	CONCLUI-SE QUE A PALAVRA MERITOCRACIA É UMA FÓRMULA, PORQUE APRESENTA CARÁTER CRISTALIZADO, FUNCIONA DISCURSIVAMENTE, E UM REFERENTE SOCIAL É E POLEMICO. A PESQUISA CONCLUIU QUE A MERITOCRACIA É UTILIZADA COMO UM MARCADOR SOCIAL QUE SEPARA PERDEDORES E GANHADORES
3	2013	PONÍFICA UNIVERSIDADE DE CATÓLICA DE SÃO PAULO -SP	YASCASRA MICHELE NEVES KOGA	MERITOCRACIA E DOCÊNCIA: UM OBJETO MULTIRACETADO	D	IDENTIFICAR OS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A MERITOCRACIA NA EDUCAÇÃO NO QUE SE REFERE À DOCÊNCIA.	CAMPO	O ESTUDO VERIFICOU QUE A MERITOCRACIA NA DOCÊNCIA É RESULTANTE DE IMPOSIÇÕES ECONÔMICAS AO CAMPO EDUCACIONAL. O ESTUDO APONTA QUE A MERITOCRACIA MANTÉM RELAÇÃO ESTREITA COM OS MARCADORES DE DESTINAÇÃO, PARA MANTER AS CLASSES DOMINANTES COM O SEU MONOPÓLIO.

Fonte: elaborado pela autora (2025) com base em Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021).

Por meio da terceira etapa, chamada de bibliografia categorizada, foi possível fazer uma análise mais consistente dos trabalhos encontrados, bem como elencá-los em grupos, conforme será demonstrado abaixo:

No que se refere a metodologia utilizada nos trabalhos analisados, 25 teses e/ou dissertações realizaram análise teórica (bibliográfica e/ou documental), que corresponde a 64% das pesquisas e 14 teses e ou dissertações realizaram pesquisa de campo, correspondendo a 36% dos trabalhos.

Gráfico 10 – Categorização pela metodologia utilizada nos trabalhos analisados

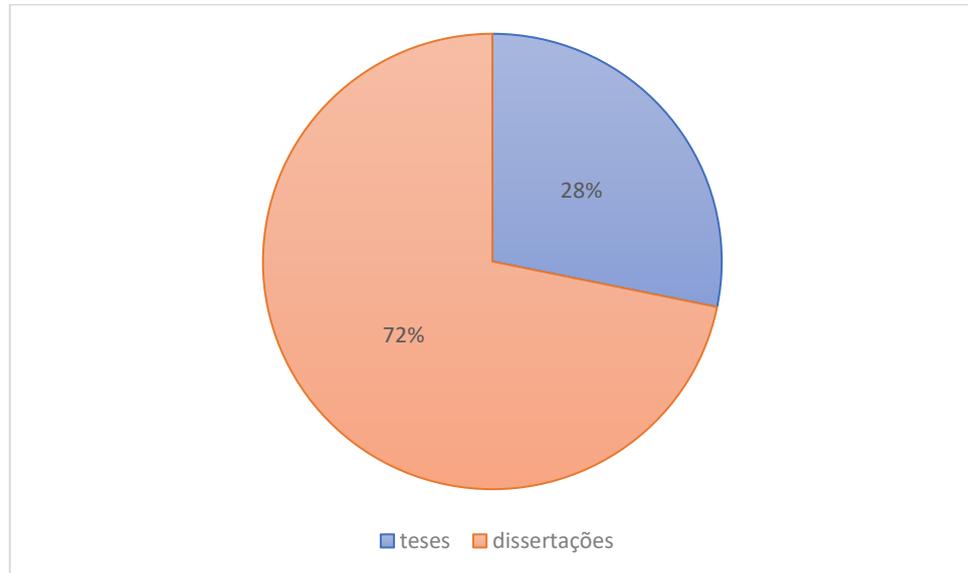


Fonte: elaborado pela autora (2025).

O gráfico abaixo distingue os trabalhos pelos seus níveis, sendo eles mestrado e doutorado. Nesse momento, foram encontradas 28 dissertações (72% dos trabalhos) e 11 teses

(28 % dos trabalhos).

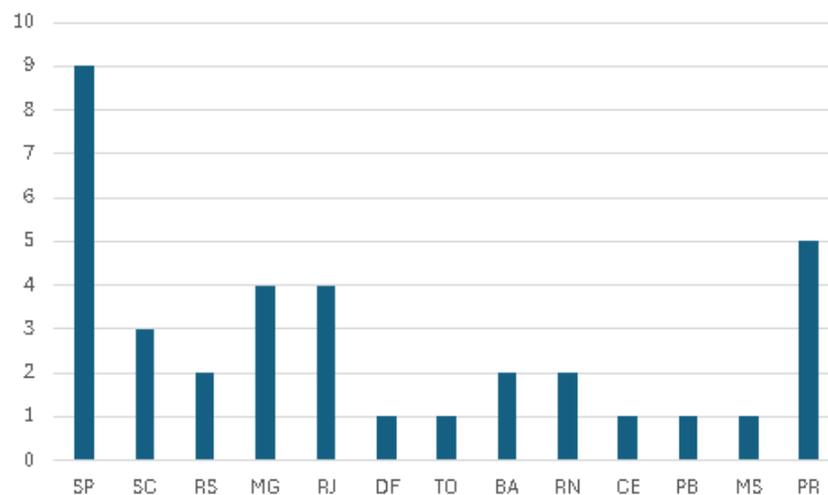
Gráfico 11 – Categorização pelo nível dos trabalhos na Pós-Graduação



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Além disso, as produções acadêmicas podem ser visualizadas por estados. Veja-se que o estado de São Paulo, liderou o ranking com o maior número de teses e/ou dissertações (9), seguido do Paraná (5), Rio de Janeiro e Minas Gerais possuem 4 trabalhos cada, na sequência Santa Catarina (3), Rio Grande do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte com 2 trabalhos cada, e Distrito Federal, Tocantins, Ceará, Paraíba, Mato Grosso do Sul com 1 trabalho cada.

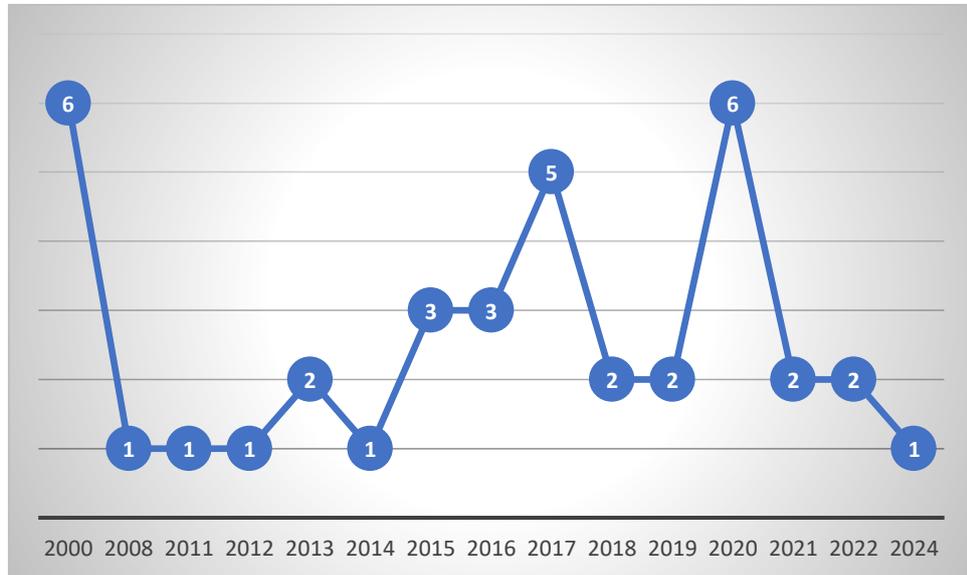
Gráfico 12 – Categorização dos trabalhos por Estados



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Quanto aos anos de publicação, foi possível observar que existiram dois picos de maior interesse sobre o tema, sendo no ano de 2000 e de 2020, os quais apresentaram 6 pesquisas cada. Nos últimos anos, percebeu-se uma queda nas produções que tratam sobre a meritocracia.

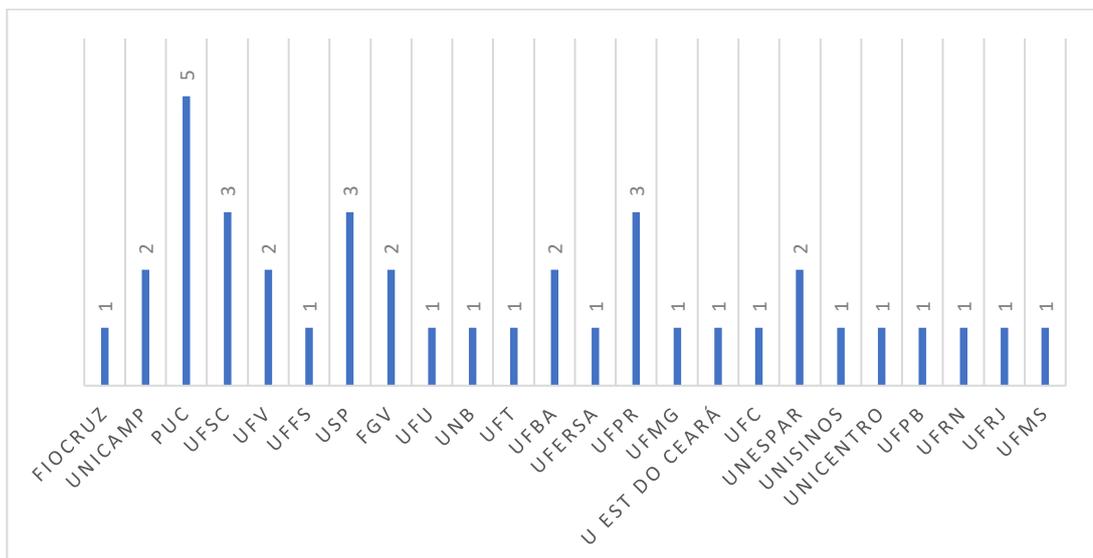
Gráfico 13 – Categorização dos trabalhos por ano de publicação



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Em relação as Universidades, percebe-se que as pesquisas não estão aglomeradas em uma única instituição de ensino. Mas, a PUC apresentou o maior número de trabalhos sobre a meritocracia, sendo um total de 5 teses e/ou dissertações.

Gráfico 14 – Categorização dos trabalhos por Instituição de Ensino

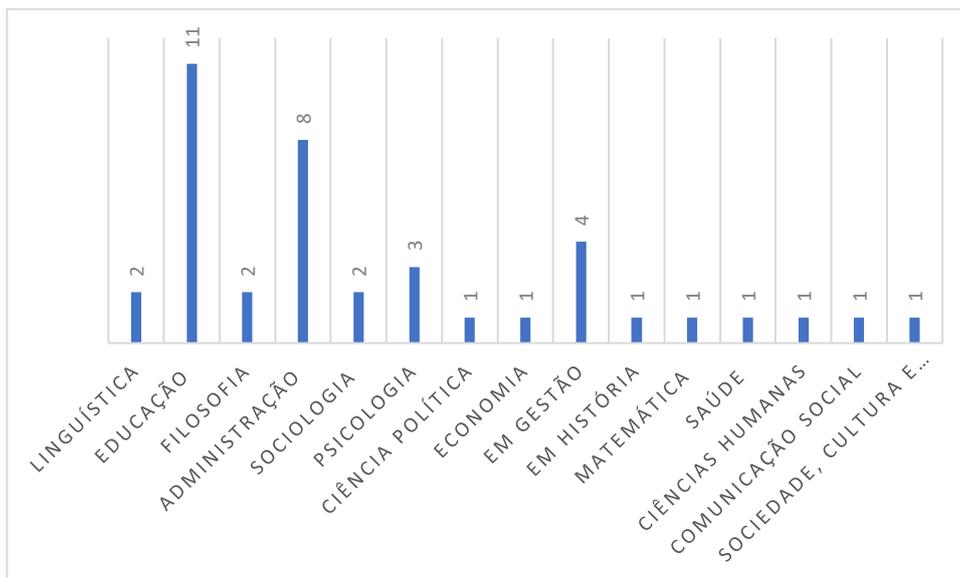


Fonte: elaborado pela autora (2025).

Outro ponto importante, que merece destaque, é a divisão por tipos de PPGs. Conforme gráfico abaixo, os Programas de Pós-Graduação em Educação lideraram o ranking, apresentando 11 teses e/ou dissertações. Em segundo lugar, está a área da administração com 8 teses e/ou dissertações. Já, em terceiro lugar estão os PPGs com foco em gestão, apresentando 4 teses e/ou dissertações.

Além disso, ficou evidente que o tema meritocracia pode ser visualizado sob diversos enfoques, porquanto foram encontradas pesquisas nas mais diversas áreas como, por exemplo, educação, psicologia, economia e entre outras.

Gráfico 15 – Categorização dos trabalhos por área do conhecimento



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Por intermédio do Exercício de Estado do Conhecimento foi possível identificar que não existem pesquisas que realizam uma intersecção entre classe média, estratificação social e meritocracia, ou que possuem o mesmo objeto desta dissertação.

Embora, existem algumas aproximações como, por exemplo, a tese “Meritocracia e justiça social: o debate sobre ações afirmativas no Brasil”, de Jonas Pereira Araujo, que buscou compreender como diferentes noções de justiça social, em especial, aquelas fundadas sobre parâmetros meritocráticos são compreendidas e disputadas no Brasil.

Além dessa tese, outro trabalho que traz algumas aproximações com esta dissertação é a tese de Cristina Cardoso, “Meritocracia e acesso ao ensino superior no Brasil e na França: faces da desigualdade?”, que buscou analisar em que medida o ENEM democratiza o acesso ao ensino superior. A pesquisadora concluiu que não é o ENEM que tem um papel democratizador,

mas as políticas a ele ligadas. na medida em que foram sendo criadas políticas de acesso, financiamento e permanência vinculadas ao exame, aumentou o número de inscritos. constatou-se também, ao mapear o perfil dos alunos do ensino superior, utilizando tanto os dados do questionário socioeconômico do ENADE como os dados do IBGE, que de fato existe no país uma maior democratização do ensino superior no Brasil, mas, a exemplo do que ocorreu na França, é uma democratização segregativa. Todavia, no país está democratização se dá principalmente em universidades particulares e em cursos de menor prestígio social. a escolaridade cresceu nos dois países e, mesmo com diferenças impossíveis de comparar entre os dois países, o que existe é um deslocamento de lugar das desigualdades.

A dissertação de Diego Lopes, “As injustiças da meritocracia: uma análise a partir dos escritos de John Rawls e Michael Sandel”, identificou que a ideologia meritocrática propicia um cenário de conflitos de classe, alimentando as elites e trazendo sentimento de insuficiência para as classes trabalhadoras, legitimando e preservando desigualdades. Embora, tenha autores e ideais em comum, está dissertação se diferencia, por analisar a classe média e a influência do capital cultural na manutenção de classe.

Muitas pesquisas focaram na influência do ideal meritocrático na educação, bem como na utilização de avaliações em larga escala e seus efeitos, exemplificando: a dissertação de Silvio Benitez “Distorções e danos causados pela meritocracia na educação: a rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu e o IDEB”, o qual chegou a conclusão que a implantação da meritocracia nas escolas municipais de Foz do Iguaçu contribuiu significativamente para que o município elevasse, subitamente, os índices IDEB. Mas, através da antítese, constatou que a meritocracia na educação causou alguns danos ou distorções, chamados de efeitos colaterais, porquanto, de acordo com o autor é possível que professores sejam pressionados a aprovarem alunos que, às vezes, não tem as mínimas condições de acompanharem as séries seguintes de escolarização, uma vez que o índice de aprovação ou aproveitamento é um dos itens de avaliação do IDEB. Assim, percebeu que o aumento do índice do IDEB não significa aumento na qualidade da educação, mas traz, isto sim, danos e distorções.

Ademais, foi possível visualizar o emprego da meritocracia na área da administração e gestão, grande parte das pesquisas interseccionaram meritocracia e administração/gestão, tais como: a dissertação de Rayner Carvalho Pestanha, intitulada: “Para a implantação da meritocracia na gestão de carreira: implicações dos contextos cultural, gerencial e político de uma empresa estatal federal brasileira”, que tinha como objetivo levantar as implicações dos traços provenientes do contexto organizacional de uma estatal federal brasileira, dependente do tesouro nacional, para a implantação da meritocracia na gestão de carreira, ou ainda, a

dissertação “Ideologia e Meritocracia nas organizações: uma análise de conteúdo dos manuais didáticos dos principais cursos de graduação em administração no Brasil”, de Raphael Camargo Penteado, o qual concluiu que o ideário da meritocracia é abordado nos manuais didáticos como um conjunto de proposições que promovem a ideologia do empreendedorismo e do individualismo, servindo à ideologia gerencialista, que objetiva o controle e ampliação da exploração da força de trabalho. ademais, a meritocracia aparece nos textos em diversas proposições, que fundamentam a estratificação dos trabalhadores, justificando suas diferenças, colocando-os em um quadro de competitividade e precarização.

Portanto, ao relacionar meritocracia, educação, classe média e estratificação social é possível adentrar em um campo pouco explorado. Mas, com inúmeras possibilidades de reflexões e pesquisas. Assim, esta dissertação poderá trazer alguma contribuição para o campo das ciências humanas.

4.2 MERITOCRACIA: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR

Embora a ideologia meritocrática esteja difundida em todos os cantos do mundo, persiste uma confusão quanto a utilização dos conceitos de meritocracia e mérito.

Mérito, de acordo com o dicionário Aurélio, deriva do latim *meritu* e está relacionado ao merecimento (Ferreira, 2020). Para Barbosa (2022, p.31) mérito é “[...] reconhecimento público da capacidade de cada um realizar determinada coisa ou posicionar-se numa determinada hierarquia com base nos seus talentos ou no esforço pessoal”. E, justamente, nesse ponto que surge a confusão conceitual, visto que o termo meritocracia aparece relacionado a termos como justiça social, desempenho, avaliação, produtividade, neoliberalismo. A meritocracia é um importante critério de hierarquização social, permeando todas as dimensões da vida social (Barbosa, 2008).

A origem semântica do termo meritocracia é de autoria do sociólogo inglês Michel Young, usado inicialmente no seu ensaio *The Rise of the Meritocracy*, que foi publicado no ano de 1958. O autor traz a ideia de meritocracia sendo um sistema em oposição aos privilégios aristocráticos. No texto, o autor traz a narrativa de um personagem, que vive em uma sociedade que utiliza o mérito como fator de organização social. Nesta história as lideranças britânicas passam a visualizar a meritocracia como um sistema capaz de selecionar entre as massas os indivíduos com maior mérito para exercerem as profissões de maiores impactos social (considerando mérito como sendo a soma de inteligência elevada e esforço individual). Com a evolução dos testes neste sistema, chegou-se em um determinado momento em que os

indivíduos tinham seus destinos determinados no nascimento. A narrativa termina com uma revolução das classes mais baixas contra o sistema meritocrático em decorrência das desigualdades que estava causando. A narrativa de Young não tem o intuito de discutir academicamente o conceito de meritocracia, mas sim apresentar suas contradições (Mazza; De Mari, 2021).

Na concepção de Barbosa (2008) a meritocracia seria um conjunto de valores que determina que as posições dos indivíduos na sociedade se dão em consequência do mérito de cada um, ou ainda “o reconhecimento público da qualidade das realizações individuais” (Barbosa, 2008, p.22). A meritocracia por ser visualizada sob duas dimensões diversas, sendo uma positiva e uma negativa. Ao surgir em discussões políticas e organizacionais, a meritocracia é vista na sua esfera negativa, como sendo um conjunto de valores que irá rejeitar os privilégios hereditários e corporativos, valorizando e avaliando os indivíduos independente de suas origens sociais (Barbosa, 2008). Nessa esfera a meritocracia é um consenso, visto que “todos veem nela um sistema sedutor, uma aristocracia de talentos que parece fazer uma distinção radical entre as sociedades baseadas no privilégio hereditário e as democracias atuais (Barbosa, 2020, p.22).

A dimensão afirmativa é visualizada, de acordo com Barbosa (2020, p.22) “[...] ao afirmarmos que o critério básico de organização social deve ser o desempenho das pessoas, ou seja, o conjunto de talentos, habilidades e esforços de cada um [...]”, e justamente neste ponto ela deixa de ser um consenso, uma vez que existem diversas formas de avaliar o desempenho, uma vez que é preciso entender o que é realmente talento e esforço e o que decorre das desigualdades naturais, além da dificuldade de mensurar o desempenho individual.

Barbosa (2022) traz uma diferenciação entre meritocracia enquanto critério lógico de ordenação social e meritocracia enquanto ideologia. Na primeira hipótese, o mérito é utilizado como critério de ordenação social apenas em determinadas circunstâncias, ele não é o elemento principal. Já, no segundo caso, ele é o valor englobante, o critério fundamental para toda e qualquer ordenação social, inclusive, moralmente aceito.

Os ideais meritocráticos, mesmo que de forma menos abrangente, eram visualizados nos tempos antigos. Na China antiga, Confúcio afirmava que os indivíduos que apresentassem maiores virtudes e habilidades seriam dignos de governar. Na Grécia antiga, Platão idealizava uma sociedade em que o líder seria um rei filósofo. Aristóteles não concordava com o rei filósofo de Platão, mas defendia que os meritórios deveriam ser mais influentes nas questões públicas. Os fundadores da república dos Estados Unidos eram denominados como homens de mérito e acreditavam que deviam ser eleitos para governar pessoas virtuosas e bem-instruídas.

Embora fossem contrários à aristocracia hereditária, não eram entusiastas da democracia direta, pois acreditavam que isso levaria demagogos ao poder (Sandel, 2020).

O processo de organização social baseado em valores meritocráticos se fortalece no período moderno, devido à apologia do liberalismo à igualdade (Mazza; De Mari, 2021). A meritocracia ganha força por meio da ideologia neoliberal, que combate o Estado de bem-estar e a responsabilização coletiva pelos mais vulneráveis. O discurso de que cada um deve receber de acordo com a sua produtividade e capacidade reafirma a lógica do desempenho como critério único e legítimo nas sociedades atuais (Barbosa, 2022).

O discurso neoliberal cria um sujeito que seria fruto do Estado de bem-estar social, o qual apresenta características como: acomodado, reativo, que espera o Estado resolver seus problemas. Esse sujeito é o oposto do sujeito meritocrático, o qual seria: empreendedor, dono das próprias escolhas, esforçado, que coloca o trabalho como o centro de sua vida. Esse discurso reafirma a responsabilidade individual, ignorando todas as variáveis que podem influenciar no sucesso do indivíduo. Assim, o sujeito através de suas habilidades e talentos é o único responsável pelo seu destino, independente do contexto em que esteja inserido (Barbosa, 2022).

Esse sujeito ideal criado pelo neoliberalismo é parte de um universo que possui alguns pressupostos. O primeiro é o mercado, descrito como o local de encontro de indivíduos iguais e autônomos, que possibilita a realização de negócios. O mercado funciona como “[...] um mecanismo alocador de recursos e recompensas, na medida em que deve refletir a distribuição diferenciada de capacidade e talentos, em oposição à estratificação que ocorria em virtude dos privilégios hereditários e corporativos” (Barbosa, 2022, p.27). Nessa lógica produtivista., o mercado não irá fornecer a mesma quantidade de bens e serviços para os indivíduos, mas sim irá dividir de acordo com as capacidades e habilidades de cada um.

Ao analisar o Estado de bem-estar e o neoliberalismo, Barbosa (2022) percebe que essas lógicas de mercado não estavam totalmente ausentes no Estado de bem-estar. No entanto, a diferença consiste no peso paradigmático atribuído a elas pelo neoliberalismo, porquanto no Estado de bem-estar existia uma preocupação com o coletivo visualizada através de políticas públicas e da noção de responsabilidade estatal, observando as variáveis além do desempenho individual.

Nesse cenário neoliberal a meritocracia se firma com a ideia de promover a igualdade de oportunidades. Mas, de acordo com (Markovits, 2019) a meritocracia já não entrega o que promete, uma vez que as crianças de classe média perdem para as crianças ricas na escola, e os adultos de classe média perdem para a elite de formação superior no trabalho. Analisando a sociedade brasileira que possui uma ralé estrutural, os indivíduos pobres, em sua maioria,

perdem oportunidades para os indivíduos da classe média, especialmente, em razão da alta qualificação e especialização, a estratificação (horizontal e vertical) no ensino gera classificação entre os indivíduos. Nas palavras de Markovits (2019), a meritocracia bloqueia as oportunidades e com isso culpa aqueles que perdem a competição por renda e status, e nessa competição, mesmo que todos façam tudo certo, somente os ricos podem ganhar. Assim, “[...] a meritocracia atual concentra os privilégios e sustenta desigualdades tóxicas. E, na raiz de todos esses problemas, não está a falta de meritocracia, mas o excesso dela” (Markovits, 2019, p.22). Nessa perspectiva, Sandel (2020) percebe a meritocracia como uma aristocracia hereditária, dado que a crença de que com trabalho árduo e talento qualquer pessoa pode ascender não se encaixa mais na realidade.

No passado, os aristocratas desfrutavam de privilégios com base na sua linhagem. De forma semelhante, na atualidade, os meritocratas acreditam conquistar *status* através de seu talento e esforço. As hierarquias do passado haviam de forma mais agressiva e escancarada, ao contrário da meritocracia que reivindica integridade, senso de justiça e bondade, prometendo transformar a elite de forma que se adeque a democracia. A meritocracia, de forma semelhante à aristocracia isola um nicho da sociedade e permite que esse grupo transmita seus privilégios às gerações seguintes. Em razão disso, a educação meritocrática favorece os estudantes com melhores condições financeiras, os melhores empregos são entregues àqueles que têm maior instrução (Markovits, 2019).

No que concerne à moral, Sandel (2020) questiona a lógica meritocrática, visto que o sistema ao recompensar e acreditar somente no talento e empenho individual cria uma arrogância meritocrática nos vencedores, uma vez que eles acreditam que o seu sucesso é fruto unicamente dos seus atos e, às vezes, esquecem da sorte e outros fatores que possam ter contribuído e, além disso, gera um certo desprezo ao induzir que os menos afortunados são pessoas inferiores e que não merecem o sucesso.

Veja-se que o fato de a sociedade alocar recompensas econômicas e cargos em razão do mérito não é desprezível, existem fatores positivos, como eficiência e justiça, uma vez que tem maior probabilidade de as pessoas serem mais produtivas por terem maiores estímulos além disso, evita práticas de discriminação. Mas, o lado negativo dessa individualização é o fardo que traz para os indivíduos, porquanto ao acreditar que todos possuem as mesmas oportunidades e o sucesso é fruto de suas próprias ações, conseqüentemente o fracasso também é. Sucesso é visto como sinal de virtude, logo a abundância é vista como direito. Assim, as pessoas são incentivadas a pensarem em si próprias como responsáveis pelos próprios destinos, e ao se visualizarem como pessoas que vencem pelos próprios esforços, cada vez menos se preocupam

com os outros (Sandel, 2020).

Inicialmente a meritocracia é vista como superior à aristocracia, porquanto é inadmissível pensar que indivíduos mereçam ter privilégios em detrimento de outros, unicamente por nascer em determinada família. Mas, considerando os cenários de múltiplas desigualdades existentes na atualidade, percebe-se que a meritocracia se tornou muito similar à aristocracia, uma vez que fatores como família de origem, classe social (pensando-se classe de forma mais ampla, englobando aspectos econômicos e simbólicos) são determinantes nos destinos dos indivíduos. No Brasil, a classe média percebeu esse fenômeno e utiliza os capitais, especialmente o capital cultural, como forma de distinção social. Assim, os filhos da classe média ao possuírem boa formação, conhecimentos socialmente valorizados, tempo livre e acesso à cultura e lazer, conseguem alcançar lugares que indivíduos de classes populares dificilmente terão acesso. E a lógica meritocrática faz com que esses indivíduos não se sintam privilegiados ou sortudos, uma vez que eles acreditam que todo o sucesso é fruto do seu merecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa surge com o objetivo de responder, a partir da mobilização de referências teóricas interdisciplinares, em que medida o capital cultural explica a reprodução de privilégios da classe média brasileira em um cenário de desigualdades sociais e apelo meritocrático. Para tanto, a dissertação foi dividida em três capítulos. No capítulo dois, intitulado “Formação da sociedade brasileira: a construção da desigualdade estrutural”, foi visualizado o processo de colonização do Brasil, responsável pela exploração dos povos originários do Brasil e depois pela escravidão negra, visto que foram os portugueses que iniciaram o tráfico de escravos negros no Brasil, no século XVI. O processo de colonização tem grande influência na estruturação do país, já que contribuiu para a formação de uma sociedade estratificada e desigual, uma vez que os indivíduos se encontram em espaços sociais distintos, gerando disparidades nas oportunidades ofertadas. As desigualdades existentes no Brasil são múltiplas, contemplando desde desigualdade de gênero, raça, cor, religião e entre outras. Nesta dissertação, foram abordadas duas espécies de desigualdades existentes no Brasil, sendo elas: a desigualdade educacional e a desigualdade econômica.

No tocante à desigualdade educacional, foi visualizado que está presente desde a educação infantil até o ensino superior. O ensino brasileiro é estratificado, e a estratificação pode ocorrer de duas formas distintas. Na forma vertical, é visualizada pela existência ou não de um diploma, ou seja, é influenciada pelo nível de escolarização. Na forma horizontal, a estratificação se baseia nas desigualdades educacionais dentro de um mesmo nível de escolarização. No Brasil, a estratificação horizontal está presente de forma mais acentuada. Os resultados do PISA (2022) mostram que as escolas particulares apresentam um desempenho maior que escolas públicas. Nesse contexto, os alunos socioeconomicamente favorecidos apresentaram um desempenho muito maior do que alunos que vivem em situação econômica precária. Corroborando com os dados do PISA, as médias do IDEB (2023) demonstram que existem grandes diferenças entre rede pública e privada, exemplificando, a rede pública somou a média de 4,1, enquanto a rede privada apresentou 5,6 de média. Da mesma forma, na rede pública a taxa de abandono escolar é maior em comparação com a rede privada (INEP, 2024). De forma contrária, no tocante ao ensino superior, as Universidades Públicas apresentam um maior prestígio. Em decorrência disso, o acesso à Universidade Pública é mais concorrido, e o processo seletivo acaba, por vezes, sendo elitista, porquanto alunos advindos de escolas públicas não disputam em condição igualitária com alunos de escolas particulares que, na maioria das vezes, têm o ensino médio voltado para os vestibulares. Embora, a Lei de Reserva

de Vagas tenha mitigado esses efeitos, a desigualdade ainda está presente. Dessa forma, resta claro que indivíduos que possuem uma renda mais alta têm maiores chances de alcançar um melhor desempenho escolar.

Ademais, foi possível visualizar que embora a educação seja uma ferramenta de mudança social, de forma isolada, a educação não consegue gerar uma transformação social mais radical. Nessa perspectiva, Salata (2022) percebeu a relação posicional da educação, ou seja, quanto maior a expansão educacional que gera o ingresso de indivíduos de classes mais baixas em níveis mais altos de educação, menor será o valor posicional do diploma. Em decorrência disso, a classe média ao perceber esse fenômeno, investe em escolas de qualidade, atividades extracurriculares e culturais, no intuito de diferenciar suas crianças e conseguir manter sua posição de classe.

Quanto à desigualdade de renda, a falta de informações precisas dificulta a realização de pesquisas e levantamentos sobre o assunto. As rendas das populações mais pobres são facilmente detectadas visto que, em sua maioria, são advindas de benefícios sociais ou do trabalho. No entanto, quando se trata da parcela com renda maior os dados são escassos e de difícil acesso. Mas, com os dados disponíveis é possível verificar o tamanho da desigualdade existente no Brasil. Conforme dados do IBGE (2023), o Brasil no ano de 2023 apresentava 0,494 no índice de Gini, demonstrando o alto índice de desigualdade. A desigualdade econômica pode ser visualizada ao comparar as regiões do país, a desigualdade é menor no Sul do país e maior no Nordeste, apresentando 0,454 e 0,509, respectivamente, no índice de Gini. A tributação do Brasil é aplicada de forma desproporcional de tal modo que a parcela menos favorecida da população arca com percentuais mais altos de tributos em comparação aos mais ricos, visto que a tributação incide indiretamente no consumo, e os mais pobres utilizam a maior parte de seus rendimentos no consumo (alimentação, combustíveis e entre outros). Uma tributação proporcional, aplicada de forma direta e progressiva nas riquezas é uma das formas de redução das desigualdades. Além disso, maiores investimentos em educação, saúde, assistência social, saneamento básico, melhores condições de trabalho e qualificação profissional são formas de mitigar as desigualdades.

No capítulo 3 “Estratificação e Classes Sociais: os lugares material e simbólico das Classe Média” foi realizada uma análise interdisciplinar dos conceitos de mobilidade social, estratificação social e classes sociais. Estratificação social pode ser compreendida como a divisão da sociedade em grupos, que irão se diferenciar de acordo com a quantidade de bens e recursos simbólicos que possuem, esses grupos são definidos como as classes sociais. Nas sociedades modernas, a estratificação social é percebida por meio do *status* ou pertencimento à

certos grupos. Quando se trata de estratificação social, o conceito de mobilidade social tem grande relevância, porquanto tem relação com o deslocamento de indivíduos de uma posição socioeconômica para outra. No Brasil, existe mobilidade social, mas ela não é significativa, ou seja, a riqueza costuma estar concentrada e se manter nas mãos de poucos. As chances de mobilidade social dos indivíduos aumentam na medida em que possuem as três formas de capitais, sendo eles: econômico, social e cultural. A quantidade de capitais está intimamente ligada com as possibilidades de mobilidade social.

No que tange as classes sociais se observa a existência de abordagens distintas, variando com a linha teórica de cada autor. Nesta dissertação, foram analisadas as abordagens neomarxista de Erick Olin Wright, de Pierre Bourdieu e Jessé Souza. Inicialmente, Wright compreende que a análise Marxista não previa a ascensão da classe média no capitalismo, assim a abordagem dualista (burguesia e proletariado) não contempla todas as possibilidades existentes na atualidade, devendo ser analisados elementos externos às relações de trabalho. De forma similar, Pierre Bourdieu reconhece a importância da teoria Marxista, mas compreende que a análise dualista é incompleta, porquanto não considera as lutas simbólicas. Assim, em sua teoria, Bourdieu reconhece a importância da dimensão econômica, mas realizada uma análise multidimensional, apresentando a importância dos elementos simbólicos. O sociólogo Jessé Souza, inspirado nas teorias de Bourdieu e Charles Taylor, analisa a sociedade brasileira e pressupõe a existência de três classes distintas, sendo elas: a ralé, os batalhadores e as classes superiores, na qual está inclusa a classe média. Em sua teoria, o autor considera a importância dos fatores econômicos, mas, sobretudo, a influência dos elementos simbólicos. O autor percebe que o capital cultural herdado pela classe média proporciona uma espécie de distinção, gerando uma superioridade de classe, que lhe transmite benefícios e privilégios.

As relações sociais apresentam um papel fundamental no destino dos indivíduos, ou seja, a família de origem irá influenciar (de forma positiva ou negativa) na trajetória individual. Os recursos alocados na formação educacional, o tempo e disponibilidade para aquisição conhecimentos valorizados, o vocabulário, os comportamentos socialmente esperados, são requisitos indispensáveis para alcançar uma posição social favorecida. E, neste contexto de desigualdade, a ideologia meritocrática se firma com a falsa ilusão de que os meritórios ganham uma recompensa justa por seus esforços e virtudes e de que os menos afortunados são fruto de suas escolhas erradas e falta de virtudes. A lógica meritocrática anula a importância das relações sociais e simbólicas, ao induzir que o sucesso é fruto exclusivamente do sujeito. A meritocracia surge com um ideal legítimo (acabar com os privilégios hereditários). Mas, na atualidade, a meritocracia se torna perigosa. Se, por algum momento, a meritocracia proporcionou o acesso

às elites, agora ela apenas mascara a dificuldade de mobilidade social. Por essa razão, o último capítulo desta dissertação é dedicado ao estudo da meritocracia.

No exercício de estado do conhecimento realizado, vislumbrou-se uma carência de pesquisas que analisem conjuntamente classe média, capital cultural e meritocracia. Existem inúmeras pesquisas que tratam sobre a meritocracia, mas, trazem um enfoque diverso do utilizado nesta pesquisa. Foi visualizado que alguns autores defendem a meritocracia, especialmente, dentro das instituições, como forma de seleção para cargos.

Quanto a origem do termo meritocracia, concluiu-se que o autor do termo foi Michael Young, ao escrever o livro intitulado *The Rise of the Meritocracy*, em 1958, no qual cria uma distopia, que mostra os efeitos a longo prazo da meritocracia, Young demonstra que a meritocracia gera arrogância entre vencedores e descontentamento entre perdedores. Em vista disso, a meritocracia não deveria ser um modelo de ordenamento social, porquanto os efeitos não seriam positivos.

Ressalta-se que o fato de a sociedade alocar recompensas econômicas e cargos em razão do mérito não é desprezível, existem fatores positivos, como eficiência e justiça, uma vez que tem maior probabilidade de as pessoas serem mais produtivas por terem maiores estímulos além disso, evita práticas de discriminação. Mas, o lado negativo dessa individualização é o fardo que traz para os indivíduos, porquanto ao acreditar que todos possuem as mesmas oportunidades e o sucesso é fruto de suas próprias ações, conseqüentemente o fracasso também seria. Logo, nessa lógica, os fatores externos ao indivíduo são irrelevantes, assim se o sujeito nasceu em uma família pobre, que não lhe forneceu a educação e a cultura desejáveis pela sociedade e ele não conseguir uma posição social de prestígio a responsabilidade é exclusivamente dele. Da mesma forma, o sujeito em situação contrária acredita que seu sucesso é fruto unicamente do seu mérito, ignorando que nasceu em uma família bem estruturada, que lhe forneceu uma boa formação, com atividades extracurriculares, acesso a conhecimentos valorizados, contribuiu para a formação de um pensamento prospectivo, e isso trouxe boas oportunidades que garantiram uma posição social de prestígio.

Considerando que foram analisados os pontos principais desta dissertação, neste momento, retoma-se ao problema de pesquisa, qual seja: em que medida o capital cultural explica a reprodução de privilégios da classe média brasileira em um cenário de desigualdades sociais e apelo meritocrático?

A classe média utiliza elementos simbólicos como forma de distinção social, uma vez que o capital econômico hereditário está ausente em grandes quantidades a ênfase recai no capital cultural. Assim, ao perceber que uma boa educação pode garantir uma posição social

favorável, a classe média investe suas fichas na educação de seus filhos, matriculando-os em escolas conceituadas, fornecendo atividades extracurriculares que irão garantir conhecimentos valorizados. Ademais, por possuir algum grau de capital econômico, a classe média consegue comprar o tempo livre de seus filhos, o que contribui para um bom desempenho escolar. Enquanto as crianças e jovens das classes populares enfrentam inúmeras dificuldades no acesso à educação, por vezes acumulando estudos e trabalho, tendo seus destinos traçados precocemente, os filhos da classe média são moldados para aderirem às rotinas escolares e desenvolverem um pensamento prospectivo, vislumbrando um futuro promissor.

Por consequência disso, o capital cultural é percebido como uma forma de distinção de classe e, conseqüentemente, o ambiente escolar que deveria ser uma alternativa para mitigar desigualdades, acaba se tornando um grande reprodutor de desigualdades, porquanto ao dominar os códigos escolares, ao terem maior contato com conhecimentos valorizados os indivíduos da classe média irão apresentar melhores resultados escolares, possibilitando acesso as Universidades mais conceituadas e aos cursos mais valorizados.

O discurso meritocrático cria aderência na classe média na medida em que justifica seus privilégios para serem moralmente aceitáveis. Assim, apropriando-se do discurso meritocrático, a classe média cria uma narrativa que afasta a visualização de uma posição privilegiada de classe. Logo, estes indivíduos acreditam que as benesses que desfrutam são unicamente fruto do trabalho árduo e de seus variados esforços. De igual modo, acreditam que os indivíduos menos afortunados são responsáveis pela precariedade que enfrentam. Esse ideal de que o indivíduo é o único responsável pela sua vida influencia em diversas áreas da sociedade, visto que as pessoas passam a acreditar que as desigualdades são naturais e necessárias. Além disso, o Estado passa a ser visto com menor importância, na medida em que os indivíduos são responsabilizados por seus destinos, não existiria a necessidade de políticas públicas para mitigar desigualdades e garantir direitos sociais. Essa narrativa traz o Estado como um inimigo da sociedade, que fornece “esmola” aos “desocupados e improdutivos” em desfavor dos indivíduos produtivos e geradores de riquezas. Nessa lógica, quem está em uma posição privilegiada, vai criar ferramentas para manter os privilégios e se manter em uma posição diferenciada em relação àqueles que não possuem a mesma sorte.

Portanto, é possível perceber que a meritocracia surgiu com um ideal legítimo e por algum período foi responsável pela inclusão de indivíduos que não teriam acesso à determinadas posições em razão da origem de suas famílias. Mas, com o passar do tempo, a meritocracia assume um papel contraditório, ao ser utilizada como forma de legitimação das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- ATÉ QUANDO ESPERAR. Intérprete: Plebe Rude. Compositores: Carlos Augusto Woortmann, Andre Philippe De Seabra, Andre Pinheiro Machado Mueller. *In: O concreto já rachou*. São Paulo: EMI Produção, 1986.
- BARBOSA, Livia. **Igualdade e Meritocracia**: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- BARRETO, Flávio Chame; OLARIO, Patrícia da Silva; MARCELINO, Carlos Douglas Nascimento. **Interdisciplinaridade no Ensino Superior**: reflexões e descrição de uma prática real. Editora Createspace Independent Pub, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007, p.39-64.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: a crítica social do julgamento. 2 ed.rev. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia Geral**: as formas do capital. Petrópolis: Vozes, 2023. 3 v.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 nov. 2024.
- BRASIL, **Lei nº 3.353, d 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Palácio do Rio de Janeiro, [1888]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em 26 maio 2024.
- CAPRARA, Bernardo Mattes. **Classes sociais e desempenho educacional no Brasil**, 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da Sociedade do Trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.
- CAREGNATO, Célia Elizabete, *et al.* Desigualdades encadeadas no sistema educacional brasileiro: estratificação entre os níveis médio e superior na educação. **Práxis Educativa**, v. 14, n.2, p.469-486, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/12312>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- CAVANH, Allana Carla; PEREIRA, Thiago Ingrassia. A interdisciplinaridade na pós-graduação: reflexões a partir do documento de área da CAPES. In: LOSS, Adriana Salete; LORO, Alexandre Paulo (Orgs.) **Estudos Interdisciplinares**: debates e reflexões. Curitiba: CRV, 2021, p. 141-150.
- COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Metodologia da Pesquisa**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: Dos Autores, 2019..

FÁVERO, Altair Albero; TONIETO, Carina. Mitos e potencialidades da interdisciplinaridade: reflexões sobre um tema emergente. **Acta Scientiarum. Education**, 42. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v42i1.38982>. Acesso em 23 out. 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. rev. atual. Curitiba: Cia. Bras. de Educação e Sistemas de Ensino, 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, David Francisco Lopes. Sobre a teoria das classes sociais de Jessé Souza. Viçosa: **Revista de Direito**, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.32361/2019111722>. Acesso em 06 jan. 2024.

GONÇALVES, Fernando de. Educação entre a reprodução e a mobilidade: transformações recentes na sociedade brasileira. *In*: MEIRELLES, Mauro; MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. (Org.). **Estratificação e mobilidade social**. 1.ed. Porto Alegre: Cirkula, 2015, p. 55-80.

HUBERT, Stefan. Estratificação e mobilidade social: fim do trabalho e das classes sociais? *In*: MEIRELLES, M; MOCELIN, D; RAIZER, L; SILVA, L. F. S. C.. (Org.). **Estratificação e mobilidade social**. 1.ed. Porto Alegre: Cirkula, 2015, p. 35-54.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rendimento de todas as fontes 2023**: PNAD contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 224. ISBN: 978-85-240-4611-7. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102079_informativo.pdf. Acesso em 24 ago. 2024.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes: PISA 2022 – RESULTADOS**. Brasília: INEP, 2023a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/apresentacao_pisa_2022_brazil.pdf. Acesso em 24 ago. 2024.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota sobre o Brasil no PISA 2022**. Brasília: INEP, 2023b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/pisa_2022_brazil prt.pdf. Acesso em 24 ago. 2024.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Painéis Estatísticos: Censo Escolar**. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDdjNDU0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em 24 ago. 2024.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses->

estatisticas/educacao-superior-graduacao. Acesso em 01 set. 2024.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas**. Brasília: INEP, 2023d.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2023.pdf

LAHIRE, Bernard. A infância das desigualdades e a lei da reprodução. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade>. Acesso em 19 jun. 2025.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. Florianópolis: **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2176>. Acesso em 23 out. 2023.

MARKOVITS, Daniel. **A cilada da meritocracia**: Como um mito fundamental da sociedade alimenta a desigualdade, destrói a classe média e consome a elite. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

MAZZA, Moisés Giordano; DE MARI, Cezar Luis. Meritocracia: origens do termo e desdobramentos no sistema educacional do Reino Unido. Campinas: **Pro-Posições**, 2021. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/pp/a/RgrxhFhvFqnLwSGcdZ3VMky/?format=pdf> > Acesso em 21 maio. 2023.

MEDEIROS, Marcelo. **Os ricos e os pobres**: o Brasil e a desigualdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**. abr.2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXY5y7mFRqRjX7m/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 16 jun. 2024.

OXFAM. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: OXFAM, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. A democratização inconclusa da universidade brasileira em perspectiva: notas para um debate crítico. In: ROMANINI, Moises (org). **Psicologia, educação e saúde mental**: problematização sobre/com a universidade. Florianópolis: Abrapso Editora, 2024, p.24-39.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **A dimensão social das desigualdades**. Curitiba: Editora Appris Ltda, 2019.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Valinhos: Montecristo Editora, 2024, edição *kindle 1537*

posições.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Porto Alegre: L & PM, 2022.

SALATA, André Ricardo. Desigualdade de resultados educacionais em meio à expansão do sistema de ensino: Um estudo considerando o caráter posicional da escolaridade. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, v. 22, p. e43097, 2022. DOI: 10.15448/19847289.2022.1.43097. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/43097>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?** Tradução: Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das LETRAS, 2018.

SENKEVICS, Adriano. A expansão recente do ensino superior. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 3, n. 4, p. 199-246, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4892>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da.; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Estratificação e mobilidade social: dimensões conceituais e importância para a sociologia na escola. *In*: MEIRELLES, M; MOCELIN, D; RAIZER, L; SILVA, L. F. S. C.. (Org.). **Estratificação e mobilidade social.** 1.ed. Porto Alegre: Cirkula, 2015, p. 17-34.

SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. Entre a posição e as práticas: classes médias nas perspectivas de Erik Olin Wright e Pierre Bourdieu. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, p. 48-57, 2020. DOI: 10.4013/csu.2020.56.1.05

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341919734_Entre_a_posicao_e_as_praticas_classes_medias_nas_perspectivas_de_Erik_Olin_Wright_e_Pierre_Bourdieu. Acesso em: 06 jan. 2024.

SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. O que é estratificação social? *In*: BODART, Cristiano das Neves (Org.). **Conceitos e categorias do ensino de Sociologia.** v.1. 1.ed. Alagoas: Café com Sociologia, 2021, p.85-88.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: como é e como vive.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: uma leitura alternativa do Brasil moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** 2. ed. ver., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

TORRES, João Carlos Brum. Introdução. *In*: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Porto Alegre: L & PM, 2022.

p. 7-20.

UNICEF. **Analfabetismo funcional não apresenta melhora e alcança 29% dos brasileiros, mesmo patamar de 2018, aponta novo levantamento do Inaf.** Brasília: 2025. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/analfabetismo-funcional-nao-apresenta-melhora-e-alcanca-29-por-cento-dos-brasileiros-mesmo-patamar-de-2018-aponta-novo-levantamento-do-inaf>. Acesso em: 28 mai. 2025.

WEININGER, Elliot B. Fundamentos de uma análise de classe de Pierre Bourdieu. *In*: WRIGHT, Erick Olin. (Org) **Análise de classe: abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2015, p. 97-132.

WRIGHT, Erick Olin. Fundamentos de uma análise de classe neomarxista. *In*: WRIGHT, Erick Olin. (Org) **Análise de classe: abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2015. p. 19-45.